



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E**  
**CONTABILIDADE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E**  
**CONTROLADORIA**

**ANA CARLA EUGENIO DA SILVA**

**CULTURA, REDES E VALORES EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: O**  
**COLETIVO BORDANDO RESISTÊNCIA COMO INICIATIVA DE**  
**EMPREENDEDORISMO SOCIAL FEMININO**

**FORTALEZA**

**2026**

ANA CARLA EUGENIO DA SILVA

CULTURA, REDES E VALORES EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: O  
COLETIVO BORDANDO RESISTÊNCIA COMO INICIATIVA DE  
EMPREENDEDORISMO SOCIAL FEMININO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, da Universidade Federal do Ceará, como parte da obtenção do título de Mestre em Administração em Controladoria.

Área de concentração: Gestão organizacional

Orientador: Prof. Dr. Diego de Queiroz Machado

FORTALEZA

2026

ANA CARLA EUGENIO DA SILVA

CULTURA, REDES E VALORES EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: O  
COLETIVO BORDANDO RESISTÊNCIA COMO INICIATIVA DE  
EMPREENDEDORISMO SOCIAL FEMININO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, da Universidade Federal do Ceará, como parte da obtenção do título de Mestre em Administração em Controladoria.

Área de concentração: Gestão organizacional

Aprovada em: 28/02/2026.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Diego de Queiroz Machado (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Augusto Cezar de Aquino Cabral  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profª. Dra. Fátima Regina Ney Matos  
Instituto Superior Miguel  
Torga (ISMT)

Ao meu esposo, minha mãe e minha vó: vocês são minha força e me salvam todos os dias.

Ao meu pai Fernando, que não pôde presenciar esse momento em vida: você também me fez chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo da minha trajetória, muitas mulheres me inspiraram, mas três delas não precisaram de títulos acadêmicos para serem um dos motivos da minha permanência na academia. A primeira delas, minha avó Eliana, que não teve a oportunidade de estudar nem o ensino básico, trabalhando entre o roçado e as casa de família, muito obrigada por me permitir frequentar a escola, coisa que seus pais não lhe permitiram. Minha mãe Fatima, que também não conseguiu completar nem o fundamental, também tendo os estudos interrompidos pela necessidade de trabalhar para ajudar a família antes mesmo de fazer 10 anos de idade, obrigada por me incentivar a quebrar esse ciclo e sempre dizer que eu não largaria a escola para trabalhar como a senhora foi compelida a fazer. A minha tia Marcilene, que como minha mãe deixou a escola para trabalhar, obrigada por me inspirar, ao depois dos trinta anos voltar a escola com o árduo desejo de aprender a ler e escrever, senti muito orgulho quando vi a senhora indo para a escola mesmo depois de um dia cansativo cuidando dos filhos e da casa, e em 2025 terminar em fim seu ensino médio. São mulheres que na academia não são vistas e consideradas, mas que são a base para que muitos pesquisadores possam estar onde estão hoje, meu muito obrigada a todas vocês.

Agradeço também ao meu esposo, por ser apoio em momentos difíceis nessa trajetória e sempre dizer que sou capaz, mesmo quando nem eu acreditava em mim. Meus amigos, meu muito obrigada, por tirarem risadas em momentos difíceis, por ajudarem a me manter de pé e seguindo esse caminho. Ao meu Pai Fernando (*In memoriam*), obrigada por me apoiar desde a ida a todas as reuniões escolares até a demonstração eufórica do seu orgulho pelo meu ingresso no ensino superior.

Minha gratidão ao Coletivo Bordando Resistência e a todas as bordadeiras que o compõem, vocês foram essenciais para que esse trabalho fosse realizado e me receberam de uma forma tão terna em suas casas, que me senti acolhida como parte de vocês. Vocês são inspiração para mim e para muitas outras mulheres negras e quilombolas.

Meu muito obrigada ao meu orientador Diego Machado que mesmo diante do desafio do tema, aceitou e me orientou da melhor forma possível, sempre compreendendo as minhas limitações e me mostrando caminhos, espero ser uma docente como o senhor.

Por fim agradeço a todos os professores que ao longo desses dois anos me ensinaram a como realizar pesquisa científica com rigor. Obrigada a todas e todos.

“EU MULHER NEGRA

Eu mulher negra estive lutando  
Todos os dias pra seguir me amando,  
Eu mulher negra sou a imagem da força,  
Mas estou cansada dessa luta toda,  
Eu mulher negra sou começo, eu sou o berço  
Meu corpo é um templo de adoração  
Por ele tenho gratidão  
Eu mulher negra sou o início,  
Mas também tenho meu precipício  
Luto por mim e por todos os meus  
Meus movimentos representam os seus  
Eu mulher negra se o topo alcançar  
Todos os meus vou comigo levar.”

(Ana Carla Eugenio da Silva, RAVU, nº  
8/junho, 2021)

## RESUMO

O empreendedorismo social feminino em territórios tradicionais articula geração de renda e valorização identitária, sustentando-se em redes construídas a partir de valores compartilhados, reciprocidade e confiança. O objetivo da pesquisa foi compreender como os elementos histórico-culturais, de cooperação e os valores compartilhados estruturam o Coletivo Bordando Resistência enquanto iniciativa de empreendedorismo social feminino na comunidade quilombola de Alto Alegre. A pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar a visibilidade acadêmica e social de iniciativas lideradas por mulheres quilombolas, analisando as dimensões organizativas, relacionais e identitárias que sustentam sua atuação. Trata-se de um estudo de caso tendo como unidade de análise o próprio empreendimento, compreendido em sua dimensão organizativa, relacional e identitária a partir de entrevistas semiestruturadas e aplicação de geradores sociométricos. O aporte teórico combina a distinção entre laços fortes e fracos de Granovetter (1973) e a tipologia de recursos de Brush, Greene e Hart (2001). A pesquisa combinou Análise de Redes Sociais (ARS) e Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Os resultados evidenciam que o coletivo emerge de uma experiência educativa comunitária anterior, o Projeto Libertando, e ressignifica o bordado como linguagem cultural, política e identitária, articulando geração de renda, memória quilombola e resistência. A rede interna caracteriza-se por elevada coesão e densidade relacional, sustentada por laços fortes de confiança, cuidado e pertencimento, enquanto a rede externa apresenta configuração egocentrada, na qual laços fracos ampliam oportunidades, visibilidade e acesso a recursos institucionais e culturais, sem romper com a autonomia comunitária. Identificaram-se recursos financeiros, humanos, tecnológicos, sociais, simbólicos e intangíveis mobilizados de forma solidária, orientados por valores compartilhados como união, amizade, confiança, respeito, persistência e resistência. Conclui-se que a sustentabilidade do Bordando Resistência decorre da articulação dinâmica entre enraizamento comunitário e abertura relacional, mediada por redes de cooperação e valores compartilhados que estruturam o empreendimento social feminino no território quilombola.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo social feminino; Mulheres quilombolas; Redes de cooperação; Recursos; Valores compartilhados.

## ABSTRACT

Female social entrepreneurship in traditional territories articulates income generation and the valorization of identity, being sustained by networks built upon shared values, reciprocity, and trust. This study aimed to understand how historical-cultural elements, cooperation, and shared values structure the Bordando Resistência Collective as a female social entrepreneurship initiative in the quilombola community of Alto Alegre. The research is justified by the need to expand the academic and social visibility of initiatives led by quilombola women, analyzing the organizational, relational, and identity-based dimensions that sustain their actions. This research adopts a case study approach, having the enterprise itself as the unit of analysis, understood in its organizational, relational, and identity dimensions, based on semi-structured interviews and the application of sociometric generators. The theoretical framework combines the distinction between strong and weak ties proposed by Granovetter (1973) and the resource typology developed by Brush, Greene, and Hart (2001). The study integrates Social Network Analysis (SNA) and Content Analysis (Bardin, 2016). The results show that the collective emerged from a previous community-based educational experience, the Projeto Libertando, and re-signifies embroidery as a cultural, political, and identity-based language, articulating income generation, quilombola memory, and resistance. The internal network is characterized by high cohesion and relational density, supported by strong ties of trust, care, and belonging, while the external network presents an egocentric configuration, in which weak ties expand opportunities, visibility, and access to institutional and cultural resources without compromising community autonomy. Financial, human, technological, social, symbolic, and intangible resources were identified as being mobilized in a solidarity-based manner, guided by shared values such as unity, friendship, trust, respect, persistence, and resistance. It is concluded that the sustainability of Bordando Resistência results from the dynamic articulation between community embeddedness and relational openness, mediated by cooperation networks and shared values that structure female social entrepreneurship within the quilombola territory.

**Keywords:** Female social entrepreneurship; Quilombola women; Cooperation networks; Resources; Shared values.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Produções bordadas publicadas pelo coletivo Bordando Resistência.....	72
Figura 2 – Registro da primeira exposição do Coletivo Bordando Resistência na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE).....	73
Figura 3 - Rede de Cooperação interna do Coletivo Bordando Resistência.....	78
Figura 4 - Rede de cooperação externa do Coletivo Bordando Resistência.....	82
Figura 5 - Estrutura da categoria analítica “Recursos” e suas subcategorias.....	87
Figura 6 - Bordados que representam o território, o trabalho e o cotidiano da comunidade quilombola de Alto Alegre.....	91
Figura 7 - Nuvem de palavras dos valores compartilhados no Coletivo Bordando Resistência.....	93
Figura 8 – Produções bordadas que expressam valores compartilhados no Coletivo Bordando Resistência.....	95
Figura 9 – Relação entre os tipos de laços sociais e os recursos mobilizados pelo Coletivo Bordando Resistência.....	101

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estudos empíricos sobre mulheres empreendedoras sociais em diferentes realidades socioculturais.....	33
Quadro 2 - Perfil dos sujeitos.....	59
Quadro 3 – Métricas utilizadas na Análise de Redes Sociais.....	63
Quadro 4 - Categorias e elementos alinhados aos objetivos específicos.....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Métricas Gerais - Rede Interna do Coletivo Bordando Resistência.....	76
Tabela 2 – Análise das métricas de nó da rede interna de cooperação do Coletivo Bordando Resistência.....	79
Tabela 3 - Indicadores quantitativos da rede de cooperação externa do Coletivo Bordando Resistência.....	85

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICE	Associação Internacional das Cidades Educadoras
ALECE	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
ARS	Análise de Redes Sociais
ARQUA	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
SEWA	Self-Employed Women's Association
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINAPIR	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 Contextualização e delimitação do tema .....	14
1.2 Problematização e questão de pesquisa .....	15
1.3 Objetivos.....	17
1.3.1 <i>Objetivo geral</i> .....	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	18
1.4 Justificativa .....	18
1.5 Aspectos metodológicos.....	21
1.6 Estrutura geral da dissertação .....	21
<b>2 EMPREENDEDORISMO SOCIAL FEMININO</b> .....	23
2.1 Empreendedorismo social feminino em contextos de desigualdade e resistência.....	23
2.2 Estudos empíricos sobre mulheres empreendedoras sociais em diferentes contextos socioculturais.....	29
<b>3 ENTRE LAÇOS E RECURSOS: INTERFACES TEÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DAS REDES NO EMPREENDEDORISMO SOCIAL</b> .....	38
3.1 Tipos de laço social segundo Granovetter (1973) .....	38
3.2 Tipos de recursos segundo Brush, Greene e Hart (2001).....	42
<b>4 QUILOMBO, AS MULHERES QUILOMBOLAS E O ARTESANATO</b> .....	46
4.1 O Quilombo como espaço de resistência .....	46
4.2 As mulheres quilombolas e a interseccionalidade .....	50
4.3 O artesanato como prática ancestral .....	55
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	59
5.1 Tipologia do estudo.....	59
5.2 Unidade de análise e sujeitos da pesquisa .....	60
5.3 Coleta de dados .....	62
5.4 Análise dos dados.....	64
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	69
6.1 Caracterização dos sujeitos.....	69
6.2 Contexto histórico-cultural do Coletivo Bordando Resistência: o bordado como herança do projeto “Libertando” .....	70
6.3 Redes de cooperação interna e externa: a articulação entre laços fortes e laços fracos na sustentação do Coletivo Bordando Resistência .....	78
6.3.1 <i>Estrutura da rede de cooperação interna</i> .....	79
6.3.1.1 <i>Posições relacionais e métricas dos nós na rede interna</i> .....	80
6.3.2 <i>Estrutura relacional da rede externa</i> .....	85
6.4 Entre recursos e valores: os fundamentos da cooperação feminina no Coletivo Bordando Resistência .....	89
6.5 Quando os laços abrem caminhos: o funcionamento dos laços sociais no acesso a recursos do Coletivo Bordando Resistência .....	99

<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE A –PROTOCOLO DO ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>120</b>
<b>APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>124</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

Esta seção está organizada em seis partes: a primeira apresenta a contextualização do tema, situando o empreendedorismo social feminino no contexto quilombola; a segunda desenvolve a problematização, destacando lacunas teóricas e desafios enfrentados por iniciativas lideradas por mulheres; em seguida, são explicitados os objetivos da pesquisa, tanto o geral quanto os específicos; na quarta subseção, justifica-se a relevância do estudo sob as perspectivas teórica, social e prática; em seguida apresenta-se uma síntese dos aspectos metodológicos da pesquisa e, por fim, a estrutura da dissertação.

### **1.1 Contextualização e delimitação do tema**

O empreendedorismo social refere-se à criação de negócios que empregam estratégias de mercado com o propósito de gerar mudanças sociais significativas. Tais empreendimentos são considerados organizações híbridas, uma vez que combinam metas econômicas com compromissos sociais (Torres; Avolio, 2024). Assim os empreendimentos sociais operam com o objetivo de gerar impacto socioambiental positivo por meio de mecanismos de mercado, atuando em setores fundamentais como saúde, educação, habitação e trabalho, especialmente em contextos onde há lacunas na atuação do Estado ou do mercado tradicional (Stahl; Burnard; McDonald, 2023).

Nesse contexto, essas mulheres identificam oportunidades de negócios que atendem não apenas à demanda do mercado, mas também buscam promover transformações sociais significativas, como a geração de emprego, a capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade e o fortalecimento das comunidades locais (Kimbu; Ngoasong, 2016). Elas utilizam os recursos disponíveis de forma criativa para impactar positivamente tanto o desenvolvimento econômico quanto social.

Assim, o empreendedorismo social feminino contribui significativamente para o desenvolvimento econômico e a inclusão social, ao gerar emprego, fortalecer vínculos comunitários e promover o empoderamento das mulheres. Iniciativas como cooperativas e redes de empreendedoras mostram como o capital social pode ser mobilizado para ampliar a autonomia feminina e construir comunidades mais justas e sustentáveis (Yunis; Hashim; Anderson, 2018; Brogan; Dooley, 2023).

Segundo Yunis, Hashim e Anderson (2018), a escolha pelo empreendedorismo social pode ser impulsionada por uma forte necessidade de realização e independência, bem como pelo desejo de promover mudanças na sociedade em benefício das mulheres, assim como a autorrealização empreendedora como meio de alcançar independência financeira e reconhecimento do *status* feminino.

O empreendedorismo social feminino frequentemente se ancora em redes de apoio comunitário, que garantem sua continuidade mesmo diante de desafios econômicos e institucionais (Kimbu; Ngoasong, 2016). No contexto quilombola, como da comunidade Alto Alegre, em Horizonte (CE), destacam-se iniciativas empreendedoras que reforçam a identidade e a autonomia local. Um exemplo é o Coletivo Bordando Resistência, criado em 2017 a partir de uma roda de conversa voltada à valorização das mulheres quilombolas (Santos; Nascimento; Gabarra, 2022).

O grupo se transformou em um espaço coletivo e dinâmico, reunindo mulheres que, motivadas por necessidades econômicas e pelo desejo de empoderamento, transformaram o bordado, prática já presente no cotidiano, em um empreendimento social. Essa atividade passou a representar uma via de geração de renda, fortalecimento comunitário e ativismo, com o apoio de redes sociais comprometidas com as causas de raça e gênero. Assim, o coletivo se consolidou como uma alternativa de sustentabilidade e resistência no território quilombola (Associação Internacional de Cidades Educadoras, 2024).

## **1.2 Problematização e questão de pesquisa**

O empreendedorismo social feminino enfrenta uma série de barreiras que comprometem sua consolidação e expansão, sobretudo no que diz respeito ao acesso a financiamento, à ausência de políticas públicas eficazes de apoio e à persistência de preconceitos de gênero que limitam as oportunidades de atuação das mulheres nesse campo (Torres; Avolio, 2024). Esses desafios são agravados por fatores culturais e institucionais, como normas patriarcais, instabilidade econômica e a presença de práticas corruptas, especialmente em países em desenvolvimento, onde a ausência de suporte governamental dificulta a sustentabilidade dessas iniciativas (Yunis; Hashim; Anderson, 2018).

Além disso, conforme apontam Brieger *et al.* (2019), a falta de empoderamento psicológico e institucional, somada às dificuldades financeiras, frequentemente obriga muitas mulheres a priorizarem empregos convencionais em detrimento de seus projetos sociais. Essa

conjuntura limita não apenas a continuidade das iniciativas de empreendedorismo social feminino, mas também seu potencial de inovação e impacto nas comunidades onde atuam.

Fatores culturais podem tanto favorecer quanto restringir a participação feminina no empreendedorismo social, a depender das práticas predominantes em cada contexto. Como apontam Hechavarría e Brieger (2020), considerando-se as dimensões culturais de Hofstede (1984), mulheres tendem a se engajar mais em iniciativas de impacto social em sociedades que combinam baixa distância de poder, isto é, relações menos hierarquizadas; alta orientação de longo prazo, marcada pelo planejamento e valorização do futuro; elevada evitação da incerteza, caracterizada pela busca de regras para reduzir ambiguidades; e forte valorização do individualismo, em oposição ao coletivismo restrito e centrado apenas no grupo familiar.

Além disso, a busca por legitimidade e reconhecimento leva muitas empreendedoras a recorrerem a estratégias simbólicas, como certificações e selos de qualidade, para validar seus valores e ampliar seu impacto social (Grimes; Gehman; Cao, 2018).

Nesse cenário, cresce o interesse por abordagens que consideram não apenas os aspectos econômicos, mas também os elementos simbólicos, culturais e relacionais que estruturam as iniciativas de empreendedorismo social. Corrêa e Teixeira (2015) propõem uma leitura alternativa ao situar as redes de empreendedoras sociais como construções culturais e simbólicas, nas quais os laços sociais, os valores compartilhados e a reciprocidade são elementos fundantes. Essas redes não se restringem à articulação de recursos ou à expansão de contatos, mas envolvem trocas significativas baseadas em afinidade cultural, confiança e pertencimento.

Mejía e González (2022) evidenciam como o empreendedorismo social pode ser um espaço de reafirmação da identidade cultural e de enfrentamento às opressões de gênero e colonialidade. A valorização das tradições e saberes ancestrais se alia à luta por autonomia econômica (Grimes; Gehman; Cao, 2018). Contudo, reconhece-se que o trabalho artesanal, que representa concretamente essas tradições e saberes, enfrenta desafios relacionados à valorização e ao reconhecimento da atividade como fonte de renda legítima. A educação dos consumidores sobre o valor cultural e econômico do artesanato é fundamental para superar essa barreira (Fonseca *et al.*, 2022).

O empreendedorismo social feminino em comunidades tradicionais permanece como um campo ainda pouco explorado na literatura científica, sobretudo quando se considera a interseção entre gênero, cultura e organização coletiva. Embora haja avanços em estudos que evidenciam a atuação de mulheres em empreendimentos sociais voltados à resolução de

problemas locais (Ihejiamaizu; Inyang, 2022; Ciruela-Lorenzo; González-Sánchez; Plaza-Angulo, 2020), a maior parte das investigações concentra-se em aspectos motivacionais ou nos impactos sociais gerados, sem aprofundar as dinâmicas organizacionais e relacionais que sustentam essas iniciativas ao longo do tempo. Pesquisas recentes têm apontado a importância das redes de apoio, dos valores compartilhados e da construção identitária para a sustentabilidade de empreendimentos liderados por mulheres (Grimes; Gehman; Cao, 2018; Sapienza, 2022), mas ainda são escassos os estudos que analisam tais dimensões em experiências protagonizadas por mulheres negras em territórios quilombolas.

Nesse contexto, torna-se fundamental investigar experiências que expressam como o empreendedorismo social feminino pode ser estruturado a partir de elementos culturais, valorativos e relacionais próprios de comunidades tradicionais. O Coletivo Bordando Resistência, constitui uma dessas experiências, consolidando-se como um empreendimento social impulsionado pela busca de autonomia econômica e pelo fortalecimento identitário (Associação Internacional de Cidades Educadoras, 2024; Santos; Nascimento; Gabarra, 2022).

Pesquisar o Coletivo Bordando Resistência é uma oportunidade de compreender a mobilização da cultura, redes de cooperação locais e valores compartilhados para construir estratégias de geração de renda, enfrentamento das desigualdades de gênero e preservação cultural. Desse modo, esta pesquisa se propôs a responder à seguinte questão de pesquisa: Como os elementos histórico-culturais, de cooperação e os valores compartilhados estruturam o Coletivo Bordando Resistência enquanto iniciativa de empreendedorismo social feminino na comunidade quilombola de Alto Alegre?

## **1.3 Objetivos**

### ***1.3.1 Objetivo geral***

Compreender como os elementos histórico-culturais, de cooperação e os valores compartilhados estruturam o Coletivo Bordando Resistência enquanto iniciativa de empreendedorismo social feminino na comunidade quilombola de Alto Alegre.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

1. Descrever o contexto histórico-cultural do Coletivo Bordando Resistência na comunidade quilombola de Alto Alegre;
2. Analisar as redes de cooperação interna e externa e suas formas de articulação que sustentam o Coletivo Bordando Resistência;
3. Identificar os recursos e valores que orientam a cooperação das mulheres no empreendimento social;
4. Relacionar os tipos de laços sociais mobilizados pelas integrantes do Coletivo Bordando Resistência aos recursos efetivamente acessados ao longo da trajetória do empreendimento.

### **1.4 Justificativa**

O projeto Bordando Resistência: Bordadeiras de Alto Alegre constitui um exemplo concreto de empreendedorismo social feminino no contexto quilombola, evidenciando como saberes tradicionais e práticas culturais podem se transformar em instrumentos de geração de renda, empoderamento e autonomia. Em reconhecimento a essa força transformadora, o coletivo foi premiado internacionalmente com o Prêmio Cidades Educadoras 2022, concedido pela Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), que valoriza experiências educativas com impacto social e cultural. Essa perspectiva, como apontam Vasconcelos e Lezana (2012), insere o empreendimento em um ciclo de vida que envolve não apenas ações produtivas, mas também processos de visibilidade social, construção de redes e representatividade institucional.

A criação de produtos com valor simbólico e mercadológico, como os produzidos pelas bordadeiras, também se conecta a experiências de reaproveitamento de materiais, educação empreendedora e geração de valor social, como observado no projeto Alinhar-te, da indústria têxtil (Costa *et al.*, 2020).

Teoricamente, o estudo insere-se no debate sobre o papel das redes de cooperação (Granovetter, 1985; Corrêa; Teixeira, 2015). Tais aportes permitem compreender como empreendimentos sociais de base comunitária se estruturam e se sustentam por meio de relações interpessoais, afetivas e institucionais, revelando mecanismos informais que orientam sua dinâmica. O diálogo com a literatura sobre empreendedorismo feminino evidencia que valores

como solidariedade, cuidado e ancestralidade constituem princípios organizativos e éticos dessas experiências (Magdalene, 2024).

Nesse sentido, diferentes estudos reforçam a importância de integrar dimensões como contexto histórico-cultural, redes de cooperação, valores compartilhados e laços sociais ao longo da trajetória de coletivos e empreendimentos sociais. Oliveira *et al.* (2024), por exemplo, destacam como as representações sociais influenciam o comportamento de mulheres empreendedoras, enquanto Vieira, Oliveira e Miki (2023) propõem um *framework* de mensuração que contempla múltiplas dimensões do empreendedorismo social, incluindo intenção empreendedora, orientação social, processos e resultados sociais e ambientais. Ressalta-se, portanto, que a articulação entre gênero, cultura e redes organizacionais ainda constitui uma lacuna investigativa relevante, sobretudo no campo dos estudos sobre comunidades tradicionais.

Sob o ponto de vista social, a pesquisa se justifica pela urgência de dar visibilidade a experiências de protagonismo de mulheres quilombolas, historicamente marginalizadas pelos sistemas econômicos e políticos. O fortalecimento dessas mulheres passa pela ativação de suas redes de apoio e pelo reconhecimento dos valores que fundamentam sua atuação. Iniciativas como essa reconfiguram a realidade local, promovendo inclusão, dignidade e autoestima ao mostrarem como o empreendedorismo social possibilita a transformação da realidade socioeconômica das mulheres e contribui diretamente para sua autonomia e autoestima (Vaz; Teixeira; Olave, 2015).

Especificamente, ao descrever o contexto histórico-cultural do coletivo, valoriza-se o papel da ancestralidade, das práticas culturais de resistência e da transmissão de saberes intergeracionais. Esses elementos constituem uma matriz de sentido para o bordado, que deixa de ser apenas uma técnica artesanal para se tornar também uma linguagem de afirmação identitária. Estudos como os de Lima e Gomes (2023) reforçam essa dimensão ao analisarem uma associação de artesãs no interior do Ceará, onde o artesanato também funciona como mecanismo de afirmação de identidade cultural e criação de valor social. Esses contextos demonstram como o conhecimento tradicional pode ser fonte de inovação social e base para estratégias sustentáveis de desenvolvimento.

Ademais, ao analisar as redes de cooperação internas e externas, observa-se a relevância dos laços fortes como familiares, amigas e vizinhas na fase inicial do empreendimento, bem como dos laços fracos com instituições públicas, organizações não governamentais e apoiadores externos no acesso a recursos físicos, capital social e legitimação

organizacional. Essa distinção é explorada por Corrêa e Teixeira (2015), que identificam como os empreendedores sociais mobilizam suas redes em busca de recursos e legitimidade, sendo os laços fortes fundamentais para a sustentação emocional e prática, enquanto os laços fracos ampliam o alcance e os apoios externos do empreendimento. E, de acordo com Magdalene (2024), é essencial entender de que forma os valores, as redes de apoio e os contextos culturais influenciam as iniciativas e práticas empreendedoras das mulheres, já que esses fatores desempenham um papel decisivo na formação e no fortalecimento de seus projetos.

Por fim, ao identificar os tipos de laços sociais mobilizados pelas integrantes do coletivo e os recursos que esses laços permitem acessar, a pesquisa evidencia como as relações interpessoais funcionam como capital social. Laços fortes garantem apoio emocional, continuidade e pertencimento, enquanto laços fracos favorecem o acesso a novas informações, parcerias institucionais e visibilidade externa. Essa combinação de tipos de laços é o que sustenta o empreendimento ao longo do tempo (Corrêa; Teixeira, 2015). Além disso, iniciativas como essa encontraram maior êxito quando há sinergia entre a motivação individual, o engajamento coletivo e a criação de redes de cooperação eficazes, um elemento destacado tanto no estudo de Vaz, Teixeira e Olave (2015), quanto no modelo de mensuração proposto por Vieira, Oliveira e Miki (2023).

Do ponto de vista empírico, espera-se que a pesquisa gere recomendações que contribuam para políticas públicas de fomento a empreendimentos sociais femininos e à valorização de saberes ancestrais em comunidades tradicionais. Os resultados podem servir de subsídio para ações voltadas à formação de lideranças femininas, ao fortalecimento de redes de apoio institucional e à criação de estratégias sustentáveis de apoio ao empreendedorismo social com recorte de raça, gênero e território. Espera-se também colaborar com organizações da sociedade civil, programas de extensão universitária e iniciativas de incubação social que busquem apoiar coletivos similares em contextos periféricos e rurais.

Para o próprio Coletivo Bordando Resistência, a pesquisa poderá contribuir ao oferecer uma leitura reflexiva e sistematizada de sua trajetória, identificando forças, desafios e oportunidades de fortalecimento de sua dinâmica interna. Ao explicitar os valores fundantes, as formas de cooperação e os tipos de laços mobilizados, os resultados poderão apoiar a autoavaliação do grupo e subsidiar a construção de estratégias coletivas mais conscientes e sustentáveis. Além disso, os registros e análises produzidas servirão como memória institucional, importante para a formação de novas integrantes, construção de parcerias e ampliação de seu reconhecimento dentro e fora da comunidade.

Para além da contribuição ao coletivo, espera-se que a pesquisa gere recomendações que contribuam para políticas públicas de fomento a empreendimentos sociais femininos e à valorização de saberes ancestrais em comunidades tradicionais. Os resultados podem servir de subsídio para ações voltadas à formação de lideranças femininas, ao fortalecimento de redes de apoio institucional e à criação de estratégias sustentáveis de apoio ao empreendedorismo social com recorte de raça, gênero e território. Espera-se também colaborar com organizações da sociedade civil e programas de extensão universitária que busquem apoiar coletivos similares em contextos periféricos e rurais.

### **1.5 Aspectos metodológicos**

A metodologia do estudo está organizada em quatro subseções que se complementam. Inicialmente, define-se a tipologia da pesquisa, caracterizada como qualitativa, de campo e descritiva, adotando o estudo de caso do tipo único. Além da abordagem qualitativa, emprega-se a Análise de Redes Sociais (ARS) como estratégia complementar. A unidade de análise é o próprio coletivo, e as participantes foram as 13 mulheres que o integram, considerando o critério de disponibilidade para participação.

Os procedimentos metodológicos incluem entrevistas semiestruturadas e aplicação de geradores sociométricos do tipo livre. As entrevistas visam reconstruir o contexto histórico-cultural do coletivo, identificar recursos e valores que orientam a atuação e compreender a articulação entre laços sociais e recursos mobilizados. A análise dos dados foi conduzida de forma relacional e interpretativa, combinando a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), com apoio do *software* ATLAS.ti, e a ARS, operacionalizada em sociomatrizes processadas no Gephi.

### **1.6 Estrutura geral da dissertação**

O trabalho está estruturado em sete seções principais, além de referências e apêndices, compondo uma organização clara e progressiva. A primeira seção: introdução, reúne a contextualização do tema, a formulação do problema e da questão de pesquisa, os objetivos geral e específicos e a justificativa, uma síntese dos aspectos metodológicos da pesquisa e a estrutura da dissertação, elementos que fundamentam e orientam a investigação. A segunda seção apresenta a discussão sobre o empreendedorismo social feminino, articulando sua

presença em contextos de desigualdade e resistência e reunindo estudos empíricos que evidenciam experiências de mulheres empreendedoras sociais em diferentes realidades socioculturais.

Na sequência, a terceira seção aprofunda o debate teórico ao tratar das interfaces entre laços e recursos, com base nos aportes de Granovetter (1973) e Brush, Greene e Hart (2001), oferecendo ferramentas analíticas para compreender as redes no empreendedorismo social. A quarta seção situa o contexto do quilombo, das mulheres quilombolas e do artesanato, destacando o quilombo como espaço de resistência, a interseccionalidade das mulheres e a ancestralidade presente na prática artesanal. Já a quinta seção descreve a metodologia, especificando a tipologia do estudo, a unidade de análise, os sujeitos participantes, bem como os procedimentos de coleta e análise de dados. Por fim, a sexta seção apresenta os resultados e discussões da pesquisa e a sétima seção contém as considerações finais do trabalho. O trabalho se completa com as referências bibliográficas e os apêndices, que incluem o protocolo do estudo de caso, o instrumento de coleta de dados e o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

## **2 EMPREENDEDORISMO SOCIAL FEMININO**

Esta seção está dividida em duas partes. A primeira aborda os principais conceitos e debates teóricos relacionados ao empreendedorismo social feminino, destacando suas especificidades em contextos de vulnerabilidade e sua articulação com valores como solidariedade, justiça social e empoderamento. A segunda parte apresenta um panorama de estudos empíricos anteriores que analisam experiências de mulheres empreendedoras em diferentes contextos socioculturais, com ênfase nas dinâmicas coletivas, redes de apoio e valores que estruturam essas iniciativas.

### **2.1 Empreendedorismo social feminino em contextos de desigualdade e resistência**

O empreendimento social feminino pode ser compreendido como uma prática econômica e sociopolítica orientada por valores de empatia, justiça social e transformação, que emerge da experiência concreta de desigualdade enfrentada por mulheres em contextos de vulnerabilidade, diferente do empreendedorismo tradicional, essa forma de empreender articula a geração de renda com o fortalecimento da autoestima, da autonomia e da capacidade de participação ativa nas decisões familiares e comunitárias (Morais; Medeiros; Franco, 2024; Sharma; Kumar, 2021). Seja por meio da valorização de saberes tradicionais em associações artesanais, da superação de normas culturais restritivas no caso de refugiadas, ou da busca por equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, essas mulheres constroem negócios ancorados em propósitos coletivos, não apenas em metas financeiras (Llados-Masllorens; Ruiz-Dotras, 2022; Linnardy; Novela, 2024).

Magdalene (2024) argumenta que o empreendimento social feminino resulta da consolidação de valores como empatia, justiça social e ação transformadora, desenvolvidos ao longo da vida em contextos familiares, sociais e profissionais. Para muitas mulheres, criar um empreendimento social é a forma encontrada para alinhar seus princípios pessoais com a atuação profissional, superando os limites do mercado tradicional e promovendo impacto coletivo.

Oliveira *et al.* (2018) destacam que, em experiências comunitárias de empreendedorismo social, o empoderamento feminino emerge como um dos resultados mais relevantes, não como consequência secundária, mas como objetivo central das ações. As autoras evidenciam que a participação ativa das mulheres no planejamento e na execução dos projetos

fortalece sua autonomia, amplia suas competências e valoriza seu papel no contexto comunitário, contribuindo para mudanças sociais e econômicas sustentáveis.

De forma complementar, para Vieira, Oliveira e Miki (2023), o empreendedorismo social em países em desenvolvimento está fortemente associado à intenção de transformação social e à geração de valor coletivo. Quando protagonizado por mulheres, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais, esse tipo de empreendimento assume o papel de enfrentamento direto às exclusões sociais, muitas vezes através de iniciativas locais voltadas à educação, inclusão produtiva e preservação cultural.

Carneiro e Bernardino (2019) identificam que empreendedores sociais no Brasil, particularmente os que recorrem ao financiamento coletivo (*crowdfunding*), possuem traços de personalidade como alta agradabilidade, abertura a novas experiências e extroversão, os quais favorecem a criação de iniciativas sociais. As autoras observam que fatores como idade, formação acadêmica e experiência prévia influenciam a decisão de empreender, sendo a afiliação comunitária e objetivos pessoais as principais motivações, reforçadas pela percepção de capacidade para concretizar o projeto.

O empreendedorismo social feminino está profundamente atravessado por elementos culturais que moldam tanto as possibilidades de atuação quanto os sentidos atribuídos à prática empreendedora. Nesse campo, a cultura não deve ser compreendida apenas como um conjunto de valores normativos, mas como um sistema de práticas sociais que influencia o comportamento e as estratégias adotadas pelas mulheres em suas iniciativas (Hechavarría; Brieger, 2020).

No contexto brasileiro, essas dinâmicas culturais se entrelaçam com situações de vulnerabilidade social e econômica, nas quais o empreendedorismo feminino emerge, muitas vezes, como resposta à exclusão do mercado formal de trabalho. Nesses casos, a opção pelo trabalho informal ou autônomo torna-se a única alternativa viável, revelando um movimento de resistência e superação das barreiras sociais historicamente impostas às mulheres (Morais; Medeiros; Franco, 2024).

Essa perspectiva dialoga com a proposta de Prahalad (2005), para quem a chamada base da pirâmide constitui um espaço de inovação e inclusão, onde a criação de modelos de negócio adaptados às condições locais pode gerar simultaneamente impacto social e sustentabilidade econômica. Assim, as iniciativas empreendidas por mulheres em contextos populares não apenas respondem a necessidades imediatas, mas também se alinham à ideia de um capitalismo inclusivo, capaz de transformar desigualdades em oportunidades de

desenvolvimento coletivo. O que, conforme Zanata *et al.* (2025), exige compreender essas trajetórias a partir de uma perspectiva interseccional, considerando como gênero, classe, raça, etnia e idade se combinam para produzir desigualdades específicas e demandar políticas e ações adaptadas a diferentes realidades.

Por meio das iniciativas empreendedoras, essas mulheres não apenas rompem ciclos de violência e dependência, como também se tornam referências em suas comunidades, promovendo mudanças culturais e econômicas. Ao colocar seus saberes e experiências a serviço do bem comum, suas ações ampliam o impacto dos empreendimentos, alcançando dimensões sociais, culturais e políticas (Ciruela-Lorenzo; González-Sánchez; Plaza-Angulo, 2020).

Nesse sentido Ciruela-Lorenzo, González-Sánchez e Plaza-Angulo (2020) analisam como essas mulheres, diante de situações de violência, deslocamento forçado e exclusão, recorrem ao empreendedorismo não por oportunidade, mas por necessidade, tratando-se, muitas vezes, da única via possível para alcançar autonomia econômica e dignidade pessoal.

Zanata *et al.* (2025) explicam que o empreendedorismo por necessidade ocorre quando, diante da falta de alternativas no mercado de trabalho, indivíduos criam o próprio negócio como forma de subsistência, enquanto o empreendedorismo por oportunidade está relacionado à identificação e aproveitamento de nichos de mercado. As autoras destacam que, no Brasil, grande parte das mulheres empreende por necessidade, motivada pela escassez de empregos formais, condição marcada por restrições no acesso a recursos, redes de apoio e qualificação, o que reforça a importância de políticas públicas voltadas à redução dessas desigualdades e ao fortalecimento do empreendedorismo feminino de forma sustentável.

O que vai de acordo com a perspectiva de Datta e Gailey (2012) que mostram que, ao se organizarem coletivamente, essas mulheres criam espaços alternativos de geração de renda, construção de identidade e conquista de autonomia, mesmo diante de barreiras culturais e institucionais persistentes. Nessa mesma direção, Mejía e González (2022) evidenciam que o empreendedorismo social cooperativo, especialmente em territórios indígenas ou quilombolas, constitui um dispositivo de resistência e de reconfiguração do tecido social, oferecendo caminhos de transformação local a partir das práticas de base comunitária.

Llados-Masllorens e Ruiz-Dotras (2022) sinalizam que, para muitas mulheres, a intenção de empreender está associada não apenas à necessidade de renda, mas ao desejo de autonomia e à busca por impacto social positivo. Motivadas por valores como realização pessoal, equilíbrio entre vida profissional e familiar, e transformação comunitária, essas

mulheres constroem modelos de negócio alinhados ao que se pode caracterizar como empreendedorismo social feminino, mesmo quando não explicitamente nomeado dessa forma.

A construção de uma identidade empreendedora baseada na ancestralidade, no pertencimento territorial e na solidariedade entre mulheres rompe com o modelo hegemônico de empreendedorismo individual, competitivo e capitalista. Nas economias populares solidárias, os valores sociais e culturais são indissociáveis das dimensões produtivas. Assim, o fortalecimento da identidade de gênero e étnica não é apenas um efeito colateral do empreendimento, mas parte constitutiva do seu sentido e da sua sustentabilidade (Mejía; González, 2022).

Zulkifl e Aziz (2023) demonstram que a consciência social entendida como a capacidade de reconhecer desigualdades, perceber desafios comunitários e desenvolver empatia com grupos marginalizados está fortemente correlacionada à inclinação das mulheres para criar negócios com impacto social. O estudo sugere que, ao desenvolverem maior sensibilidade às realidades sociais, as mulheres tendem a transformar suas inquietações em ações empreendedoras voltadas ao bem comum. O empreendedorismo social, nesse sentido, emerge como uma prática de articulação entre território, identidade coletiva e disposição para o diálogo intercultural.

Complementarmente, a intenção empreendedora das mulheres está relacionada a um conjunto de fatores que abrange competências cognitivas, crença na própria capacidade de empreender e influência de elementos contextuais. Lladós-Masllorens e Ruiz-Dotras (2022) apontam que, mesmo quando apresentam limitações em habilidades financeiras e numéricas, mulheres com altos níveis de autoeficácia conseguem compensar tais lacunas, sobretudo quando estão motivadas por desejos de autonomia, aumento de renda ou realização pessoal.

Farroñán *et al.* (2024) apontam que a experiência acumulada fortalece a competência para manter negócios sociais, ao passo que a condição de emprego pode tanto facilitar quanto limitar o engajamento empreendedor, dependendo da disponibilidade de tempo e recursos. Além disso, motivações pessoais, acesso a redes de apoio, habilidades empreendedoras e possibilidades de financiamento são destacados como pilares para a consolidação de empreendimentos de impacto social liderados por mulheres.

Corroborando essa perspectiva, Fernández-Guadaño e Martín-López (2023), revelam que as mulheres têm o dobro de chances de fundar empreendimentos sociais quando comparadas aos homens, sendo as cooperativas e associações as formas mais adotadas. Tais

resultados reforçam a importância de considerar o gênero como uma variável estruturante para compreender a configuração e a sustentabilidade de negócios sociais.

Stahl, Burnard e McDonald (2023) analisam as experiências de mulheres empreendedoras sociais em redes exclusivamente femininas, evidenciando que essas redes funcionam como espaços seguros onde o capital emocional é cultivado por meio de relações baseadas em confiança, reconhecimento e apoio mútuo. A partir de uma leitura bourdieusiana, as autoras argumentam que esse tipo de capital, entendido como um recurso afetivo coletivo, contribui para a construção de identidades empreendedoras alternativas ao modelo dominante masculino, orientado pela competição e pela racionalidade econômica.

Nesse mesmo campo de análise Gramm, Torre e Membretti (2020) revelam que as mulheres que passaram a gerar renda própria obtiveram reconhecimento por seu trabalho e aumentaram sua autoconfiança, ainda que persistam desafios relacionados à sobrecarga de tarefas e à manutenção das estruturas patriarcais. O empreendimento social, nesse contexto, não rompe totalmente com os papéis de gênero tradicionais, mas cria espaços de ação dentro deles.

Bastida *et al.* (2020) contribuem para esse debate ao mostrar que a forma como um empreendimento é estruturado importa tanto quanto seus objetivos. Modelos baseados em valores colaborativos, éticos e democráticos favorecem a participação feminina, especialmente quando oferecem espaço para a construção de subjetividades empreendedoras que rompem com a lógica produtivista e patriarcal do mercado tradicional.

Mas-Tur (2022) reforça essa perspectiva ao defender a necessidade de repensar os indicadores tradicionais de desempenho e sucesso no campo do empreendedorismo, para incluir variáveis como inclusão, justiça social e fortalecimento comunitário, aspectos essenciais para avaliar o real alcance das iniciativas conduzidas por mulheres em setores sociais. As mulheres empreendedoras tendem a adotar modelos de negócios voltados à sustentabilidade e à transformação social, sendo capazes de combinar objetivos econômicos com finalidades coletivas.

Ampliando esse horizonte Babović e Santo (2023) ressaltam que essas formas de empreender não apenas desafiam os modelos tradicionais centrados na acumulação de capital, mas propõem alternativas baseadas em valores como solidariedade, bem comum, justiça social e sustentabilidade. Ao articular essas abordagens, o empreendedorismo liderado por mulheres, especialmente nas indústrias culturais e criativas, opera como vetor de transformação social.

Voronkova *et al.* (2019) argumentam que, além de oferecer renda e ocupação, essa forma de empreendedorismo permite o desenvolvimento de competências sociais, emocionais

e técnicas, reforçando a autoestima e a autonomia das participantes. Destacam, ainda, que mulheres desempregadas frequentemente possuem qualidades como empatia e senso de cuidado que favorecem sua atuação em negócios sociais.

No entanto, como alertam Sahrakorpi e Bandi (2021), é fundamental adotar uma abordagem interseccional para compreender como gênero, classe e território se entrelaçam na limitação das oportunidades femininas. O empreendedorismo social, quando descolado de políticas públicas estruturantes, tende a reproduzir os limites do contexto em que está inserido. Assim, qualquer intervenção voltada ao empoderamento feminino deve ir além da criação de postos de trabalho e considerar os impactos das desigualdades sociais e culturais no cotidiano das mulheres.

Zanata *et al.* (2025) articulam o debate sobre o empreendedorismo feminino em vulnerabilidade à agenda global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), evidenciando como metas vinculadas ao ODS 1, 5, 8 e 10 orientam estratégias de erradicação da pobreza, promoção da igualdade de gênero, acesso a trabalho decente e redução das desigualdades estruturais. As autoras defendem que o fortalecimento dessas ações requer políticas públicas capazes de integrar empoderamento econômico e inclusão social, ao mesmo tempo em que enfrentam barreiras históricas como a desigualdade salarial, a violência de gênero e a limitação no acesso a recursos. Nesse sentido, citam iniciativas brasileiras como a Estratégia Elas Empreendem e o Programa Mulheres Mil, que atuam com capacitação técnica, suporte financeiro, formação de redes de apoio e ampliação do acesso a mercados, mostrando-se exemplos concretos de alinhamento entre práticas nacionais e compromissos internacionais para o avanço da autonomia feminina e da justiça social.

O empreendedorismo social feminino, quando enraizado em comunidades tradicionais, atua como instrumento de preservação cultural e fortalecimento da identidade coletiva, articulando práticas produtivas com valores locais. Nessa perspectiva, ele se configura também como estratégia de resistência política e social, ao questionar modelos de desenvolvimento externos e priorizar soluções construídas a partir das necessidades e saberes da própria comunidade, promovendo um desenvolvimento alinhado às realidades e aos princípios dos povos tradicionais (Coelho Filho, 2024).

Diante das múltiplas dimensões analisadas, o empreendedorismo social feminino se revela como uma prática situada, marcada por valores afetivos, éticos e coletivos que desafiam os modelos convencionais de negócio pautados na competitividade e na acumulação de capital. Ao articular experiências de vida, pertencimento territorial, solidariedade e

resistência, essas iniciativas produzem formas alternativas de organização do trabalho e de reinvenção das identidades femininas.

## **2.2 Estudos empíricos sobre mulheres empreendedoras sociais em diferentes contextos socioculturais**

A seleção das bases de dados foi orientada pela necessidade de contemplar tanto a produção científica internacional quanto a regional. Para isso, optou-se pela *Scopus*, reconhecida como uma das maiores e mais abrangentes bases multidisciplinares de indexação de periódicos científicos (Falagas *et al.*, 2008), e pela *SciELO*, referência no acesso à produção latino-americana e caribenha, especialmente em língua portuguesa e espanhola (Packer *et al.*, 2014). Essa combinação assegura amplitude e representatividade, permitindo captar estudos de circulação global, ao mesmo tempo em que incorpora contribuições oriundas do contexto brasileiro e latino-americano, evitando vieses de exclusão da literatura regional (Fink, 2014).

As buscas foram conduzidas a partir de critérios previamente estabelecidos, de modo a assegurar a relevância temática e a qualidade científica dos trabalhos analisados. Na base Scopus, a estratégia de busca combinou os descritores “social *entrepreneurship*” e “*female*” ou “*woman*”, aplicados nos campos de título e palavras-chave. Essa busca foi realizada em novembro de 2024 e, em virtude do processo de indexação da base, contemplou também artigos já programados para publicação em 2025. Ressalta-se que não foi estabelecida restrição quanto ao período de tempo, o que permitiu contemplar publicações desde os primeiros registros disponíveis até as mais recentes.

Foram definidos como critérios de inclusão os artigos publicados em periódicos científicos indexados na Scopus e que apresentassem foco direto no tema do empreendedorismo social feminino. Como critérios de exclusão, consideraram-se os trabalhos que não mantinham relação com o objeto central da investigação, os documentos que não configurassem artigos científicos e aqueles indisponíveis em acesso aberto. Após a aplicação desses filtros, foram identificados 111 artigos, dos quais 39 atenderam a todos os critérios e, portanto, constituíram a amostra efetivamente analisada.

Na segunda busca, realizada na base *SciELO*, foram utilizados os descritores “empreendedorismo social” *AND* “feminino” *OR* “mulher”. A estratégia não estabeleceu restrição temporal, de modo que foram considerados todos os registros disponíveis na base até a data da busca. Inicialmente, foram identificados 30 artigos, os quais passaram por um

processo de seleção a partir da leitura e verificação da pertinência direta com a temática proposta.

Os critérios de inclusão compreenderam artigos de pesquisa empírica publicados em periódicos indexados na *SciELO* e que apresentassem relação explícita entre empreendedorismo social e o universo feminino. Como critérios de exclusão, foram descartados trabalhos que não configurassem artigos científicos, aqueles que não tratassem especificamente do tema central da investigação e os que não estavam disponíveis em acesso aberto. Após essa triagem, manteve-se para análise final apenas o conjunto de artigos que atendia integralmente a tais critérios.

No total foram analisados 69 artigos, e, dentre eles, selecionaram-se 16 que tratavam especificamente de mulheres empreendedoras sociais em diferentes contextos socioculturais.

Ainda que a amostra final contabilize apenas 16 artigos, esse quantitativo reflete o estágio emergente da produção científica sobre empreendedorismo social feminino. A aplicação de critérios rigorosos de inclusão e exclusão assegurou que apenas estudos com pertinência direta fossem considerados, garantindo consistência teórica e empírica. Além disso, a consulta a bases complementares (*Scopus e SciELO*) ampliou a representatividade dos achados, equilibrando perspectivas internacionais e regionais.

Para a etapa de análise, os artigos selecionados foram organizados em uma planilha no Microsoft Excel, estruturada a partir de quatro categorias: Autor/Data, Objetivo, Aspectos metodológicos e Conclusão. Essa sistematização permitiu registrar de forma padronizada as principais informações de cada estudo, facilitando a comparação entre eles. A coluna Autor/Data possibilitou a identificação temporal e autoria das produções; a coluna objetivo sintetizou a intenção de cada investigação; em aspectos metodológicos foram descritos o tipo de pesquisa, os procedimentos e instrumentos utilizados; e, por fim, em conclusão foram registradas as contribuições centrais e os achados de cada artigo. Esse processo de categorização viabilizou a leitura crítica e comparativa do corpus, permitindo evidenciar convergências, divergências e lacunas na literatura sobre o empreendedorismo social feminino.

Parte significativa da produção recente voltou-se para a compreensão dos valores e motivações que sustentam as trajetórias empreendedoras femininas. Essa constatação decorre da análise comparativa dos 16 estudos sistematizados no Quadro 1, dos quais 7 artigos (43,75% da amostra) abordaram de forma explícita dimensões relacionadas a valores, experiências de vida e motivações como antecedentes ao empreendedorismo social. Entre eles, destaca-se

Magdalene (2024), que investigou como valores como empatia, justiça social e disposição para a ação se desenvolvem desde a infância, e Ihejiamaizu e Inyang (2022), que evidenciaram o papel das redes familiares e comunitárias como suporte emocional e prático. Essa predominância numérica e temática demonstra que a literatura recente tem dedicado atenção central a esse eixo de análise.

Vaz; Teixeira e Olave (2015) evidenciam que fatores internos como valores solidários, experiências de vida em contextos de vulnerabilidade, influências familiares e traços de personalidade exercem papel central na decisão de mulheres empreenderem socialmente. A vivência próxima das necessidades comunitárias, o contato prévio com lideranças ou associações, a herança cultural de saberes locais e a paixão pelo que fazem se combinam a características como resiliência, autonomia e capacidade de liderança, configurando um conjunto de motivações que ultrapassa o interesse econômico e se orienta pela promoção de mudanças sociais significativas

Complementarmente, Carneiro e Bernardino (2019) ampliam essa compreensão ao destacar que tais fatores internos não atuam isoladamente, mas se articulam a percepções sobre oportunidades, redes de apoio e expectativas sociais, compondo um perfil de empreendedora social que alia motivações pessoais a estratégias coletivas de transformação. Também nessa direção, Brieger *et al.* (2018) propõem um modelo teórico-empírico de pró-socialidade baseado na dignidade relacional, reciprocidade e comunhão prática, sugerindo que o empoderamento humano integral pode ser um orientador das práticas empreendedoras socialmente comprometidas.

Outro conjunto de estudos enfatiza a importância das redes sociais e do capital social na consolidação e sustentabilidade dos empreendimentos. Corrêa e Teixeira (2015) analisam como as redes empreendedoras femininas operam por meio de laços fortes e fracos, estruturando-se como vias de acesso a recursos, informações e apoio institucional. Brogan e Dooley (2023) também demonstram que mulheres artesãs mobilizam diferentes formas de capital social para fortalecer sua agência e promover transformações em suas comunidades. De maneira semelhante, Farroñan *et al.* (2024), ao investigar experiências no Peru, identificam a construção de redes de apoio comunitárias e institucionais como fator crítico para a longevidade dos empreendimentos liderados por mulheres.

Há ainda estudos que abordam elementos culturais, espirituais e ancestrais como fundamentos simbólicos e práticos das iniciativas empreendedoras femininas. A pesquisa de Mejía e González (2022), por exemplo, analisa a atuação de mulheres indígenas mexicanas

cujas práticas autogestionárias se sustentam em princípios éticos ancestrais e produções culturais enraizadas. No Peru, Torres e Avolio (2024) evidenciam a relevância da espiritualidade, da dor ressignificada e do cuidado como forças organizadoras das práticas de mulheres empreendedoras. Hechavarría e Brieger (2020), ao explorar o contexto paquistanês, mostram como práticas culturais e religiosas, longe de serem apenas obstáculos, são ressignificadas pelas mulheres como ferramentas de legitimação e inovação no espaço público e produtivo.

Complementando essa perspectiva, Costa *et al.* (2020) salienta que muitas iniciativas femininas se enraízam em práticas artesanais transmitidas entre gerações, preservando técnicas, estéticas e significados culturais como parte integrante do processo produtivo. Essas referências culturais, além de funcionarem como fonte de identidade e coesão comunitária, tornam-se diferenciais estratégicos para a inserção no mercado, ao mesmo tempo em que fortalecem a resistência a processos de homogeneização cultural e econômica.

A dimensão afetiva e emocional também aparece com destaque em algumas análises. Stahl, Burnard e McDonald (2023) introduzem o conceito de capital emocional, argumentando que empatia, escuta e apoio mútuo são recursos-chave em redes exclusivamente femininas.

Alguns estudos direcionam o olhar para a dimensão das políticas públicas e do impacto social coletivo. O trabalho clássico de Datta e Gailey (2012) sobre a SEWA, na Índia, destaca como organizações de base lideradas por mulheres podem aliar empreendedorismo, coletividade e empoderamento político para promover justiça de gênero e desenvolvimento sustentável. Círuela-Lorenzo, González-Sánchez e Plaza-Angulo (2020), por sua vez, analisam como mulheres colombianas vítimas de conflitos armados utilizam o empreendedorismo social para reconstruir vidas, fortalecer redes e recuperar identidades, revelando o potencial transformador dessas práticas em contextos de extrema violência estrutural.

Nessa mesma direção Oliveira *et al.* (2024) destacam que o impacto das empreendedoras sociais vai além da geração de renda, alcançando a transformação da realidade comunitária. Essa atuação promove melhorias nas condições de vida e amplia o acesso a direitos básicos. Também fortalece a autonomia e o empoderamento das mulheres. Além disso, consolida redes de apoio e laços comunitários. Por fim, contribui para a preservação de saberes tradicionais e a criação de legados sociais duradouros.

O quadro 1 abaixo, traz uma síntese dos estudos, apresentando, os autores, o ano de publicação, o objetivo, aspectos metodológicos e a conclusão do estudo.

Quadro 1 - Estudos empíricos sobre mulheres empreendedoras sociais em diferentes contextos socioculturais

Autor/Data	Objetivo	Aspectos metodológicos	Conclusão
Magdalene (2024)	Identificar os valores que antecedem o empreendedorismo social feminino, explorando onde e como esses valores surgem e como influenciam a percepção de desejabilidade e viabilidade na criação de empreendimentos sociais	Pesquisa qualitativa, baseada em análise retrospectiva (sense-making) de trajetórias de 30 empreendedoras sociais no Reino Unido, considerando o desenvolvimento de valores ao longo da vida.	Valores como empatia, justiça social e proatividade são desenvolvidos, reforçados e desafiados em diferentes contextos experienciais ao longo da vida. O acúmulo dessas experiências molda a percepção de que criar um empreendimento social é viável e desejável, alinhando valores pessoais com trabalho remunerado e motivando a ação empreendedora social.
Ihejiamaizu e Inyang (2022)	Examinar motivações para o engajamento de mulheres no empreendedorismo social na Nigéria.	Estudo qualitativo; análise de conteúdo de dados secundários de 6 empreendedoras sociais do Ashoka.com.	A motivação principal é resolver problemas sociais, mais do que gerar lucro, muitas vezes influenciada por experiências pessoais.
Vaz; Teixeira e Olave (2015)	Analisar as motivações de mulheres para criar empreendimentos sociais em Sergipe.	Pesquisa qualitativa, utilizando estudo de casos múltiplos. A coleta de evidências ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com empreendedoras. Foram analisados três empreendimentos sociais criados por mulheres no estado de Sergipe.	As motivações identificadas incluem fatores ambientais, influência familiar e necessidade de ajudar ao próximo. Instituições de ensino, movimentos sociais e associações de moradores desempenharam papel relevante na estruturação inicial dos empreendimentos, funcionando como incubadoras e oferecendo apoio organizacional.
Carneiro e Bernardino (2019)	Identificar o perfil do empreendedor social no Brasil, considerando características pessoais, motivações e percepções que influenciam a criação de iniciativas sociais.	Pesquisa quantitativa, com aplicação de questionário online a empreendedores sociais que utilizam plataformas de investimento coletivo (crowdfunding) no Brasil.	O empreendedor social brasileiro apresenta elevado nível de agradabilidade, abertura a novas experiências e extroversão, influenciando positivamente a criação de iniciativas sociais. A percepção das capacidades pessoais é crucial para a visão sobre a viabilidade da iniciativa.
Brieger <i>et al.</i> (2018)	Propor um quadro de empoderamento humano para explicar por que alguns negócios adotam mais políticas e atividades sociais.	Análise quantitativa; dados de mais de 15.000 empreendedores de 43 países.	O empoderamento humano aumenta a orientação social nos negócios e reforça o efeito do gênero na prosocialidade empresarial.
Corrêa e Teixeira (2015)	Analisar como empreendedores sociais usam redes para obter recursos e legitimação.	Estudo de casos múltiplos com entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo	Laços fortes fornecem a maioria dos recursos; laços fracos oferecem recursos físicos e contribuem para a legitimação.

		complementarmente a Análise de Redes Sociais (ARS).	
Brogan e Dooley (2023)	Explorar o impacto de cooperativas artesanais no empoderamento de mulheres na África Subsaariana.	Estudo fenomenológico; entrevistas semiestruturadas com fundadoras e análise documental.	Cooperativas geram benefícios econômicos e sociais, promovendo crescimento pessoal e comunitário.
Farroñan <i>et al.</i> (2024)	Analisar os fatores críticos que determinam a sustentabilidade de empreendimentos sociais liderados por mulheres no Peru, utilizando modelagem de equações estruturais (SEM).	Pesquisa quantitativa com amostra aleatória de 521 empreendedoras sociais; aplicação de modelagem de equações estruturais; análise de variáveis como emprego atual, tipo de empreendimento, anos de experiência e idade.	O emprego atual influencia significativamente o potencial empreendedor social; tipo de empreendimento e experiência atuam como moderadores; mulheres com 30 anos ou mais e mais de 6 anos de experiência apresentam maior potencial; recomenda-se que políticas considerem status de emprego, tipo de empreendimento, experiência prévia e idade.
Mejía e González (2022)	Analisar as práticas de empreendedorismo cooperativo na organização de mulheres indígenas Sihuatl Tlen, em San Isidro Buen Suceso, Tlaxcala, México.	Estudo qualitativo de abordagem fenomenológica, utilizando a Técnica de Indagação Apreciativa. Dados coletados por entrevistas estruturadas.	Apesar de enfrentar condições adversas, a organização mantém foco em iniciativas empreendedoras voltadas à melhoria da qualidade de vida, demonstrando resiliência e potencial de transformação social por meio do cooperativismo.
Torres e Avolio (2024)	Explorar experiências de 30 mulheres líderes no empreendedorismo social no Peru.	Abordagem fenomenológica; entrevistas em profundidade com análise de Moustakas (1994).	Propõe um quadro que integra fatores individuais, sociais, culturais e institucionais na criação e desenvolvimento de empreendimentos sociais.
Hechavarría e Brieger (2020)	Investigar como práticas culturais interagem com gênero para influenciar o empreendedorismo social feminino.	Análise quantitativa; dados do GEM, GLOBE e Banco Mundial para 33 países.	Mulheres têm maior probabilidade de empreender socialmente em culturas com baixa distância de poder e alto futuro e evitação da incerteza.
Costa <i>et al.</i> (2020)	Abordar como o empreendedorismo social aliado à gestão de resíduos da indústria têxtil pode gerar impacto positivo na vida de mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio do Projeto Alinhar-te.	Estudo de caso descritivo, baseado na experiência do Projeto Alinhar-te.	O projeto promoveu empoderamento feminino ao possibilitar que mulheres se reconhecessem capazes de produzir itens com valor de mercado, gerando oportunidades de renda extra e fortalecendo sua autoestima e autonomia.
Stahl, Burnard e McDonald (2023)	Compreender como redes femininas contribuem para o capital emocional	Estudo qualitativo; entrevistas com 33 mulheres no Reino Unido;	Redes exclusivamente femininas fornecem suporte emocional e

	no empreendedorismo social.	abordagem bourdieusiana revisada.	desafiam normas masculinas no campo.
Datta e Gailey (2012)	Investigar como uma cooperativa feminina na Índia promove empoderamento econômico e social.	Estudo de caso; entrevistas e análise documental.	A cooperativa proporcionou segurança econômica, desenvolvimento de comportamento empreendedor e maior contribuição familiar.
Ciruela-Lorenzo, González-Sánchez e Plaza-Angulo (2020)	Investigar o papel do empreendedorismo social no empoderamento de mulheres vítimas do conflito armado colombiano e sua contribuição para a construção da paz.	Pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas com sete mulheres de diferentes departamentos da Colômbia que desenvolveram projetos de empreendedorismo social.	O empreendedorismo social oferece às mulheres um caminho para passar de vítimas passivas a agentes de mudança, fortalecendo o empoderamento pessoal e comunitário. Contudo, a atuação estatal é essencial para ampliar o alcance e a durabilidade dos impactos, potencializando avanços econômicos, sociais e nos processos de paz.
Oliveira <i>et al.</i> (2024)	Analisar o empreendedorismo feminino social no estado do Piauí à luz da teoria das representações sociais de Serge Moscovici, identificando como normas e políticas públicas refletem e moldam as percepções sobre as mulheres empreendedoras.	Abordagem qualitativa e documental, com análise de leis e projetos de lei obtidos no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL).	As representações sociais de desigualdade e violência de gênero influenciam negativamente a atividade empreendedora feminina. As políticas públicas visam fomentar a autonomia financeira e a capacitação, promovendo a emancipação das mulheres. Essas representações atuam de forma normativa (influenciando leis) e prescritiva (moldando crenças e comportamentos).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As metodologias adotadas nos estudos apresentados no quadro 1 são majoritariamente qualitativas, com destaque para estudos de caso, entrevistas semiestruturadas e, em alguns casos, abordagens etnográficas. Muitos incorporam perspectivas feministas, interseccionais e decoloniais, comprometendo-se com a valorização dos saberes locais e das experiências das próprias mulheres como protagonistas de suas histórias.

A análise do conjunto revela um claro predomínio dessa abordagem qualitativa, com a maior parte dos trabalhos (Magdalene, 2024; Ihejiamazu; Inyang, 2022; Corrêa; Teixeira, 2015; Brogan; Dooley, 2023; Mejía; González, 2022; Torres; Avolio, 2024; Stahl; Burnard; McDonald, 2023; Ciruela-Lorenzo; González-Sánchez; Plaza-Angulo, 2020; Oliveira *et al.*, 2024; Vaz; Teixeira; Olave, 2015; Costa *et al.*, 2020) recorrendo a entrevistas semiestruturadas, estudos de caso e análises documentais, o que reforça o foco na compreensão

aprofundada das experiências, contextos e significados atribuídos pelas mulheres empreendedoras sociais.

Dentre esses, apenas Corrêa e Teixeira (2015) fazem uso explícito da Análise de Redes Sociais (ARS), indicando uma lacuna promissora para trabalhos futuros. Em contraste, são menos frequentes as pesquisas quantitativas, presentes apenas em Brieger *et al.* (2018), Farroñan *et al.* (2024), Hechavarría e Brieger (2020) e Carneiro e Bernardino (2019), que utilizam análises estatísticas avançadas, modelagem de equações estruturais ou grandes bases de dados. Também não se identificam estudos explicitamente de métodos mistos, revelando um espaço pouco explorado para investigações que combinem a profundidade qualitativa com a abrangência quantitativa.

Do ponto de vista analítico, observa-se que alguns estudos priorizam o nível micro, investigando valores, redes e experiências pessoais, enquanto outros se concentram no nível macro, abordando cultura nacional e políticas públicas, mas poucos integram de forma consistente essas duas dimensões, o que abre oportunidades para pesquisas interseccionais mais completas. Além disso, a ausência de estudos longitudinais limita a compreensão de como o empreendedorismo social feminino evolui ao longo do tempo. As redes, sejam formais ou informais, emergem como fator transversal, desempenhando papéis que vão do suporte emocional à legitimação e ao acesso a recursos.

Por fim, os estudos empíricos revisados evidenciam que o empreendedorismo social feminino deve ser compreendido como um fenômeno coletivo, situado e enraizado em territórios e culturas específicas. No entanto, observa-se uma carência de análises aprofundadas sobre a estrutura interna dos coletivos, especialmente no contexto brasileiro e em territórios quilombolas. É nesse campo que se insere a presente pesquisa, ao buscar compreender a estrutura do Coletivo Bordando Resistência, suas redes de cooperação, os valores compartilhados e os vínculos territoriais que sustentam a atuação empreendedora de mulheres negras quilombolas no Ceará.

### **3 ENTRE LAÇOS E RECURSOS: INTERFACES TEÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DAS REDES NO EMPREENDEDORISMO SOCIAL**

Esta seção está organizada em duas subseções principais: a primeira apresenta o conceito de laços sociais fortes e fracos, conforme a abordagem seminal de Granovetter (1973), destacando seu papel na constituição das redes de cooperação. A segunda subseção discute a tipologia de recursos mobilizados em empreendimentos sociais, conforme proposta por Brush, Greene e Hart (2001), que distingue entre recursos humanos, sociais e financeiros. Ambas as categorias teóricas constituem os fundamentos analíticos que orientarão a interpretação dos dados empíricos no estudo do Coletivo Bordando Resistência.

#### **3.1 Tipos de laço social segundo Granovetter (1973)**

A distinção entre laços fortes e laços fracos, proposta por Granovetter em seu estudo seminal *The Strength of Weak Ties* (1973), tornou-se um dos marcos fundadores da análise de redes sociais e permanece como referência incontornável para compreender como os indivíduos acessam informações, oportunidades e recursos através de suas relações sociais. Os laços sociais não se equivalem em intensidade e função: eles variam conforme o grau de intimidade, frequência de contato, reciprocidade e confiança estabelecida entre os atores sociais (Granovetter, 1973).

Laços fortes são vínculos caracterizados por relações próximas, duradouras e emocionalmente intensas como os que se estabelecem entre familiares, amigos íntimos e colegas de trabalho com longa convivência. Já os laços fracos são relações menos frequentes e menos íntimas, como aquelas mantidas com conhecidos, colegas de rede ampliada ou parceiros institucionais eventuais. Ainda que pareçam menos relevantes à primeira vista, Granovetter (1973) argumenta que os laços fracos possuem um papel estratégico, pois atuam como pontes entre redes distintas, permitindo o fluxo de novas informações e conexões que dificilmente seriam acessadas dentro de círculos de laços fortes.

Nesse sentido, estudos posteriores buscaram formalizar os argumentos de Granovetter e testar seus limites. Entre essas contribuições, destaca-se o trabalho de Tutić e Wiese (2015), que reconstrói a teoria dos laços fortes e fracos a partir de ferramentas da teoria dos grafos e da teoria dos jogos cooperativos. Os autores introduzem uma distinção analítica entre a força de um laço, entendida como a probabilidade de interação entre dois agentes, e o

seu valor, ou seja, a contribuição efetiva desse laço para o bem-estar coletivo da rede. Essa diferenciação permite compreender que nem todo laço fraco tem, necessariamente, um papel estratégico: sua relevância dependerá do contexto da rede, das complementaridades entre os atores conectados e da existência de benefícios reais na mediação entre grupos.

Essa distinção entre força e valor dos laços encontra eco em Kim e Fernandez (2023), que avançam na crítica ao demonstrar que a eficácia de um laço está diretamente relacionada à agência dos sujeitos e ao contexto relacional em que ele se insere. Para os autores, laços fracos nem sempre funcionam como pontes eficazes, especialmente quando carecem de confiança ou reciprocidade, e laços fortes também podem exercer papel estratégico quando mobilizados de forma intencional para acessar recursos ou posições sociais relevantes.

O estudo de Friedkin (1980) representa uma validação empírica da teoria proposta por Granovetter (1973) sobre a força dos laços fracos. Enquanto Granovetter formulou uma hipótese teórica segundo a qual os laços fracos, por atuarem como pontes entre subgrupos densamente conectados, são cruciais para a integração estrutural das redes sociais, Friedkin testou essa ideia utilizando dados de uma rede de cientistas em diferentes departamentos de biologia. Seus achados confirmam que as pontes locais conexões que unem subgrupos e permitem o fluxo de informações são predominantemente formadas por laços fracos, e que esses laços desempenham um papel essencial na coesão intergrupar e na eficiência da comunicação entre setores distintos de uma rede.

No entanto, Louise Ryan (2016) propõe uma reformulação crítica dessa visão, ao mostrar que laços fracos nem sempre são eficazes, pois podem carecer da confiança necessária para a circulação real de recursos. Ela argumenta ainda que laços fortes, desde que conectem atores em posições sociais distintas, também podem desempenhar o papel de pontes verticais ou "escadas" em redes migratórias.

No contexto do empreendedorismo social, essa distinção revela-se particularmente útil. Corrêa e Teixeira (2015), ao analisarem redes de empreendedores sociais em Sergipe, demonstram empiricamente que os laços fortes foram fundamentais para mobilizar os recursos iniciais e garantir apoio emocional e operacional nas fases iniciais dos empreendimentos, enquanto os laços fracos se mostraram cruciais para o acesso a recursos físicos, visibilidade institucional e legitimação junto a atores externos, como empresas, órgãos públicos e doadores.

Essa compreensão é corroborada por Teixeira *et al.* (2014), que, ao investigarem redes de profissionais empreendedores no setor de serviços odontológicos, ressaltam que os laços fortes como vínculos familiares e de amizade foram essenciais para oferecer apoio

emocional, financeiro e logístico na fase inicial dos empreendimentos. Em contrapartida, os laços fracos desempenharam papel estratégico ao conectar os empreendedores a outras redes sociais, favorecendo o acesso a informações, recursos e oportunidades externas. Essa distinção reforça a importância de compreender as diferentes funções dos laços sociais na configuração e no desempenho dos empreendimentos, inclusive os de natureza social.

Avançando nessa perspectiva, Chang *et al.* (2024) ampliam o entendimento ao argumentarem que o sucesso empreendedor depende não apenas da existência de conexões, mas da capacidade dos empreendedores de reconfigurar estrategicamente seus laços fracos e fortes para gerar novos recursos e oportunidades. Nesse processo, a heterogeneidade dos laços é um fator decisivo, pois amplia a diversidade de saberes, experiências e possibilidades de articulação de soluções criativas.

Tutić e Wiese (2015) propõem uma reformulação do chamado “triângulo proibido”, conceito utilizado por Granovetter para expressar a tendência de que, quando um ator mantém laços fortes com dois outros, é provável que esses dois também estejam conectados entre si. A partir da chamada “desigualdade triangular”, os autores desenvolvem um modelo probabilístico que expressa com mais precisão o papel estrutural dos laços fracos na coesão e na expansão das redes sociais. Seus achados confirmam parcialmente a tese de Granovetter, mas também indicam que os efeitos positivos dos laços fracos dependem de pressupostos como a homofilia e a existência de benefícios efetivos na criação de pontes entre subgrupos.

Por sua vez, Bastian, Wood e Ng (2023) propõem um olhar mais situado culturalmente para essa discussão. Em contextos coletivistas, como o das mulheres empreendedoras nos Emirados Árabes Unidos, os laços fortes baseados em família, comunidade e tradições locais assumem centralidade não apenas no suporte material, mas também no fortalecimento da autoestima, do reconhecimento simbólico e da capacidade de agência das mulheres. Isso relativiza a ideia universal de que os laços fracos são sempre mais vantajosos, como proposto inicialmente por Granovetter (1973), mostrando que o valor de um laço depende também do contexto social e cultural em que está inserido.

A pesquisa realizada por Bastos, Vale e Teodósio (2013) evidencia o papel crucial dos mediadores como líderes comunitários e empreendedores sociais na conversão de laços fracos em redes produtivas. Esses atores atuam como pontes entre os saberes locais e os recursos externos, facilitando o acesso a mercados, políticas públicas e oportunidades de formação. Por meio de práticas de cooperação, transferência de conhecimento e fortalecimento do capital social, os mediadores transformam contatos inicialmente frágeis em estruturas de colaboração

estáveis, ampliando as possibilidades de superação da pobreza por meio de negócios inclusivos e do empreendedorismo social.

Ryan (2016) destaca a temporalidade das relações sociais ao mostrar que os laços não são estáticos, mas se transformam ao longo do tempo, ganhando ou perdendo força conforme as experiências vividas e o contexto social. Essa perspectiva permite compreender as redes de apoio como estruturas dinâmicas, que se reconfiguram em função das necessidades e trajetórias dos sujeitos. Com isso, a análise das redes vai além da estrutura estática e incorpora um olhar histórico-processual sobre como os laços se formam, se mantêm ou se desfazem, contribuindo para uma leitura mais realista da cooperação em empreendimentos coletivos.

Essa leitura encontra ressonância no trabalho de Lutz, Petrini e Souza (2022), ao mobilizarem o conceito de imersão de Granovetter para evidenciar que as ações dos agentes em empresas sociais estão enraizadas em sistemas contínuos de relações sociais. Para compreender como vínculos são criados, sustentados ou transformados no interior desses ecossistemas, é necessário considerar o contexto relacional e histórico no qual os atores estão inseridos. Isso permite uma análise mais fina das redes de apoio e cooperação, especialmente em experiências autogestionárias, nas quais os vínculos sociais não apenas viabilizam o acesso a recursos, mas também moldam as possibilidades de ação coletiva.

Em síntese, a tipologia de laços proposta por Granovetter (1973) permite analisar, no caso do Coletivo Bordando Resistência, como diferentes tipos de relações contribuem para a constituição da rede de apoio ao empreendimento. Espera-se, com base nesse referencial, compreender não apenas quem são os atores envolvidos, mas como e por que determinados vínculos são acionados em diferentes momentos e para diferentes finalidades, sejam elas mobilizar recursos, gerar legitimidade, compartilhar saberes ou fortalecer a identidade coletiva do grupo.

### **3.2 Tipos de recursos segundo Brush, Greene e Hart (2001)**

No campo do empreendedorismo social, os recursos assumem uma conotação estratégica que vai além de sua dimensão econômica, envolvendo também aspectos relacionais, simbólicos e institucionais. Em contextos marcados por escassez e por desafios estruturais, como os enfrentados pelos empreendimentos sociais, o acesso, a construção e a orquestração de recursos tornam-se elementos-chave para a sustentabilidade organizacional (Moizer; Tracey, 2010).

A mobilização de recursos constitui uma dimensão central para a consolidação e sustentabilidade dos empreendimentos. Para compreender a natureza e a diversidade desses recursos, a tipologia proposta por Brush, Greene e Hart (2001) no modelo original é amplamente reconhecida e utilizada. A classificação abrange três tipos principais de recursos: humanos, sociais e financeiros. Essa estrutura analítica permite compreender não apenas a variedade dos recursos mobilizados, mas também os modos pelos quais eles são acessados e articulados por meio das redes de relacionamento (Brush; Greene; Hart, 2001).

Os recursos humanos referem-se às competências, conhecimentos, experiências e habilidades dos indivíduos envolvidos no empreendimento, incluindo os empreendedores e suas equipes. No caso de iniciativas sociais, esse tipo de recurso frequentemente é ativado por meio de laços fortes com familiares, amigos ou profissionais da comunidade, cujas contribuições são decisivas nas fases iniciais da organização (Corrêa; Teixeira, 2015; Bastian; Wood, 2023).

Os recursos sociais dizem respeito ao capital social acumulado nas relações interpessoais e institucionais, compreendendo tanto os laços fortes quanto os fracos. Esses recursos incluem confiança, legitimidade, reputação e acesso a redes de apoio que facilitam o compartilhamento de informações, a obtenção de apoio político e o fortalecimento da imagem pública do empreendimento (Chang *et al.*, 2023; Brady; Haugh, 2007).

Os recursos financeiros são aqueles necessários para o financiamento das atividades, como capital inicial, doações, crédito e patrocínios. Embora frequentemente escassos, podem ser parcialmente supridos por meio das redes de relacionamento, especialmente através de laços fracos com agentes externos, como instituições públicas ou privadas que apoiam financeiramente causas sociais (Corrêa; Teixeira, 2015).

Em um estudo com mais de vinte casos empíricos, Gopalkrishnan (2013) mostra como a tecnologia pode ser um catalisador para o crescimento e a reinvenção de iniciativas sociais, inclusive viabilizando serviços antes impensáveis em contextos de vulnerabilidade. Essa abordagem amplia o escopo clássico de recursos proposto por Brush, Greene e Hart (2001), ao evidenciar o papel transversal da tecnologia na articulação e alavancagem dos demais recursos necessários à sustentabilidade dos empreendimentos sociais.

Esses recursos tecnológicos incluem equipamentos, infraestrutura digital, *softwares* e ferramentas específicas utilizadas para operacionalizar as atividades do empreendimento. No empreendedorismo social, esses recursos são comumente viabilizados por meio de parcerias institucionais e transferências de tecnologia oriundas de universidades, empresas e programas governamentais (Chang *et al.*, 2023).

Esses recursos não atuam de forma isolada, mas sim interdependente: o diferencial competitivo de um empreendimento decorre da capacidade de combinar e mobilizar estrategicamente essas três dimensões para transformar uma ideia inicial em uma proposta única e sustentável (Brush; Greene; Hart, 2001).

Martínez e Bañón (2014) evidenciam que os principais desafios na gestão de empreendimentos sociais estão concentrados na administração de recursos humanos e financeiros, sendo esses os mais sensíveis às especificidades do campo social. Enquanto o engajamento por causas sociais atrai voluntários e colaboradores motivados, a limitação de recursos dificulta a contratação de profissionais especializados. Por outro lado, destacam a emergência de novas fontes de financiamento como fundos éticos e capital social que vêm ampliando as possibilidades de sustentação financeira.

A construção de uma base de recursos é uma etapa crítica para empreendimentos emergentes, que frequentemente carecem de um legado organizacional estruturado. Nesse contexto, os empreendedores são desafiados a identificar, atrair e combinar diferentes recursos humanos, sociais e financeiros a fim de transformá-los em uma base organizacional capaz de gerar valor e sustentar a trajetória do empreendimento (Brush; Greene; Hart, 2001).

Bals *et al.* (2023) introduzem a noção de intermediários sociais, que atuam como mediadores no acesso, combinação e alavancagem de recursos, contribuindo para a criação de valor social na base da pirâmide. Esses aportes teóricos ampliam a visão tradicional ao demonstrar que, mais do que possuir recursos, é preciso construir redes e capacidades éticas e técnicas para mobilizá-los de forma estratégica e sensível ao território.

Moizer e Tracey (2010) abordam o desafio central das empresas sociais de conciliar objetivos sociais e comerciais por meio de decisões estratégicas de alocação de recursos, evidenciando que, em contextos de escassez, o valor dos recursos não está apenas na sua posse, mas na capacidade de articulá-los em função de decisões coerentes com a missão institucional e as exigências do ambiente externo. Essa articulação, no entanto, não ocorre em um vácuo institucional: o ambiente em que operam as empresas sociais também influencia significativamente sua estrutura de acesso e uso de recursos.

A partir da *Resource Dependence Theory*, Choi e Park (2021) argumentam que o apoio de governos locais às empresas sociais nem sempre decorre de compromissos ideológicos com a justiça social, mas muitas vezes emerge como estratégia de gestão diante de restrições fiscais. Nesse cenário, o incentivo ao empreendedorismo social torna-se uma forma de transferir parte das responsabilidades públicas para o terceiro setor, permitindo aos governos manter certa

legitimidade social sem necessariamente expandir seus próprios investimentos. Essa leitura amplia o escopo dos recursos analisados por Brush, Greene e Hart (2001), ao incorporar as relações de dependência institucional como determinantes do acesso e da mobilização de recursos em contextos marcados por escassez e reconfiguração do papel do Estado.

Além da tipologia de Brush, Greene e Hart (2001), estudos mais recentes, como o de El Ebrashi (2018) ao analisar casos de empreendimentos no Egito a partir da *Resource-Based View*, enfatizam a centralidade dos recursos intangíveis, tais como capital organizacional, social, reputacional e psicológico, os quais interagem com o contexto institucional para moldar as estratégias de crescimento e sustentabilidade dos empreendimentos sociais.

Essa perspectiva encontra respaldo empírico no estudo de Rossoni e Teixeira (2009), que demonstra como recursos simbólicos e relacionais são mobilizados de maneira estratégica desde os estágios iniciais de um empreendimento social. No caso da ONG Aliança Empreendedora, evidencia-se que seus fundadores acionaram vínculos construídos ao longo de suas trajetórias pessoais e profissionais, aproximando-se de pessoas e organizações com capital simbólico, como universidades, consultores e entidades do terceiro setor, cuja associação conferia maior credibilidade ao projeto nascente. A mobilização envolveu tanto laços fortes quanto laços fracos, permitindo o acesso a diferentes tipos de recursos (materiais, humanos, financeiros e simbólicos), essenciais à constituição da organização.

Nesse sentido, compreender os mecanismos por meio dos quais tais recursos são ativados demanda atenção aos processos relacionais e coletivos que sustentam as práticas empreendedoras. A mobilização desses recursos não ocorre de forma isolada. Ao contrário, ela se dá por meio de processos dinâmicos de interação entre os atores envolvidos, conforme demonstrado por Corrêa e Teixeira (2015), que evidenciam como redes sociais empreendedoras permitem a ativação e articulação de diferentes tipos de recursos a partir das conexões construídas pelos empreendedores sociais.

## **4 QUILOMBO, AS MULHERES QUILOMBOLAS E O ARTESANATO**

Esta seção está dividida em três subseções, a primeira discute o quilombo como território de resistência e expressão coletiva da população negra no Brasil. Inicialmente, apresenta-se uma reflexão conceitual sobre os quilombos enquanto espaços políticos, simbólicos e existenciais. A segunda, com ênfase na centralidade das mulheres quilombolas na manutenção cultural, na luta por direitos e na organização comunitária, traz também o conceito e a discussão sobre a interseccionalidade que atravessa essas mulheres. Em seguida, na terceira subseção, analisa-se o protagonismo das mulheres quilombolas, destacando suas práticas de cuidado, solidariedade, produção cultural e articulação política, com foco no papel do artesanato como linguagem de resistência e empoderamento.

### **4.1 O Quilombo como espaço de resistência**

O quilombo pode ser entendido como um espaço de resistência coletiva e autodeterminação negra, que articula ancestralidade, espiritualidade, solidariedade e territorialidade. Quilombo é território simbólico e político onde se cultivam saberes tradicionais, práticas culturais e estratégias de resistência frente às opressões históricas do racismo, do patriarcado e do capitalismo. Sua identidade é forjada no movimento e na coletividade, sendo atualizado constantemente pelas experiências de luta e cuidado das mulheres negras quilombolas (Araújo *et al.*, 2020, Santos, 2020; Leite, 2018). Nessa perspectiva, compreender o que significa ser quilombola é fundamental, pois esse conceito articula dimensões históricas, políticas e cosmológicas que se enraízam justamente nesse território de resistência.

Do ponto de vista jurídico, vincula-se ao autorreconhecimento previsto na Constituição de 1988 e reafirmado pela certificação da Fundação Cultural Palmares, constituindo-se como categoria identitária e de direitos (Gonçalves; Santos; Barbalho, 2020). Em uma perspectiva política, ser quilombola significa resistir cotidianamente às disputas territoriais e afirmar-se como sujeito de direito diante do Estado (Carvalho, 2016; Araújo; Silva, 2019). Já na chave cosmológica, Santos (2018) enfatiza que ser quilombola não é possuir a terra, mas pertencer a ela, operando saberes orgânicos transmitidos pela oralidade e praticando a contracolônização como forma de reedição de suas próprias matrizes culturais. É justamente a partir dessa concepção que se abre a possibilidade de compreender os quilombos não apenas

como expressões de um passado de resistência, mas como territórios vivos e em permanente atualização.

Conforme argumentam Dias e Aragão (2025), os quilombos não devem ser compreendidos apenas como locais de refúgio ou resistência passada, mas como territórios vivos, onde se articula a luta por direitos, a preservação da cultura afro-brasileira e a construção de identidades coletivas. Esses espaços se constituem como fundamentos políticos da existência negra no Brasil, atualizando permanentemente as estratégias de resistência e de reprodução da vida por meio da ancestralidade, da espiritualidade e da organização comunitária. Nesse processo, o território deixa de ser apenas uma base física para se tornar elemento central da autoinscrição identitária, ligando passado, presente e futuro, e reforçando a articulação entre memória, cultura e luta por direitos (Gonçalves; Santos; Barbalho, 2020).

Nesse sentido, os territórios quilombolas são mais do que espaços físico-geográficos: são territórios existenciais onde se inscrevem memórias, saberes e formas de resistência. Moura (2001) destaca que os quilombos foram formas de organização social contra-hegemônica que questionam as estruturas coloniais de dominação racial e econômica, construindo formas autônomas de vida baseadas na solidariedade, no pertencimento e na defesa coletiva do corpo e do espaço. Essa tradição de luta se atualiza nas práticas contemporâneas das mulheres quilombolas, que, como aponta Santos (2021), protagonizam as lutas por terra, memória, reconhecimento e acesso a direitos.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco no reconhecimento das comunidades quilombolas, sobretudo por meio do artigo 68 do ADCT, que assegura a titulação das terras ocupadas por esses grupos. Nesse contexto, a criação da Fundação Cultural Palmares assumiu papel central na certificação e na preservação da cultura afro-brasileira. Posteriormente, a instituição da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) ampliou o alcance das políticas afirmativas, articulando ações de combate ao racismo estrutural e garantindo a participação da sociedade civil na promoção da igualdade racial (Gonçalves; Santos; Barbalho, 2020).

Apesar dos avanços legais, os processos de regularização fundiária têm sido marcados por disputas políticas, jurídicas e econômicas, frequentemente atravessados por interesses de grandes proprietários e empreendimentos estatais ou privados. Como mostra Carvalho (2016), as chamadas tecnologias de governo, ainda que voltadas à garantia de direitos,

muitas vezes produzem morosidade, burocratização e novos conflitos, revelando a distância entre o reconhecimento formal e a efetiva titulação dos territórios quilombolas.

A certificação das comunidades quilombolas, conduzida pela Fundação Cultural Palmares, constitui etapa inicial para o reconhecimento oficial e para a regularização fundiária, funcionando como instrumento de afirmação étnica e cultural. Embora esse reconhecimento seja fundamental, ele não assegura automaticamente a titulação de terras nem a efetivação de outros direitos, exigindo políticas públicas que garantam condições de vida digna, como acesso à água, saneamento, educação diferenciada, renda e segurança (Gonçalves; Santos; Barbalho, 2020).

A realidade das comunidades quilombolas evidencia que o reconhecimento jurídico, embora fundamental, não elimina as múltiplas formas de violência que atingem esses grupos. O relatório *Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil*, sistematizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) em 2018, demonstra que assassinatos, ameaças, despejos e torturas configuram um cenário de vulnerabilidade sustentado pelo racismo estrutural, institucional e econômico. Ainda assim, tais práticas opressoras encontram resistência nas mobilizações políticas e jurídicas das comunidades, que articulam identidade, ancestralidade e territorialidade como fundamentos de sua luta (Araújo; Silva, 2019).

As práticas, saberes e modos de vida tradicionais exercem papel central na organização social das comunidades quilombolas, funcionando como elementos de coesão interna e de resistência frente às adversidades. Esses conhecimentos, transmitidos entre gerações, preservam vínculos com a história e a identidade coletiva, ao mesmo tempo em que asseguram estratégias de subsistência adaptadas às condições locais. Além de manterem vivas tradições e valores culturais, tais práticas orientam processos decisórios coletivos, reforçando a autonomia e a capacidade de enfrentar desafios externos sem abrir mão do pertencimento e do sentido simbólico do território (Macêdo *et al.*, 2020).

Apoiar a luta quilombola vai muito além de assegurar direitos territoriais e culturais, pois envolve também a necessidade de repensar os valores sociais e culturais que estruturam a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o quilombo é concebido como um projeto civilizatório que oferece uma alternativa concreta ao modelo de sociabilidade dominante, pautada em relações mais cooperativas, comunitárias e horizontais. Isso significa questionar lógicas coloniais, racistas e capitalistas, resgatar princípios de reciprocidade e partilha e reorientar o conceito de progresso para uma noção de bem-viver coletivo, na qual a preservação

de saberes, práticas e vínculos ancestrais assume papel central na construção de uma sociedade mais justa e plural (Santos, 2020).

Nesse sentido, o território assume papel estratégico como espaço de reprodução cultural, social e política das comunidades quilombolas. É nele que se consolidam práticas como a oralidade, o artesanato, a agricultura familiar e a pesca artesanal, que preservam memórias, fortalecem identidades e asseguram a continuidade da resistência diante das pressões externas (Gonçalves; Santos; Barbalho, 2020).

Para além dessas dimensões concretas, Santos (2018) reforça que os quilombos configuram-se como territórios vivos, sustentados por saberes e práticas orgânicas transmitidos pela oralidade, que se contrapõem à lógica sintética e coisificante imposta pela colonialidade. Nesses espaços, a relação com a terra não se dá pela propriedade, mas pelo pertencimento, em uma dinâmica que preserva a ancestralidade, a circularidade e a diversidade como fundamentos de resistência e de contracolonização.

A resistência quilombola contemporânea tem se fortalecido, sobretudo, pelo protagonismo das mulheres e pela atuação da assessoria jurídica popular. As mulheres quilombolas, organizadas em coletivos como o da CONAQ, assumem papéis de liderança política e denunciam tanto o racismo estrutural quanto as violências de gênero que atravessam seus territórios, convertendo sua presença em uma forma de (re)existência. Paralelamente, a assessoria jurídica popular atua como estratégia contra-hegemônica ao aproximar o sistema de justiça das realidades quilombolas, aliando mobilização comunitária e defesa processual na luta contra a ordem neocolonial, neoliberal e racista do Estado brasileiro (Araújo; Silva, 2019).

Dessa forma, os quilombos se afirmam como territórios de resistência onde as mulheres desempenham um papel central na preservação da memória, na construção de vínculos comunitários e na criação de alternativas de vida baseadas na solidariedade e na ancestralidade. Suas práticas, como o artesanato e o cuidado coletivo, articulam saberes tradicionais e inovação social, revelando formas próprias de empreendedorismo enraizadas na cultura e no território. É nesse contexto que se insere esta pesquisa, ao investigar as estruturas que sustentam a atuação empreendedora de mulheres quilombolas no Ceará.

## **4.2 As mulheres quilombolas e a interseccionalidade**

O protagonismo feminino é central para a dinâmica organizativa dos quilombos, sendo as mulheres figuras fundamentais na articulação de lutas políticas, na manutenção da

cultura e na mobilização por reconhecimento institucional (Santos, 2021). Sua atuação reafirma a identidade quilombola como um projeto político sustentado pela ancestralidade e pela resistência coletiva, em que referências históricas, como a memória de Dandara, funcionam como símbolos de coragem e inspiração (Araújo *et al.*, 2020). Nesse sentido, as mulheres quilombolas transformam as múltiplas opressões que enfrentam em força mobilizadora, consolidando redes de solidariedade, fortalecendo práticas culturais e ampliando os espaços de representatividade feminina no movimento quilombola.

As mulheres quilombolas exercem múltiplas funções dentro de suas comunidades, liderando a luta pela regularização fundiária, por educação, saúde e políticas públicas específicas, além de preservar e transmitir saberes ancestrais, e sustentar formas coletivas de cuidado, espiritualidade e resistência. Sua atuação não apenas fortalece a coesão interna dos quilombos, mas também representa uma resposta concreta às estruturas excludentes de poder, reafirmando a identidade quilombola como um projeto político sustentado pelo protagonismo feminino (Dias; Aragão, 2025).

Para compreender de maneira mais precisa a complexidade dessas atuações femininas, é fundamental recuperar o conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw. As opressões vividas por mulheres negras não podem ser entendidas separadamente como racismo de um lado e sexismo de outro, pois elas se manifestam de forma simultânea e interdependente, produzindo experiências específicas de desigualdade Crenshaw (2002). Assim, no caso das mulheres quilombolas, raça, gênero, classe e território se entrecruzam e moldam tanto as vulnerabilidades quanto as estratégias de resistência. Essa perspectiva permite reconhecer que o protagonismo feminino nos quilombos não decorre apenas de responsabilidades cotidianas, mas também da posição singular que essas mulheres ocupam no cruzamento de múltiplas estruturas de poder.

A distinção entre raça e etnia é fundamental para compreender a identidade quilombola. Como afirma Munanga (2022) enquanto raça é uma construção moderna associada à hierarquização e ao racismo, etnia refere-se a vínculos culturais, históricos e simbólicos que estruturam o pertencimento coletivo. No contexto quilombola, essa diferenciação é essencial para reconhecer tanto as violências da racialização quanto a força cultural e ancestral que sustenta a resistência comunitária. Assim, raça e etnia se entrelaçam, mas não se confundem, e juntas iluminam as múltiplas camadas identitárias que moldam a experiência feminina quilombola.

Essa centralidade do protagonismo feminino também se expressa nas experiências de empreendedorismo social, como demonstra Leal, Santana e Araújo (2023), ao analisar a trajetória de mulheres quilombolas do Marajó, cuja atuação articula identidade, solidariedade e empoderamento coletivo. O estudo confirma que a intersecção entre gênero, raça e etnia atua como fator excludente, restringindo oportunidades e produzindo estigmas que ainda atravessam suas jornadas. Entretanto, essa mesma condição torna-se elemento de resistência, pois impulsiona práticas de solidariedade, redes de apoio e iniciativas coletivas, como o grupo Sementes do Quilombo.

Assim o empreendedorismo, no contexto quilombola, transcende sua dimensão econômica e assume caráter simbólico e político. Como evidenciam Araújo *et al.* (2020), iniciativas coletivas protagonizadas por mulheres, como grupos de produção artesanal e agrícola, resgatam figuras históricas como Dandara e reafirmam a ancestralidade como eixo de resistência e de geração de renda. Nesse mesmo sentido, Feitosa e Mascena (2024) mostram que práticas como a sororidade, o quilombamento e a resiliência estruturam o modo de empreender de mulheres negras em contextos interseccionais, elementos que dialogam com as experiências quilombolas ao transformarem desigualdades em oportunidades de fortalecimento identitário e comunitário.

Como destacam Molina, Ichikawa e Angnes (2022), o cotidiano feminino se converte em espaço de resistência, em que práticas como o cuidado, a produção de alimentos e a transmissão da memória coletiva garantem a preservação da ancestralidade e a continuidade da identidade quilombola. Nesse sentido, o matriarcado emerge como estratégia de territorialização e de fortalecimento comunitário, reafirmando a mulher como pilar da resistência e da (re)existência quilombola.

É justamente dessa condição que emergem formas originais de resistência e de produção de saberes. A atuação das mulheres na manutenção da identidade coletiva, na defesa do território e na criação de espaços de pertencimento revela a centralidade dessas sujeitas na construção de alternativas comunitárias ao sistema dominante (Santos, 2021). A interseccionalidade, nesse contexto, revela-se fundamental para compreender como essas múltiplas formas de opressão se entrelaçam, produzindo barreiras estruturais, mas também impulsionando estratégias de resistência, como o empreendedorismo coletivo, que promove autonomia, empoderamento e fortalecimento identitário.

Juan, Syed e Azmitia (2016) evidenciam que, para as mulheres racializadas, as experiências de desigualdade emergem sobretudo em contextos familiares e comunitários, onde

expectativas de papéis de gênero reforçam a naturalização da subalternização feminina. Essa constatação é especialmente pertinente para o caso das mulheres quilombolas, que ao mesmo tempo em que vivenciam papéis tradicionais relacionados ao cuidado, à maternidade e à manutenção da vida comunitária, assumem posições centrais na liderança política, na preservação cultural e na economia solidária de seus territórios

Ao assumirem papéis de liderança política e comunitária, essas mulheres tornam-se alvos preferenciais de violências que vão desde ameaças e assassinatos até a invisibilização de suas lutas, evidenciando como o racismo estrutural se articula ao sexismo e à marginalização socioeconômica (Araújo; Silva, 2019). Tal perspectiva reforça a compreensão de que a resistência quilombola precisa ser analisada também sob um olhar interseccional.

Além das desigualdades marcadas por gênero, raça e classe, as mulheres quilombolas enfrentam também os efeitos do racismo ambiental. No contexto quilombola, o racismo ambiental consiste na distribuição desigual dos impactos ambientais negativos, que recaem de forma mais intensa sobre comunidades negras e tradicionais. Trata-se de um processo estrutural que legitima a instalação de empreendimentos predatórios como barragens, mineração, monoculturas e parques eólicos em territórios racializados, sob o argumento do desenvolvimento e da sustentabilidade (Barbosa; Montenegro Gómez, 2022). Como destaca Rodin (2021), as mulheres assumem protagonismo na denúncia da contaminação ambiental e na articulação de lutas por justiça ambiental, vinculando cuidado, ancestralidade e defesa da natureza a práticas de resistência política. Nesse contexto, a interseccionalidade amplia-se para incluir a dimensão territorial, evidenciando que a luta quilombola conduzida pelas mulheres é também uma luta pela vida e pela preservação dos territórios.

O estudo de Leal, Santana e Araújo (2023) confirma essa realidade no contexto das empreendedoras quilombolas do arquipélago do Marajó. As autoras identificaram que a intersecção entre gênero, raça e etnia atua como fator excludente, restringindo oportunidades e produzindo estigmas que ainda atravessam suas jornadas. Entretanto, essa mesma condição torna-se elemento de resistência, pois impulsiona práticas de solidariedade, redes de apoio e iniciativas coletivas, como o grupo Sementes do Quilombo. Nos relatos, as mulheres afirmam que ser quilombola e mulher negra é carregar diariamente uma “armadura” contra a discriminação, mas também um legado de luta herdado de Zumbi dos Palmares, transformando sua identidade em fonte de força política e cultura.

De acordo com Santos (2021), a identidade quilombola é construída a partir de um processo coletivo de valorização da ancestralidade, da memória histórica e das práticas

culturais. Mais do que uma noção fixa, a identidade se manifesta como uma experiência viva de pertencimento e também como ferramenta de luta por reconhecimento e justiça social, especialmente no campo da educação e das políticas públicas.

A construção da identidade feminina quilombola não se delimita apenas aos aspectos territoriais ou à autodeclaração étnico-racial. Trata-se de um processo coletivo e intergeracional profundamente enraizado na ancestralidade africana, nas práticas culturais de resistência e nos valores comunitários que sustentam os modos de vida nos territórios quilombolas (Dias; Aragão, 2025). O quilombo, longe de ser uma reminiscência do passado, é compreendido como um conceito vivo, em constante movimento, que expressa um sistema de valores baseado na reciprocidade, no cuidado e na autonomia coletiva (Carmo, 2020).

A partir de práticas cotidianas e discursos de resistência, essas mulheres ressignificam o pertencimento quilombola como fonte de orgulho e de legitimidade, ao mesmo tempo em que enfrentam estratégias de negação e estigmatização resultantes do racismo e do sexismo. Nesse movimento, a ancestralidade emerge como elemento central de fortalecimento e de pertença, enquanto a diferença é mobilizada como categoria política que pode tanto reproduzir desigualdades quanto possibilitar agência e empoderamento (Ferreira; Eiterer; Miranda, 2020).

Sousa e Alves (2019) mostram que as mulheres têm assumido papéis de liderança em federações e conselhos, organizando mobilizações contra o avanço do agronegócio e reivindicando a titulação de suas terras, o que evidencia um protagonismo voltado à luta territorial e ao reconhecimento de direitos.

Já como destacam Leal, Santana e Araújo (2023), esse protagonismo também se expressa por meio do empreendedorismo social, no qual iniciativas coletivas, como o grupo Sementes do Quilombo, transformam a ancestralidade e a solidariedade em recursos para gerar renda, fortalecer identidades e ampliar a autonomia das mulheres. Assim, ainda que em contextos distintos, observa-se que o protagonismo feminino quilombola combina resistência política e práticas econômicas inovadoras, sempre alicerçado na interseccionalidade entre gênero, raça e território.

Streva (2021) reforça essa compreensão ao tratar do quilombo como uma "poética política", ou seja, como uma estética da existência negra, centrada na liberdade, no afeto e na ancestralidade. Para a autora, o feminismo quilombola é interseccional, pois entrelaça gênero, raça e território em uma mesma lógica insurgente. Práticas como o bordado, a oralidade e o cuidado coletivo são formas de escrita simbólica e de afirmação identitária. Esse aspecto

também é evidenciado por Lima e Gomes (2023), ao destacarem que o bordado, nas mãos das mulheres quilombolas, deixa de ser apenas um ofício artesanal para se constituir como linguagem de memória e ferramenta de resistência.

As mulheres quilombolas ressaltam a importância das redes de apoio como espaços de solidariedade e fortalecimento coletivo. Essas redes possibilitam a partilha de experiências, a ampliação da representatividade e a inspiração de novas gerações, consolidando o protagonismo feminino no movimento social quilombola (Leal; Santana; Araújo, 2023).

Feitosa e Mascena (2024) demonstram que as mulheres negras empreendedoras desenvolvem comportamentos de superação diretamente relacionados às condições interseccionais que enfrentam, destacando a sororidade, o quilombamento, a resiliência e o aprendizado contínuo como estratégias fundamentais para resistir ao racismo estrutural e ao sexismo. Esses elementos dialogam com a experiência das mulheres quilombolas, que também se apoiam em redes de solidariedade e em práticas coletivas para transformar desigualdades em oportunidades de empoderamento e afirmação identitária

Nesse mesmo sentido, Sousa e Alves (2019) destacam que a reconstrução dos lugares e papéis sociais das mulheres quilombolas tem se dado por meio dessa solidariedade e das mobilizações coletivas, configurando uma resistência que articula simultaneamente gênero e raça e amplia os padrões de reconhecimento no interior das comunidades.

Além de ocupar papéis de liderança e sustentar iniciativas de empreendedorismo social, as mulheres quilombolas constroem cotidianamente relações baseadas no afeto, no cuidado e na solidariedade, práticas que garantem a continuidade da vida coletiva e a transmissão dos valores ancestrais (Pereira; Magalhães, 2023). Nesse sentido, seu protagonismo transcende a esfera comunitária, tornando-se também um chamado por políticas públicas que reconheçam e respeitem os direitos quilombolas, em um país ainda marcado pela negligência estatal e pelo racismo estrutural.

Molina, Ichikawa e Angnes (2022) ampliam a compreensão ao demonstrar que o cotidiano feminino, marcado pelo cuidado, pela produção de alimentos e pela preservação da memória coletiva, constitui espaço fundamental de resistência e de territorialização. Em conjunto, esses estudos evidenciam que o protagonismo das mulheres quilombolas está no cerne da luta por direitos, na manutenção da identidade coletiva e na construção de alternativas civilizatórias pautadas na ancestralidade e no fortalecimento comunitário.

### 4.3 O artesanato como prática ancestral

A valorização dos saberes tradicionais no contexto do empreendedorismo social feminino quilombola representa um elemento estruturante das práticas organizativas que emergem desses territórios. O bordado, nesse sentido, ultrapassa a função técnica de ornamentação para se constituir como tecnologia social e linguagem simbólica de resistência, pertencimento e geração de renda. Como apontam Costa *et al.* (2020), a transformação de práticas ancestrais em produtos com valor simbólico e mercadológico evidencia a potência do conhecimento tradicional como recurso estratégico tanto para a economia solidária quanto para a afirmação identitária.

Segundo Lima e Gomes (2023), o artesanato, especialmente quando praticado por mulheres negras e periféricas, opera como instrumento de reconstrução de subjetividades e como meio de expressão estética de mundos historicamente silenciados. Para Dorsa, Castilho e Santos (2015), o artesão ocupa o papel de mediador entre o passado e o presente, transformando práticas cotidianas em narrativas visuais que comunicam a história de um povo. Assim, o fazer artesanal ultrapassa a dimensão técnica e se configura como canal de expressão identitária

O artesanato, nas comunidades quilombolas, constitui uma prática enraizada nos saberes ancestrais, na coletividade e na resistência ao apagamento histórico-cultural. Ao ser mobilizado como fonte de renda e afirmação identitária, ele expressa aquilo que Streva (2021) compreende como a dimensão poético-política do quilombo um horizonte de vida forjado por práticas que desestabilizam as lógicas coloniais. Dessa forma, o fazer artesanal se insere como ação cotidiana de cuidado, autonomia e preservação da memória, protagonizada especialmente por mulheres quilombolas (Fonseca *et al.*, 2022). A bordadeira quilombola, nesse contexto, é ao mesmo tempo guardiã da memória e agente de inovação social.

Ao analisar as comunidades quilombolas do Recôncavo da Bahia, Carvalho (2016) destaca o artesanato, ao lado da oralidade e da agricultura familiar, como elemento fundamental para a reprodução cultural, social e política. Essas práticas, inseridas no cotidiano comunitário, asseguram a continuidade dos vínculos de pertencimento e identidade, reafirmando o quilombo como território de resistência e preservação da ancestralidade.

No caso do grupo Dandara, o artesanato aparece como uma prática que transcende a função econômica, sendo compreendido como espaço de afirmação identitária e de resistência política. As mulheres, ao produzirem peças artesanais, mobilizam saberes herdados de suas

ancestrais, vinculando a atividade à memória coletiva e à representatividade feminina, o que fortalece tanto a coesão comunitária quanto a luta por direitos (Araújo *et al.*, 2020).

Silva (2024) reforça que a prática artesanal representa uma forma concreta de resistência frente ao apagamento histórico-cultural vivenciado pelas comunidades negras rurais. A produção, que envolve tanto técnicas tradicionais quanto inovações locais, assegura a visibilidade da comunidade e reforça sua luta pela permanência territorial e pelo reconhecimento como sujeitos de direitos. As peças carregam símbolos, técnicas e representações que preservam tradições e, ao mesmo tempo, fortalecem a identidade coletiva, permitindo que valores ancestrais sejam continuamente atualizados no presente.

O bordado por exemplo, expressão artesanal recorrente entre mulheres quilombolas, é compreendido por Lima e Gomes (2023) como linguagem de memória e instrumento de resistência. Para além de sua dimensão estética, a prática artesanal constitui meio de transmitir histórias, preservar tradições e inscrever a presença feminina na luta política, transformando o trabalho manual em símbolo de continuidade cultural e de enfrentamento à colonialidade.

Teixeira *et al.* (2011) ressaltam que a produção artesanal envolve um processo criativo que não se limita ao gosto individual da artesã, mas incorpora também as preferências e valores da comunidade. As escolhas de cores vibrantes, texturas e modelos expressam um “gosto coletivo”, compartilhado e reconhecido como belo por todos. Assim, cada peça confeccionada sintetiza a relação entre subjetividade individual e valores culturais coletivos, tornando o artesanato um canal de expressão estética e de pertencimento social

Como pontuam Vieira, Oliveira e Miki (2023), os resultados simbólicos e sociais produzidos por empreendimentos de base comunitária precisam ser considerados em sua totalidade, pois é nesse plano que se revelam os impactos mais duradouros: autoestima, empoderamento, transmissão cultural e fortalecimento de vínculos comunitários. Dorsa, Castilho e Santos (2015) destacam que práticas artesanais expressam vínculos afetivos com o território e com a coletividade. Para elas, o artesanato não apenas reforça o sentimento de pertencimento, mas também atua como referência de identidade em um contexto marcado pela diversidade cultural.

Segundo Fonseca *et al.* (2022), os artesãos quilombolas passam gradualmente a se reconhecer também como empreendedores, ao comercializar suas peças em lojas comunitárias e feiras regionais. Embora mantenham forte vínculo com a tradição, esse movimento evidencia

a capacidade de adaptação e de organização coletiva, permitindo que a atividade artesanal seja ao mesmo tempo prática cultural, meio de sobrevivência e iniciativa empreendedora.

Leal, Santana e Araújo (2023), evidenciam que o empreendedorismo, para as mulheres quilombolas, não se restringe a uma fonte de renda, mas constitui também uma forma de resistência e de pertencimento. Ao articular produção econômica com práticas culturais e memórias ancestrais, essas mulheres reafirmam sua identidade coletiva e transformam o trabalho em instrumento político de luta por direitos. Nesse processo, o empreendedorismo assume caráter de (re)existência, fortalecendo vínculos comunitários e garantindo visibilidade às mulheres quilombolas como agentes centrais na preservação da ancestralidade e na promoção do empoderamento.

Sousa *et al.* (2020) apontam que, no século XXI, o artesão passou a conviver com pressões advindas das lógicas do capitalismo contemporâneo. A inserção em mercados mais amplos impõe exigências de padronização, aumento da produtividade e redução de custos, deslocando o ritmo do trabalho artesanal para uma lógica industrial. Esse processo fragiliza a relação dos artesãos com a tradição, uma vez que a singularidade e a autoria das peças tendem a ser suprimidas pela necessidade de atender demandas de escala. Além disso, a autonomia do artesão sobre o que e como produzir é gradualmente substituída por orientações de mercado e preferências externas, o que reconfigura o significado do ofício.

Em contraste com essas pressões do capitalismo contemporâneo, o artesanato quilombola preserva um caráter de resistência cultural e identitária. Como evidenciam Araújo *et al.* (2020), Carvalho (2016) e Lima e Gomes (2023), a produção artesanal nas comunidades quilombolas não se reduz à lógica mercadológica, mas constitui prática de afirmação da ancestralidade e de fortalecimento coletivo. Nesse sentido, mesmo quando tensionado pelas exigências de padronização e escala, o artesanato mantém-se como espaço de memória e de luta, reafirmando o protagonismo das mulheres quilombolas na preservação e reinvenção de suas tradições.

Essa dimensão ganha ainda mais força quando se considera que o artesanato compõe a pluriatividade feminina nos quilombos, associando-se à agricultura, ao extrativismo e à pesca artesanal. Como ressaltam Pontes e Steward (2020), embora muitas vezes invisibilizadas, essas múltiplas práticas desempenhadas pelas mulheres são vitais para a economia doméstica e para a reprodução social da comunidade. Assim, o artesanato, longe de ser uma atividade isolada ou secundária, integra um repertório de resistências que assegura

renda, autonomia e afirmação política, consolidando o papel das mulheres quilombolas como guardiãs da memória e da continuidade cultural.

## 5 METODOLOGIA

Esta seção está estruturada em quatro subseções: a primeira apresenta a tipologia do estudo, a segunda seção trata da unidade de análise e sujeitos da pesquisa, seguindo-se a apresentação das escolhas para a coleta de dados, e a seguir, discorre-se sobre a técnica de análise dos dados empregada no estudo.

### 5.1 Tipologia do estudo

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e de campo. Quanto à abordagem, conforme Flick (2009) a pesquisa é qualitativa, pois busca compreender em profundidade os elementos culturais, os valores compartilhados e as relações de cooperação que estruturam o Coletivo Bordando Resistência, dimensões que só podem ser apreendidas a partir da interpretação dos significados atribuídos pelas próprias mulheres às suas práticas e experiências cotidianas. A natureza descritiva justifica-se pelo propósito de identificar, apresentar e caracterizar as formas de organização, os modos de atuação e os processos de tomada de decisão do coletivo, sem a pretensão de estabelecer relações causais ou generalizações estatísticas, mas de compreender como o empreendimento se estrutura em seu próprio território (Gil, 2017).

Por fim, o estudo é de campo porque requer inserção direta na comunidade quilombola de Alto Alegre, participação em atividades do coletivo, entrevistas, permitindo captar nuances do contexto sociocultural que não seriam acessíveis por análises exclusivamente documentais. Como destaca Flick (2009), investigar o fenômeno em seu ambiente natural amplia a sensibilidade para sua complexidade e assegura uma aproximação coerente com os processos sociais que se pretende compreender.

Além disso, o estudo caracteriza-se como um estudo de caso do tipo único, por concentrar-se na experiência específica do Coletivo Bordando Resistência na comunidade quilombola de Alto Alegre. Segundo Stake (2016) e Yin (2015), essa estratégia é particularmente adequada quando se busca uma compreensão aprofundada de um fenômeno em seu contexto real, considerando suas singularidades, complexidades e inter-relações com o meio em que ocorre.

No contexto desta pesquisa, a opção pelo estudo de caso único se justifica porque o Coletivo Bordando Resistência constitui uma experiência singular no território, articulando elementos culturais, relações de cooperação e dinâmicas organizativas que não se reproduzem

da mesma forma em outros empreendimentos sociais femininos da região. A especificidade histórica da comunidade quilombola, a centralidade do bordado como prática identitária e a coesão entre as mulheres configuram um arranjo social que exige uma análise aprofundada em sua própria complexidade. Assim, investigar um único caso permite captar nuances, significados e padrões relacionais que seriam diluídos em abordagens comparativas, alinhando-se ao propósito interpretativo da pesquisa e ao objetivo de compreender como as mulheres constroem e sustentam essa iniciativa de empreendedorismo social no território.

O protocolo do estudo de caso organiza-se conforme a proposta de Gil (2017), estruturando-se em cinco partes: (i) dados de identificação; (ii) bases introdutórias; (iii) trabalho de campo; (iv) questão específica; e (v) análise dos dados. Essa divisão busca conferir clareza e transparência aos procedimentos metodológicos, permitindo que o leitor compreenda as etapas seguidas na pesquisa.

No presente estudo, o protocolo contempla a unidade de análise, bem como os sujeitos participantes, as estratégias de coleta e análise de dados e a questão norteadora. O detalhamento encontra-se sintetizado no Apêndice A, compondo um instrumento que garante rigor e coerência à condução da investigação.

Aliada à pesquisa qualitativa de campo, optou-se por utilizar a Análise de Redes Sociais (ARS) como estratégia metodológica complementar, dada sua potencialidade para examinar as estruturas de interação e cooperação entre os atores sociais. A ARS permite compreender a organização do coletivo não a partir dos atributos individuais, mas das relações sociais estabelecidas entre seus integrantes e parceiros institucionais (Higgins; Ribeiro, 2018; Tichy, Tushman; Fombrun, 1979). O uso da ARS nesta pesquisa busca lançar luz sobre os padrões de articulação, apoio mútuo e circulação de recursos simbólicos e materiais que estruturam a atuação coletiva.

## **5.2 Unidade de análise e sujeitos da pesquisa**

O local do estudo foi intencionalmente escolhido: o Coletivo Bordando Resistência, do Quilombo Alto Alegre, localizado em Horizonte/CE. A escolha intencional do Coletivo Bordando Resistência como caso a ser estudado nesta pesquisa justifica-se não apenas pela sua representatividade enquanto expressão do empreendedorismo social feminino em território quilombola, mas também pela sua visibilidade crescente em âmbito nacional e internacional (Associação Internacional de Cidades Educadoras, 2024).

Exemplo disso é o reconhecimento conferido ao coletivo por meio de premiação internacional, o prêmio faz parte da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), em virtude do projeto de bordado, que destacou a relevância cultural, econômica e política da iniciativa para a comunidade quilombola de Alto Alegre e para o município como um todo (Prefeitura de Horizonte, 2024). Tal reconhecimento reforça a importância de investigar as dinâmicas internas de organização, cooperação e valores compartilhados que sustentam a atuação do coletivo, o que contribui para compreender como práticas locais de resistência e protagonismo feminino vêm ganhando projeção e institucionalidade no cenário contemporâneo. No quadro 2, é apresentado o perfil dos sujeitos da pesquisa, para garantir a preservação de suas identidades, as entrevistadas foram denominadas por meio de uma combinação entre as letras ‘B’ de ‘Bordadeira’, acompanhada do número da entrevista, ou seja: B1 a B13.

Quadro 2 - Perfil dos sujeitos

<b>Código</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Profissão</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Autodeclaração étnico-racial</b>
<b>B1</b>	48	Solteira	Bordadeira/ Professora	Ensino superior completo	Quilombola
<b>B2</b>	42	Casada	Bordadeira/Artesã	Ensino fundamental completo	Negra
<b>B3</b>	22	Solteira	Bordadeira/Artesã	Ensino médio completo	Quilombola / Preta
<b>B4</b>	63	Casada	Bordadeira/Agricultora	Ensino fundamental incompleto	Quilombola/negra
<b>B5</b>	46	Divorciada	Bordadeira/Professora	Ensino superior completo	Negra
<b>B6</b>	50	Casada	Bordadeira	Ensino superior completo	Quilombola/negra
<b>B7</b>	70	Casada	Bordadeira	Ensino fundamental incompleto	Quilombola/negra
<b>B8</b>	75	Viúva	Bordadeira	Ensino fundamental incompleto	Quilombola/negra
<b>B9</b>	67	Casada	Bordadeira	Ensino fundamental incompleto	Negra
<b>B10</b>	64	Casada	Bordadeira/Socióloga	Doutora em Ciências da Educação	Branca

<b>B11</b>	36	Solteira	Gestora escolar/ Designer	Ensino superior completo	Parda
<b>B12</b>	37	Solteira	Professora de bordado	Ensino superior completo	Parda
<b>B13</b>	27	Solteira	Bordadeira/Psicóloga	Ensino superior completo	Negra

Elaborada pelo autor (2025).

Foram convidadas a participar do estudo todas as 15 integrantes do coletivo no momento do início da pesquisa, porém no decorrer da pesquisa 2 integrantes se afastaram do grupo por problemas pessoais, sendo a inclusão ou exclusão condicionada ao critério de disponibilidade, participaram efetivamente às 13 integrantes que estão atuando efetivamente no coletivo. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a seleção das participantes seguiu critérios de pertinência e profundidade analítica, considerando a viabilidade da coleta e a necessidade de captar narrativas capazes de iluminar o fenômeno investigado, sem a intenção de generalizar os resultados (Minayo, 2011).

### 5.3 Coleta de dados

O contato inicial foi estabelecido com uma das integrantes do coletivo, a fim de apresentar a pesquisa e solicitar apoio para a execução do estudo. Em seguida, foram agendadas entrevistas e aplicação de geradores sociométricos, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Esses geradores sociométricos são instrumentos usados em pesquisas de Análise de Redes Sociais (ARS) para identificar relações entre atores de uma rede. Basicamente, são perguntas que pedem ao respondente que nomeie pessoas ou organizações com quem mantém algum tipo de vínculo relevante para o estudo. Eles permitem transformar interações sociais em dados estruturados (sociomatrizes), representando a rede como um grafo, em que nós são os atores e arestas são as relações, esse tipo de técnica ajuda a mapear padrões de cooperação, troca de recursos, influência ou apoio em um coletivo, indo além do discurso individual para observar as conexões concretas (Ready *et al.*, 2020; Fienberg; Wasserman, 1981; Tabassum *et al.*, 2018).

Para atender ao primeiro objetivo, de descrever o contexto histórico-cultural do coletivo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres integrantes do coletivo bordando resistência, os dados permitiram reconstruir aspectos históricos e culturais relacionados à origem e ao fortalecimento do grupo.

No que se refere ao segundo objetivo, de analisar as redes de cooperação interna e externa, foi empregada a Análise de Redes Sociais (ARS), a partir de entrevistas semiestruturadas e da aplicação de geradores sociométricos do tipo livre (*free recall*), em que a participante pode citar livremente os nomes que lembrar. Isso evita limitar a percepção a uma lista predefinida e capta vínculos espontâneos (Higgins; Ribeiro, 2018; Williams; Shepherd, 2017). Essa técnica possibilitou identificar com quem cada integrante mantém vínculos frequentes de cooperação, quais parcerias externas são consideradas estratégicas e que recursos circulam nessas interações.

Já para o terceiro objetivo, de identificar os recursos e valores que orientam a cooperação, as entrevistas incluíram questões voltadas para as motivações, princípios e valores que fundamentam a atuação coletiva, bem como para os tipos de recursos materiais e simbólicos mobilizados.

Por fim, em relação ao quarto objetivo, de relacionar os tipos de laços sociais aos recursos acessados, os dados obtidos com a ARS, aliados às informações coletadas por meio das entrevistas, foram integrados de forma a verificar como os laços fortes e fracos se convertem em oportunidades de acesso a apoios, recursos e parcerias. A coleta de dados primários foi realizada por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado, elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

O instrumento encontra-se organizado em blocos temáticos que contemplam aspectos do contexto histórico-cultural do coletivo, formas de cooperação interna e parcerias externas, bem como recursos humanos, sociais, financeiros e materiais. Também inclui questões relativas aos valores que orientam a cooperação e à relação entre laços sociais e recursos mobilizados. O roteiro completo encontra-se disponível no Apêndice B.

A pesquisa também fez uso de fontes secundárias de domínio público, como reportagens, matérias jornalísticas e publicações institucionais que retratam a trajetória e as ações do Coletivo Bordando Resistência. Esses materiais, disponíveis em portais como a Associação Internacional de Cidades Educadoras (2024), o Banco Interamericano de Desenvolvimento Cultural e Educacional (BIDCE, 2024), o site da Prefeitura de Horizonte (2024) e o portal Clic Horizonte (2024), contribuíram para complementar e contextualizar

historicamente as informações obtidas em campo, ampliando a compreensão sobre a visibilidade pública do coletivo e sobre sua inserção nas políticas culturais e educacionais do município.

A pesquisa observou todos os princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta estudos no campo das Ciências Humanas e Sociais. Todas as participantes foram informadas sobre os objetivos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a gravação das entrevistas e o uso das informações exclusivamente para fins acadêmicos. Para assegurar a privacidade, foi garantido o anonimato das respondentes, identificadas no texto apenas pela letra “B” (de bordadeira) seguida de um número sequencial, além da confidencialidade das gravações e transcrições.

O TCLE, disponível no Apêndice C, tem como finalidade garantir que a participação seja voluntária e informada. O documento explicita os objetivos da pesquisa, descreve os procedimentos adotados, apresenta os possíveis riscos e benefícios, e assegura o sigilo das informações, bem como a preservação da identidade das participantes.

#### **5.4 Análise dos dados**

A análise dos dados foi conduzida por meio de duas abordagens complementares: relacional e interpretativa, articuladas de modo a atender aos quatro objetivos específicos da pesquisa. A abordagem relacional, fundamentada nos pressupostos da Análise de Redes Sociais, permite examinar como os vínculos entre as integrantes se estruturam e influenciam o acesso a recursos, informações e oportunidades, considerando elementos como intensidade dos laços, padrões de cooperação e circulação de recursos (Brady; Haugh, 2007). Já a abordagem interpretativa segue os princípios da análise qualitativa conforme orientam Minayo (2011) e Flick (2009), buscando compreender significados, valores e práticas a partir das narrativas das participantes.

Para atender ao primeiro objetivo de descrever o contexto histórico-cultural do Coletivo Bordando Resistência, a análise qualitativa adotada segue a orientação de Bogdan e Biklen (1994), que defendem que os dados qualitativos são ricos em pormenores descritivos e permitem compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos próprios sujeitos. Assim, em vez de organizar o material empírico em categorias rígidas, a análise buscou reconstruir narrativamente o contexto histórico-cultural do Coletivo Bordando Resistência a partir das

vozes das bordadeiras, valorizando suas memórias, interpretações e experiências. Essa opção metodológica alinha-se à perspectiva dos autores, que enfatizam a importância da descrição detalhada, da compreensão situada e da interpretação dos significados atribuídos pelos participantes às suas experiências em seus contextos naturais.

No que se refere ao segundo objetivo, que consiste em analisar as redes de cooperação interna e externa do Coletivo Bordando Resistência, foi empregada a Análise de Redes Sociais (ARS), compreendida como um método capaz de captar padrões de interação e posições estruturais entre atores sociais, para além de estruturas formais ou hierárquicas (Tichy; Tushman; Fombrun, 1979). Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas associadas a geradores sociométricos do tipo livre, permitindo identificar relações de cooperação, apoio e articulação mobilizadas pelas integrantes do coletivo.

Quadro 3 – Métricas utilizadas na Análise de Redes Sociais

<b>Métricas de Rede</b>	<b>Características</b>
Densidade da rede	De acordo com Tichy, Tushman e Fombrun (1979), mede a proporção de conexões existentes em relação ao total de conexões possíveis no grafo, a densidade permite avaliar o nível de articulação e coesão estrutural da rede.
Diâmetro da rede	Representa a maior distância geodésica entre dois nós da rede, indicando o número máximo de passos necessários para que a informação circule entre os atores mais distantes (Monaghan; Lavelle; Gunnigle, 2017).
Grau médio	Segundo Barabási (2002) expressa o número médio de conexões estabelecidas por nó na rede, valores elevados de grau médio indicam redes mais conectadas e com maior potencial de circulação de recursos e informações.
Modularidade	A modularidade identifica a presença de comunidades ou subgrupos dentro da rede, formados por nós que mantêm conexões mais densas entre si do que com o restante da estrutura (Oliver; Ebers, 1998).
<b>Métricas de Nós</b>	<b>Características</b>
Grau de entrada	Refere-se ao número de conexões recebidas por um nó, indicando o quanto um ator é procurado ou acionado pelos demais (Tichy; Tushman; Fombrun, 1979).
Grau de saída	Corresponde ao número de conexões emitidas por um nó, representando a iniciativa relacional do ator (Tichy; Tushman; Fombrun, 1979).
Grau	Resulta da articulação entre conexões recebidas e emitidas por um ator, permitindo avaliar seu nível geral de envolvimento relacional e sua intensidade de participação na estrutura da rede (Tichy; Tushman; Fombrun, 1979).
Centralidade de proximidade	Refere-se à posição ocupada por um ator enquanto elo relacional entre diferentes partes da rede, permitindo identificar nós que conectam subgrupos e mediam fluxos de informação e recursos entre atores que, de outra forma, estariam menos diretamente articulados (Oliver; Ebers, 1998).

Centralidade de intermediação	Refere-se à posição ocupada por um ator enquanto elo relacional entre diferentes partes da rede, permitindo-lhe conectar atores ou subgrupos que, de outra forma, estariam menos diretamente articulados (Oliver; Ebers, 1998).
-------------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O quadro 3 sintetiza os principais indicadores empregados na Análise de Redes Sociais neste estudo, tanto no nível da estrutura da rede quanto no nível dos atores. Essas métricas foram selecionadas por permitirem compreender, de forma articulada, o grau de coesão, a organização interna e as posições ocupadas pelas integrantes nas redes de cooperação analisadas.

Para a análise da rede interna, os dados foram organizados em uma matriz binária e não direcionada, na qual a presença do vínculo indica a existência de cooperação entre as integrantes, independentemente de sua intensidade. Essa escolha metodológica permitiu focalizar a estrutura relacional do grupo e identificar padrões de conectividade e mediação.

Já a rede externa foi construída de forma ponderada, considerando a frequência com que atores externos foram mencionados pelas participantes, o que possibilitou captar a intensidade das articulações institucionais do coletivo. Nesse caso, foi analisado o grau ponderado, permitindo distinguir não apenas a quantidade de conexões, mas também a concentração relacional em determinados parceiros estratégicos. As redes foram processadas e visualizadas com o auxílio do *software Gephi*, sendo a visualização tratada como recurso analítico complementar, articulado à interpretação qualitativa dos sentidos atribuídos pelas participantes às suas relações de cooperação (Monaghan; Lavelle; Gunnigle, 2017).

Para alcançar o terceiro objetivo de identificar os recursos e valores que orientam a cooperação das mulheres, também foi empregada a Análise de conteúdo (Bardin, 2016), com base em entrevistas. O processo foi desenvolvido em três etapas: (i) pré-análise, com a organização inicial das informações, leitura flutuante e definição de categorias preliminares; (ii) exploração do material, que envolverá a codificação e categorização das entrevistas e documentos; e (iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, em que os dados serão analisados à luz do referencial teórico. A análise buscou evidenciar princípios, motivações e valores que permeiam a prática coletiva, bem como mapear os recursos materiais e simbólicos mobilizados pelas integrantes. O *software ATLAS.ti* apoiou a codificação e a organização das categorias, permitindo sistematizar os achados, as categorias iniciais com base na literatura são apresentadas no quadro 4.

Quadro 4 – Categorias e elementos alinhados aos objetivos específicos.

Objetivo específico	Categoria	Autor/Ano
Identificar os recursos e valores que orientam a cooperação das mulheres no empreendimento social.	Valores compartilhados	Magdalene (2024); Morais, Medeiros e Franco (2024); Ciruela-Lorenzo, González-Sánchez e Plaza-Angulo (2020); Mejía e González (2022).
Identificar os recursos e valores que orientam a cooperação das mulheres no empreendimento social.	Recursos	Brush, Greene e Hart (2001); Moizer e Tracey (2010); Corrêa e Teixeira (2015); El Ebrashi (2018); Rossoni e Teixeira (2009).
Relacionar os tipos de laços sociais mobilizados pelas integrantes do Coletivo Bordando Resistência aos recursos efetivamente acessados ao longo da trajetória do empreendimento.	Laços sociais	Granovetter, 1973; Tutić e Wiese (2015); Chang et al. (2023); Friedkin (1980); Corrêa e Teixeira (2015).
	Trajetória coletiva	Brush, Greene e Hart (2001); Gopalkrishnan (2013); Zanata <i>et al.</i> (2025); Choi e Park (2021).

Elaborado pelo autor (2025).

Por fim, em relação ao quarto objetivo em relacionar os tipos de laços sociais mobilizados com os recursos efetivamente acessados, foi novamente utilizada a ARS, articulada à análise de conteúdo. A classificação dos laços fortes e fracos seguiu a proposta de Granovetter (1973), possibilitando examinar intensidade, frequência e função dessas conexões. Os recursos identificados foram organizados a partir da tipologia de Brush, Greene e Hart (2001), que distingue recursos humanos, sociais, financeiros, físicos, tecnológicos e organizacionais. Essa integração permitiu compreender de que modo os laços sociais se traduzem em oportunidades concretas de acesso a recursos e parcerias, bem como os limites enfrentados na construção de uma base sustentável para o empreendimento.

Além disso, para assegurar a confiabilidade e a consistência dessas interpretações, foram adotadas estratégias de triangulação. A triangulação ocorreu por meio da comparação entre os achados da ARS, os relatos das participantes e os conteúdos presentes em reportagens e registros institucionais de domínio público sobre o Coletivo Bordando Resistência. Conforme a concepção de Denzin (2017), a triangulação consiste em combinar múltiplas fontes de dados com o objetivo de ampliar a solidez interpretativa. Nessa mesma direção, Flick (2009) destaca

que a articulação entre diferentes evidências narrativas e documentos públicos fortalece a credibilidade e a consistência dos achados. Esse conjunto de procedimentos reforça a fidedignidade dos resultados e aprofunda a compreensão dos mecanismos de articulação social que sustentam a trajetória do coletivo.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Esta seção está organizada em cinco subseções: a primeira descreve o perfil das integrantes participantes, evidenciando sua composição intergeracional e diversidade socioprofissional; a segunda reconstrói o percurso histórico-cultural do coletivo, situando o bordado como herança do Projeto Libertando e como linguagem identitária, política e de resistência; a terceira analisa as redes de cooperação interna e externa por meio da Análise de Redes Sociais (ARS), discutindo a complementaridade entre laços fortes e laços fracos na sustentação do empreendimento; a quarta identifica, à luz da tipologia de Brush, Greene e Hart (2001), os principais recursos acionados e os valores compartilhados que orientam a cooperação; e, por fim, a quinta subseção examina como os diferentes tipos de laços sociais operam no acesso a recursos ao longo da trajetória do coletivo, evidenciando uma articulação dinâmica entre enraizamento comunitário e abertura relacional.

### **6.1 Caracterização dos sujeitos**

No início da pesquisa o coletivo era formado por 15 mulheres, 11 mulheres quilombolas e 4 mulheres não-quilombolas, mas que atuam no coletivo efetivamente. Porém, durante a pesquisa 2 dessas mulheres quilombolas do coletivo tiveram que se afastar por motivos pessoais e não participaram da presente pesquisa, sendo a amostra final desta pesquisa as 13 mulheres que estão atuando no coletivo hoje conforme apresentado no Quadro 2.

As participantes apresentam idades entre 22 e 70 anos, compondo um grupo de caráter intergeracional. Quanto ao estado civil, predominam mulheres casadas e solteiras, havendo também participantes divorciadas. No que se refere à profissão, as participantes exercem diferentes atividades, destacando-se bordadeiras, artesãs, donas de casa, agricultoras, aposentadas e profissionais da área da educação, além de atuações em áreas como design e comunicação.

Em relação à escolaridade, o grupo apresenta níveis variados, que vão do ensino fundamental incompleto ao ensino superior completo, incluindo ensino médio completo, ensino superior incompleto e pós-graduação. Quanto à autodeclaração étnico-racial, a maioria das participantes se identifica como negra ou quilombola negra, havendo também autodeclaração como parda e branca.

## **6.2 Contexto histórico-cultural do Coletivo Bordando Resistência: o bordado como herança do projeto “Libertando”**

No quilombo Alto Alegre, localizado na cidade de Horizonte no Ceará nasceu em 2017 o Coletivo bordando resistência: as bordadeiras de Alto Alegre, um coletivo autônomo de organização civil que completou em 2025 seus 8 anos de existência, com uma trajetória que leva a mulheres quilombolas para além de uma fonte de renda, um espaço de acolhimento, valorização da cultura e história quilombola e um espaço de resistência. Iniciativas dessa natureza dialogam com a literatura sobre empreendedorismo social, que compreende esses empreendimentos como organizações orientadas simultaneamente para a geração de valor social e para a melhoria das condições de vida de grupos em situação de vulnerabilidade, sem dissociar a atividade econômica de objetivos coletivos e comunitários (Vaz; Teixeira; Olave, 2015; Lima; Gomes, 2023). Através da narrativa das próprias bordadeiras, essa subseção apresenta o contexto em que o coletivo surge e permanece ao longo dos anos.

A trajetória do Coletivo Bordando Resistência tem início em experiências anteriores vivenciadas pelas mulheres da comunidade quilombola de Alto Alegre, especialmente a partir do Projeto Libertando, voltado para a alfabetização de pessoas adultas. As falas das participantes indicam que esse projeto constituiu um marco importante não apenas no campo educacional, mas também no fortalecimento das relações sociais entre as mulheres da comunidade. Conforme relatado, “o projeto surgiu após o Libertando, né, que era um projeto de alfabetização de pessoas adultas” (B1, 2025). Outra entrevistada destaca que “a gente abriu a primeira turma, foram 25 pessoas, e a gente alfabetizou 25 pessoas pelo Libertando e foi um movimento, assim, lindo, né? [...] porque foi um momento, realmente, de leitura do mundo” (B10, 2025). Ainda segundo os relatos, “aqui a B10 veio pra cá, primeiro ela botou uma escolinha pra nós. Aí dessa escolinha começou com o bordado” (B8, 2025), evidenciando o Libertando como experiência que antecede e dá base ao surgimento do coletivo. A literatura aponta que iniciativas educativas de base comunitária frequentemente funcionam como incubadoras de empreendimentos sociais, ao criarem ambientes favoráveis ao fortalecimento de vínculos, à mobilização coletiva e à emergência de novos projetos voltados ao desenvolvimento local (Vaz; Teixeira; Olave, 2015; Oliveira *et al.*, 2018).

Os dados mostram que foi no interior do Projeto Libertando que os vínculos entre as mulheres começaram a se intensificar, criando relações de confiança, pertencimento e reconhecimento mútuo. As participantes narram que, a partir dos encontros e das atividades

desenvolvidas, foi se constituindo um sentimento coletivo que ultrapassava a dimensão pedagógica. Como afirma a B10 (2025), “nós conseguimos formar duas turmas do Libertando. E aí criou-se um vínculo muito forte dessas mulheres, a maioria das mulheres do bordado, muitas passaram pelo Libertando”. Esse processo é reforçado quando a entrevistada afirma que “o Libertando foi quem realmente abriu esse espaço, né? Para que acontecesse o coletivo depois” (B10, 2025).

Assim, o projeto se apresenta como um espaço estruturante das relações que sustentariam o Bordando Resistência. Em consonância, estudos sobre empreendedorismo social feminino indicam que a construção de vínculos prévios e a experiência compartilhada em projetos educativos ou sociais são elementos centrais para a consolidação de iniciativas lideradas por mulheres, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social (Ihejiamaizu; Inyang, 2022).

Com o encerramento do Projeto Libertando, emerge entre as mulheres a necessidade de manter os vínculos construídos e de dar continuidade às experiências coletivas vividas até então. As falas revelam uma percepção crítica em relação à descontinuidade de ações pontuais desenvolvidas no território. Segundo uma das entrevistadas, “quando vem curso para a comunidade, faz aquele cursuzinho e acaba ali, o nosso bordado não, estamos seguindo mais ainda, desde 2017” (B6, 2025). Outra participante reforça que “veio a necessidade de a gente não parar ali, de continuar com o grupo” (B1, 2025). A literatura destaca que a continuidade e a permanência são desafios recorrentes em projetos comunitários, especialmente quando dependem de ações temporárias ou de políticas públicas descontínuas, sendo a organização autônoma da comunidade um fator decisivo para a sustentabilidade dessas iniciativas (Oliveira *et al.*, 2018).

Nesse contexto, o Bordando Resistência surge como um desdobramento direto do Projeto Libertando, buscando preservar e aprofundar os vínculos previamente estabelecidos. O encerramento desse projeto, conduzido pela B10, impulsionou o desejo de manter as mulheres reunidas em torno de uma nova atividade que desse continuidade aos laços formados durante o processo educativo. Essa origem compartilhada aparece de modo unânime nas entrevistas, quando as bordadeiras recordam que, após o término do “Libertando”, surgiu a inquietação sobre o que fazer para que o grupo permanecesse unido e motivado a aprender. Tal movimento encontra respaldo em estudos que apontam que empreendimentos sociais frequentemente emergem como respostas locais à interrupção de políticas ou projetos institucionais, sendo sustentados pela mobilização dos próprios sujeitos envolvidos (Vaz; Teixeira; Olave, 2015).

A partir de sua fala B10 (2025) detalha esse momento ao afirmar que em conversa com B6 discutiu sobre o que fazer para manter o vínculo: “B6, vamos fazer um grupo de bordado e a gente pode trabalhar outras questões que a gente não conseguiu avançar, como fortalecimento de gênero, identidade, pertencimento, relação mesmo entre a questão racial e a branquitude”. Essas falas indicam que o coletivo nasce de diálogos cotidianos e de uma intencionalidade política e cultural compartilhada entre as participantes, característica frequentemente associada ao empreendedorismo social feminino, no qual as motivações extrapolam o interesse econômico e se vinculam à transformação social, ao fortalecimento identitário e à justiça social (Ihejimaizu; Inyang, 2022).

A constituição do Bordando Resistência é narrada como esse processo gradual, construído a partir de conversas informais entre mulheres que já mantinham relações familiares e comunitárias. As participantes ressaltam que o coletivo não nasce de um planejamento formal, mas de diálogos cotidianos e da convivência. Uma das falas descreve que “foi através da nossa aula, depois da aula foi que surgiu. Entre conversas entre a minha irmã, a B10 e a B6, aí surgiu essa ideia pra gente bordar” (B7, 2025). Outra participante acrescenta que “a gente conversava muito, ficava ali sentada, e dessas conversas foi surgindo a ideia” (B2, 2025). Pesquisas sobre associações de artesãos destacam que esse caráter informal e relacional é recorrente na origem de empreendimentos sociais vinculados ao artesanato, nos quais a confiança e a proximidade social precedem qualquer estrutura organizacional formalizada (Lima; Gomes, 2023).

Em um primeiro momento, o curso de bordado foi concebido como uma alternativa de geração de renda, especialmente para mulheres mais velhas, frequentemente excluídas do mercado de trabalho formal. Conforme relatado, “o bordado surgiu para gerar renda para as mulheres a partir de 40 anos que não tinham renda, que as empresas não queriam” (B4, 2025). Outra participante complementa que “era uma forma da gente ter uma renda a mais na família” (B1, 2025). Conforme relata B10 (2025), “nós iniciamos realmente o bordado como uma ferramenta de pensar em gerar renda, pensar em empreender, mas pensar principalmente em cuidar de cada uma”. A entrevistada acrescenta que “a primeira ideia realmente era essa, era um processo de autoconhecimento, né? Onde o bordado foi a ferramenta mais importante, e foi por aí que começou tudo” (B10, 2025). Nesse sentido, o bordado se apresenta desde o início articulando dimensões econômicas, emocionais e sociais.

Essa motivação também se repete na fala de outras participantes, que destacam o papel da B10 ao propor “fazer uma roda de bordado, ensinar as mulheres a bordar, para elas não fiquem paradas” (B5, 2025) e “trazer algum curso para essas mulheres” (B3, 2025). O

coletivo emerge, assim, como resposta local às limitações econômicas e sociais enfrentadas pelas mulheres quilombolas, ao mesmo tempo em que preserva a dimensão educativa e comunitária do projeto anterior, característica apontada em estudos sobre artesanato como estratégia de desenvolvimento local e empreendedorismo social em comunidades tradicionais (Teixeira *et al.*, 2011; Fonseca *et al.*, 2022).

A organização inicial do coletivo também é detalhada nas falas, evidenciando um processo marcado por esforço, voluntariedade e articulação comunitária. B10 (2025) relata que “a B12 é a nossa bordadeira oficial, a nossa professora”, destacando que o convite foi feito de forma voluntária: “B12 não tem dinheiro, é um trabalho voluntário que eu queria muito que você pudesse estar conosco”(B10, 2025). A partir disso, “eu já montei a ideia do coletivo, né, de a gente se reunir a cada 15 dias” (B10, 2025). A entrevistada ainda descreve o esforço logístico inicial: “eu vinha de Fortaleza, trazia a B12 comigo [...] vamos nos encontrar na Arqua”, enquanto a B6 atuava na mobilização da comunidade e na abertura das inscrições. A literatura sobre projetos comunitários aponta que a escassez de recursos financeiros e humanos é um dos principais desafios iniciais desses empreendimentos, sendo o trabalho voluntário um elemento recorrente na fase de implantação (Oliveira *et al.*, 2018).

O fortalecimento do coletivo ocorre também a partir da incorporação de outras pessoas e da divisão de papéis. Conforme relata B10 (2025), “aí eu fui convidando, convidei a B11. A B11 é minha filha e ela é de marketing”, assumindo a comunicação do grupo, enquanto “a B6 ficou como articuladora na comunidade” (B10, 2025). Segundo a entrevistada, “esse grupo, eu, B11, B12, B6, fomos dando vida a esse coletivo” (B10, 2025), evidenciando a construção coletiva e a articulação de diferentes competências desde os primeiros momentos.

Ao longo de sua trajetória, o Bordando Resistência passa a atribuir novos significados ao bordado, que deixa de ser apenas uma atividade produtiva e assume a função de narrar a história da comunidade quilombola e das próprias mulheres. As falas evidenciam que o bordado se transforma em linguagem de memória, identidade e resistência. Uma das participantes afirma que “o nosso bordado não é um bordado qualquer, cada bordado que a gente traz é a nossa história” (B6, 2025), enquanto outra destaca que “os nossos bordados são bordados políticos, nós contamos a nossa história, a história das mulheres” (B1). Ainda segundo uma das entrevistadas, “a gente borda o nosso dia a dia, as nossas vivências, as nossas lutas” (B1, 2025). Essa resignificação dialoga com estudos sobre artesanato quilombola, que reconhecem essa prática como expressão de identidade cultural, memória coletiva e resistência, além de meio de subsistência (Teixeira *et al.*, 2011).

Conforme ilustrado na Figura 1, os bordados produzidos pelo coletivo incorporam frases, dados sociais e representações do corpo feminino que evidenciam o uso do bordado como linguagem política, conectando experiências individuais das mulheres quilombolas a problemáticas sociais mais amplas, como trabalho, violência, saúde e gênero.

Figura 1 – Produções bordadas publicadas pelo coletivo Bordando Resistência



Fonte: Instagram do Coletivo Bordando Resistência (2025).

O bordado então ultrapassou a finalidade econômica e assumiu um caráter simbólico e cultural. Nas palavras de uma das bordadeiras, “uma pessoa respondeu: que tal a gente bordar a história da comunidade? Foi assim que começou” (B2,2025). Esse movimento de apropriação coletiva transforma o fazer manual em expressão estética e política, inaugurando a primeira exposição intitulada “Porque Cazuza resistiu, resistimos também” homenagem ao líder Negro Cazuza, figura central na história e na memória de Alto Alegre. Ao decidir bordar

sua própria história, as mulheres ressignificaram o ato de bordar: o que antes era técnica e subsistência converteu-se em linguagem de resistência e afirmação identitária. A realização da primeira exposição é lembrada como um marco importante, antecedido por dificuldades e descrédito. Uma das participantes relata que inicialmente, “disseram que era besteira o que nós estávamos fazendo” (B4, 2025).

Figura 2 – Registro da primeira exposição do Coletivo Bordando Resistência na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE)



Fonte: Acervo coletivo Bordando Resistência (2025).

Conforme ilustrado na Figura 2, a primeira exposição do Bordando Resistência evidencia o uso do bordado como linguagem política e estética, ao articular representações da memória quilombola e das lutas sociais em um espaço institucional de visibilidade pública.

O relato de uma das participantes sintetiza essa passagem entre o ensinar e o resistir: “O bordado surgiu para gerar renda para as mulheres a partir de 40 anos [...] mas aí surgiu a história da nossa exposição do Negro Cazuzá, vamos bordar a nossa exposição da comunidade.

Foi um ano de luta para concluirmos essa exposição” (B4, 2025). Outra complementa: “O projeto surgiu em 2017, com uma roda de conversas com as mulheres da comunidade [...] e uma das mais velhas falou: vamos bordar a nossa história [...] porque Cazuzza resistiu, nós resistimos também” (B6, 2025).

A permanência do Bordando Resistência ao longo dos anos é explicada, nas falas, pela força dos vínculos construídos entre as mulheres, muitos deles iniciados ou fortalecidos ainda no Projeto Libertando. As participantes enfatizam que o coletivo vai além da prática do bordado, envolvendo amizade, união e apoio mútuo. Como destaca uma das entrevistadas, “não é só bordar, é a amizade, a união, a proximidade” (B2, 2025). Outra reforça a continuidade do grupo ao afirmar que “sete anos aí na resistência, desafio por cima de desafio” (B6). Há ainda quem enfatize que “não dá pra existir Bordando Resistência sem a nossa identidade” (B13, 2025). A literatura indica que a sustentação de empreendimentos sociais depende menos de estruturas formais e mais da coesão social, do pertencimento e da identidade compartilhada entre seus membros (Lima; Gomes, 2023; Ihejiamaizu; Inyang, 2022).

Essas falas demonstram que o surgimento do Coletivo Bordando Resistência articula três dimensões complementares. A primeira é educacional, pois mantém viva a pedagogia popular do “Libertando”, transferindo o aprendizado formal da alfabetização para um processo formativo sensível e coletivo. A segunda é econômica, ao permitir que mulheres em vulnerabilidade encontrem meios de sustento e valorização do próprio trabalho. Por fim, a terceira é cultural e política, já que o bordado se consolida como instrumento de reconstrução da memória quilombola, reafirmando a identidade de um povo que resiste às formas históricas de exclusão.

Nesse percurso, o Bordando Resistência também constrói uma identidade marcada pela autonomia em relação às gestões públicas. B10 (2025) destaca que “o coletivo, ele não é da gestão, eu não quero que ele seja visto como algo da gestão, porque a gestão passa e o coletivo fica”. Embora existam parcerias institucionais, a entrevistada reforça que “a gente sempre vai ser parceiro [...] mas eu não quero que seja visto como algo da gestão, porque não é” (B10, 2025). Essa postura é apresentada como uma estratégia para garantir a permanência e a identidade civil do coletivo ao longo do tempo. Estudos sobre negócios de impacto e empreendedorismo social indicam que essa combinação entre identidade cultural, autonomia organizacional e circulação simbólica amplia o alcance e a legitimidade desses empreendimentos (Ramos; Bobsin, 2024).

Por fim, a trajetória do Bordando Resistência revela um processo de consolidação marcado pelo cuidado com a imagem e com a representação do coletivo para além da comunidade. Conforme relata B10 (2025), “tudo que a gente faz, a gente faz com muita atenção, principalmente o que vai para fora”, mencionando peças que passaram a circular fora do território e até do país. Segundo a entrevistada, essas produções “exigem um cuidado maior, porque vai expor não só o coletivo, a comunidade, muitas vezes a cidade, o estado” (B10, 2025), evidenciando o reconhecimento do alcance simbólico e histórico do trabalho desenvolvido.

Dessa forma, o coletivo configura-se como um espaço de continuidade e reinvenção da experiência educativa, em que o ato de bordar costura histórias, memórias e afetos, transformando o aprendizado em resistência e o trabalho manual em território de afirmação cultural e emancipação feminina.

### **6.3 Redes de cooperação interna e externa: a articulação entre laços fortes e laços fracos na sustentação do Coletivo Bordando Resistência**

Esta subseção tem como objetivo analisar as redes de cooperação interna e externa do Coletivo Bordando Resistência, buscando compreender como essas redes se organizam e se articulam na sustentação do empreendimento social feminino na comunidade quilombola de Alto Alegre. Para tanto, foram utilizadas técnicas de Análise de Redes Sociais (ARS), articuladas à análise qualitativa das entrevistas, permitindo compreender não apenas a estrutura relacional do coletivo, mas também os sentidos atribuídos a essas relações pelas próprias participantes.

A ARS possibilita compreender organizações e coletivos como sistemas de relações interdependentes, nos quais padrões de interação, posições ocupadas pelos atores e características estruturais da rede influenciam diretamente os fluxos de informação, cooperação e coordenação das ações (Tichy; Tushman; Fombrun, 1979; Oliver; Ebers, 1998). Nesse sentido, a análise da rede interna do Coletivo Bordando Resistência permite identificar como as relações cotidianas entre as integrantes sustentam o funcionamento do grupo, enquanto a análise da rede externa evidencia os vínculos estabelecidos com atores institucionais e parceiros estratégicos.

A rede de cooperação interna do Coletivo Bordando Resistência apresenta uma estrutura fortemente integrada, caracterizada por elevado número de conexões entre as integrantes. Todas as participantes estão inseridas em um único componente conectado, o que

indica um coletivo coeso, no qual as relações de cooperação se distribuem de forma ampla e contínua. Essa configuração é característica de redes marcadas por laços sociais fortes, nas quais a frequência de interação, a proximidade e o compartilhamento de experiências reforçam a coesão grupal e a confiança mútua, elementos centrais para a estabilidade e a continuidade das ações coletivas (Granovetter, 1973).

Essa configuração relacional encontra respaldo nas falas das participantes, que descrevem o coletivo como um espaço de apoio mútuo e convivência cotidiana. Conforme relata uma das integrantes: “E aí criou-se, além do vínculo mesmo, uma relação de muita confiança” (B10, 2025). Outra participante reforça o caráter coletivo dessas relações ao afirmar: “a gente tá sempre ali né ajudando umas às outras, quando a gente tá numa roda de bordado, a gente tá sempre ajudando, o que a outra tá passando, muitas vezes uma tá passando por uma situação, não tem com quem conversar aí uma vai lá com mais experiente na vida, vai dar um conselho pra outra, vai dando aquela aquela ajuda uma pra outra.” (B6, 2025).

### 6.3.1 Estrutura da rede de cooperação interna

A rede de cooperação interna do Coletivo Bordando Resistência apresenta uma estrutura direcionada, densa e fortemente conectada, composta por um único componente conectado. Isso significa que todas as integrantes estão direta ou indiretamente vinculadas entre si, não havendo subgrupos isolados ou atores desconectados. Tal configuração indica um elevado nível de integração relacional, no qual a cooperação se distribui de forma contínua pelo coletivo. A Tabela 1 sintetiza os principais indicadores estruturais obtidos a partir da análise no *Gephi*, permitindo uma leitura global da rede.

Tabela 1 – Métricas Gerais - Rede Interna do Coletivo Bordando Resistência

Métricas	Valor
Grau médio	4,615
Densidade da rede	0,385
Diâmetro da rede	5
Modularidade	3

Fonte: Elaborada pelo autor com uso do Gephi (2025)

Os resultados indicam um grau médio de 4,615, revelando que, em média, cada integrante mantém múltiplas relações de cooperação com outras participantes. Segundo Tichy, Tushman e Fombrun (1979), valores elevados de grau médio são característicos de redes organizacionais nas quais a interação é frequente e a coordenação ocorre por meio de múltiplos canais relacionais, reduzindo a dependência de poucos atores centrais.

A densidade da rede (0,385) reforça essa interpretação, indicando que uma parcela significativa das conexões possíveis entre as integrantes está efetivamente presente. Redes mais densas tendem a favorecer a circulação rápida de informações, o compartilhamento de experiências e a construção de confiança, aspectos centrais para a sustentabilidade de empreendimentos coletivos baseados na cooperação (Oliver; Ebers, 1998).

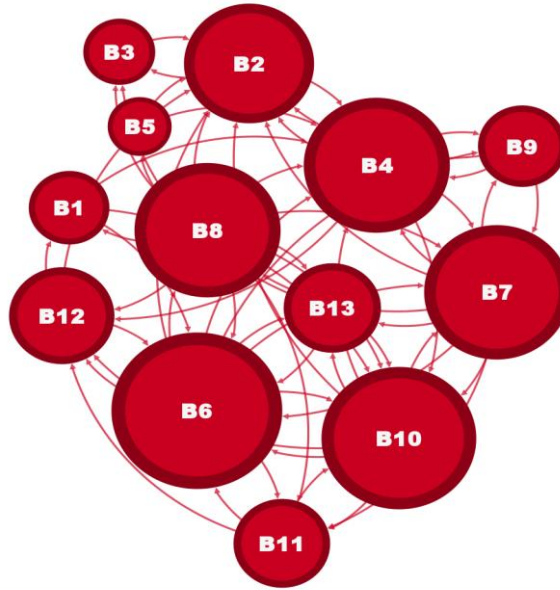
O diâmetro da rede igual a 5 sugere que, mesmo nos caminhos mais longos, a informação precisa atravessar um número relativamente reduzido de intermediários para circular entre as integrantes mais distantes. De acordo com Monaghan, Lavelle e Gunnigle (2017), diâmetros menores indicam maior proximidade estrutural entre os atores e maior capacidade de coordenação coletiva.

No que se refere à modularidade, o valor obtido indica a identificação de classes modulares internas. Contudo, a existência de apenas um componente conectado demonstra que tais agrupamentos não configuram fragmentação da rede, mas sim diferenciações internas de intensidade relacional, comuns em redes organizacionais fortemente integradas (Oliver; Ebers, 1998).

#### *6.3.1.1 Posições relacionais e métricas dos nós na rede interna*

A Figura 3 apresenta a visualização da rede interna de cooperação do Coletivo Bordando Resistência, construída a partir dos dados relacionais coletados nas entrevistas e processados no *software Gephi*. A representação gráfica permite observar a estrutura relacional do coletivo, evidenciando a direção dos vínculos, a intensidade das conexões e a posição ocupada por cada integrante no conjunto da rede. O tamanho dos nós está proporcional ao grau de conexões, enquanto as setas indicam a direção das relações de cooperação, possibilitando identificar padrões de centralidade, mediação e circulação relacional que complementam a análise dos indicadores quantitativos.

Figura 3 - Rede de Cooperação interna do Coletivo Bordando Resistência



Fonte: Elaborada pelo autor com uso do Gephi (2025).

A visualização da rede interna permite observar uma disposição densa dos vínculos, indicando que a cooperação não se concentra em poucos pares, mas atravessa o coletivo como um todo. Esse padrão sugere a existência de laços sociais fortes, fundamentais para a sustentação das atividades e para a permanência das mulheres no empreendimento. Em contextos de vulnerabilidade social, redes densas e fortemente conectadas tendem a desempenhar papel essencial na produção de solidariedade, no compartilhamento de recursos simbólicos e no fortalecimento do sentimento de pertencimento, funcionando como base de sustentação para iniciativas coletivas (Bastos; Vale; Teodósio, 2013). O que fica explícito na fala de uma das entrevistadas:

Acredito que a amizade, esse vínculo mesmo que a gente tem uma com a outra, de estar sempre conversando, de estar sempre querendo estar junto, porque a gente sabe que é muito difícil o artesanato ser valorizado, então, se a gente estivesse só pelo dinheiro, o coletivo não existiria mais. Então, essa amizade que a gente tem uma com a outra é o que nos mantém unidos (B3, 2025).

A análise dos indicadores de centralidade revelam que algumas das integrantes ocupam posições mais centrais na rede, apresentando maior grau de conexões diretas. Essas posições indicam maior circulação relacional, envolvimento frequente nas atividades do coletivo e participação ativa nos processos decisórios e organizativos. Na Análise de Redes Sociais, medidas de centralidade permitem identificar atores estruturalmente mais conectados,

com maior capacidade de circulação e participação nos fluxos relacionais da rede (Tichy; Tushman; Fombrun, 1979; Monaghan; Lavelle; Gunnigle, 2017).

Para aprofundar essa leitura estrutural, a Tabela 2 apresenta as métricas gerais da rede interna, permitindo uma análise mais precisa dos níveis de densidade, alcance relacional e organização estrutural do coletivo.

Tabela 2 – Análise das métricas de nó da rede interna de cooperação do Coletivo Bordando Resistência

Código	Grau de entrada	Grau de saída	Grau	Centralidade de proximidade	Centralidade de intermediação
B1	2	3	5	0,521739	0,833333
B2	9	2	11	0,413793	17,500000
B3	3	1	4	0,300000	0,333333
B4	8	5	13	0,600000	33,533333
B5	1	2	3	0,444444	0,000000
B6	7	9	16	0,800000	25,033333
B7	5	8	13	0,750000	20,000000
B8	2	11	13	0,923077	14,533333
B9	3	3	6	0,521739	0,000000
B10	7	7	14	0,666667	12,700000
B11	4	3	7	0,521739	0,200000
B12	5	3	8	0,545455	9,500000
B13	4	3	7	0,521739	1,833333

Fonte: Elaborada pelo autor com uso do Gephi (2025).

O grau de entrada expressa o número de vezes que uma integrante é acionada por outras, indicando reconhecimento relacional e procura como referência no cotidiano do coletivo. Já o grau de saída representa a iniciativa relacional da integrante, evidenciando sua participação ativa na mobilização de vínculos (Tichy; Tushman; Fombrun, 1979). O grau total, resultante da soma desses dois indicadores, permite avaliar o nível geral de envolvimento relacional de cada ator na rede.

Observa-se que algumas integrantes apresentam valores elevados de grau, indicando forte inserção relacional e participação frequente nas dinâmicas coletivas. Contudo, essa centralidade não se configura como hierarquia formal, mas como resultado de práticas cotidianas de cooperação, confiança e engajamento, características de redes organizacionais baseadas na reciprocidade (Oliver; Ebers, 1998).

A centralidade de intermediação evidencia quais integrantes atuam como pontes relacionais, participando dos caminhos que conectam diferentes partes da rede. Valores mais elevados desse indicador indicam posições estratégicas de mediação, associadas à facilitação da circulação de informações e à articulação das atividades do coletivo. Conforme destacam Oliver e Ebers (1998), atores com alta intermediação tendem a exercer influência estrutural ao conectar domínios relacionais que, de outro modo, estariam menos diretamente articulados.

A centralidade de proximidade revela a capacidade de uma integrante alcançar as demais com menor número de intermediários, indicando maior agilidade relacional dentro da rede (Monaghan; Lavelle; Gunnigle, 2017). Valores mais elevados sugerem posições estruturalmente favoráveis à circulação rápida de informações e à coordenação das ações coletivas.

Esses padrões quantitativos encontram respaldo nas falas das participantes, que descrevem o coletivo como um espaço de apoio mútuo, circulação constante de informações e compartilhamento de responsabilidades. Conforme relata uma das integrantes: “E aí criou-se, além do vínculo mesmo, uma relação de muita confiança” (B10, 2025). Outra participante reforça essa dinâmica ao afirmar: “a gente tá sempre ali ajudando umas às outras” (B6, 2025).

Ao destacar que se comunica diretamente com algumas integrantes do grupo para repassar informações a distância, B12 (2025) afirma que: “A gente tem um diálogo mais acertado pelo WhatsApp, aí elas se responsabilizam por algumas coisas que eu falo, né? Algumas ideias, aí elas repassam para as outras, que não pegam tanto no celular e tal, aí elas meio que se responsabilizam”. Enfatizando que mesmo a informação chegando primeiro a uma delas, logo é repassada a todos. Estudos recentes indicam que a centralidade em redes sociais

não deve ser compreendida apenas como posição estrutural, mas também como resultado da forma como os atores mobilizam seus vínculos, assumindo papéis de mediação, circulação de informações e articulação coletiva no cotidiano das organizações (Kim; Fernandez, 2023).

No entanto, essa centralidade não se configura como hierarquia formal, mas como reconhecimento relacional construído no cotidiano. Uma das participantes destaca esse aspecto ao afirmar: “como a gente diz, é porque a gente se reúne, em todo o bordado, a gente tá tudo junto, tudo unido, a gente só faz as coisas juntas, pra ficar a coisa certa. A gente se reúne, tá entendendo?” (B7, 2025). Em outra fala B1 (2025) destaca:

Assim, com todas a gente temos uma excelente convivência, né? ainda nem pode dizer assim com qual, né? Mas todas a gente tem, assim, uma excelente convivência. Eu boto mais aqui pra minha tia, que é pertinho da minha casa. Aí a gente, quase todas as mulheres, né? Corre toda pra ela, né? Vamos todas diretamente pra ela se consultar.

Esses resultados indicam que a rede interna combina horizontalidade nas relações com a presença de lideranças relacionais, construídas a partir da confiança, da experiência e do engajamento coletivo. Tal dinâmica reforça a ideia de que redes fortemente imersas em relações sociais cotidianas tendem a produzir formas de coordenação baseadas mais na confiança e no reconhecimento mútuo do que em estruturas formais de autoridade (Granovetter, 1973).

A combinação entre alta conectividade e ausência de subgrupos isolados reforça a interpretação da rede interna como um espaço de forte imersão social, no qual as interações frequentes contribuem para a estabilidade organizativa e para a resiliência do coletivo frente a desafios externos (Bastos; Vale; Teodósio, 2013).

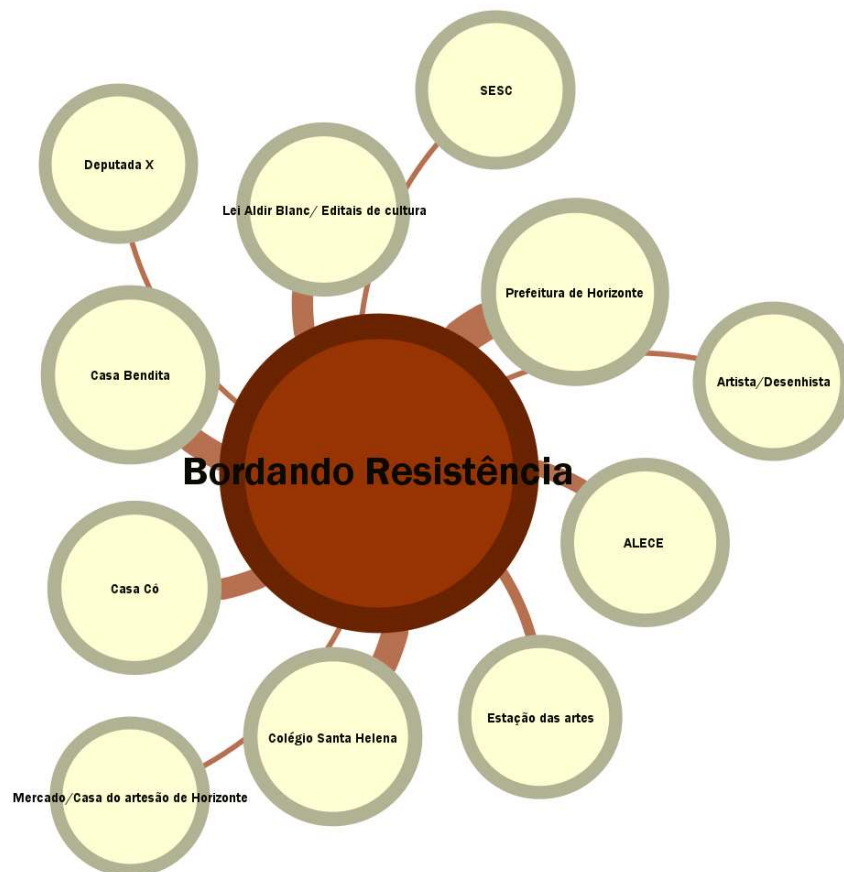
Nesse sentido, a rede interna pode ser compreendida como uma rede de laços fortes, fundamentais para a sustentação do coletivo em contextos de vulnerabilidade social. Esses laços garantem estabilidade, continuidade e resistência, funcionando como um alicerce que permite ao coletivo enfrentar desafios externos sem romper sua coesão interna. Em empreendimentos sociais, esse tipo de articulação é característica de ecossistemas nos quais a organização central atua como ponte entre diferentes campos institucionais, possibilitando o acesso a recursos, parcerias e oportunidades sem perder o enraizamento territorial (Lutz; Petrini; Souza, 2022).

Tal dinâmica está em consonância com a literatura de Análise de Redes Organizacionais, que destaca que redes densas e bem conectadas tendem a sustentar formas de coordenação baseadas na confiança, no reconhecimento relacional e na interdependência entre os atores (Tichy; Tushman; Fombrun, 1979; Oliver; Ebers, 1998).

### 6.3.2 Estrutura relacional da rede externa

A rede externa do Coletivo Bordando Resistência apresenta uma estrutura egocentrada, tendo o coletivo como nó central articulador das relações com atores externos. Diferentemente da rede interna, os atores externos não se conectam entre si, estando vinculados exclusivamente ao coletivo. Redes egocentradas são caracterizadas pela concentração das conexões em um ator focal, que assume a função de articular fluxos entre diferentes contextos sociais e institucionais (Tichy; Tushman; Fombrun, 1979). Essa configuração evidencia o papel do Bordando Resistência como mediador entre a comunidade quilombola e instituições, espaços culturais e agentes externos.

Figura 4 - Rede de cooperação externa do Coletivo Bordando Resistência



Fonte: Elaborado pelo autor com uso do Gephi (2025).

A Figura 4 apresenta a rede externa de cooperação do Coletivo Bordando Resistência, evidenciando os atores institucionais, culturais e políticos com os quais o coletivo

estabelece relações de parceria e apoio. A visualização permite compreender como o empreendimento se articula para além do território comunitário, revelando os fluxos de interação que viabilizam o acesso a recursos, espaços de circulação, reconhecimento institucional e oportunidades de fortalecimento das ações coletivas. O tamanho dos nós reflete a centralidade relacional dos atores na rede, enquanto a espessura das arestas indica a intensidade das relações estabelecidas, contribuindo para a análise da inserção externa do coletivo e de sua capacidade de mobilização em diferentes campos institucionais.

A presença de um único componente conectado reforça que todas as relações externas convergem para o coletivo, o que indica uma articulação centralizada, porém estratégica. Essa centralidade não representa isolamento, mas sim a capacidade do coletivo de estabelecer e gerir suas próprias parcerias, preservando sua autonomia e identidade comunitária. Tal equilíbrio entre autonomia interna e abertura relacional é apontado como fundamental para o desenvolvimento sustentável de iniciativas de empreendedorismo social, especialmente em contextos comunitários (Praszkier, 2013).

O grau ponderado permite analisar a intensidade das relações externas, considerando o número de mulheres que mencionaram cada ator nas entrevistas. Observa-se que algumas instituições e parceiros assumem maior centralidade relacional, destacando-se aqueles associados ao acesso a políticas públicas, espaços de comercialização, editais culturais e oportunidades de visibilidade, como reforça a fala da B12 (2025): “Quem está mais distante, normalmente, é quem está mais próximo de abrir portas, assim, né? Dessa maneira como eu tinha falado, de questão de exposição, de oficinas, né? de conhecer, conhecer outras pessoas”. A utilização de pesos nas relações permite diferenciar vínculos mais recorrentes e estratégicos daqueles mais esporádicos, ampliando a capacidade interpretativa da análise de redes (Tichy; Tushman; Fombrun, 1979; Monaghan; Lavelle; Gunnigle, 2017).

Essas relações externas não se configuram apenas como apoios pontuais, mas como elementos estruturantes da trajetória do coletivo, possibilitando acesso a recursos materiais, simbólicos e institucionais, sem tirar o caráter independente do grupo, como desta a B3 (2025): “A gente é um coletivo independente, mas tem algumas ações que a gente faz em parceria com a Prefeitura, por exemplo, bordados que são feitos para a Prefeitura, tem oficinas que são também pela assistência social, tem escolas que vêm. Então, a gente tem essa parceria.” A recorrência com que determinados atores são citados indica sua relevância na sustentação e expansão das atividades do Bordando Resistência para além do território comunitário. A literatura sobre empreendedorismo social aponta que a inserção em redes externas constitui um

elemento estruturante da trajetória dos empreendimentos, possibilitando acesso a recursos sem que isso implique perda de autonomia organizativa. Nessas configurações, as parcerias não operam como apoios episódicos, mas como componentes centrais da sustentabilidade e da expansão das iniciativas no território (Bastos; Vale; Teodósio, 2013; Lutz; Petrini; Souza, 2022).

Do ponto de vista relacional, a rede externa é composta majoritariamente por laços fracos, que, embora menos frequentes que os laços internos, desempenham papel fundamental na ampliação de oportunidades: “É, as pessoas mais distantes, a ajuda, ela é imaterial, né? É tipo, assim, uma divulgação, entendeu? Um convite, você, ah, recebeu um convite da Universidade Federal para isso, recebemos um convite da Unilab, então, são ajudas importantes, né? Porque trazem visibilidade, mobilizam as meninas também” (B10, 2025). Esses vínculos possibilitam ao coletivo circular em outros espaços, acessar novos públicos, participar de eventos e dialogar com políticas públicas e agentes institucionais. Conforme a teoria dos laços fracos, são justamente essas conexões menos intensas que possibilitam o acesso a novos circuitos de informação, visibilidade e recursos, ampliando o alcance das ações coletivas para além do grupo de pertencimento imediato (Granovetter, 1973; Ryan, 2016).

As entrevistas revelam que essas conexões externas são frequentemente acionadas em momentos estratégicos, como participação em feiras, submissão a editais e articulação com o poder público, como fica explícito na fala de uma das bordadeiras: “A gente conta sempre com os... A gente sempre entra em edital, né? de projetos que tem sobre a cultura, né? A gente tá muito dentro da Lei Aldir Blanc, né? Agora nós já estamos em um outro também, que é continuidade da Lei Aldir Blanc, também, que vem nos fortalecendo e vem mantendo também o coletivo” (B1, 2025). Assim, os laços fracos tendem a ser acionados de forma estratégica em momentos específicos, especialmente quando os atores buscam ampliar oportunidades, acessar recursos institucionais ou alcançar novos espaços sociais. Mais do que a intensidade do vínculo, o valor dessas conexões está na forma como são mobilizadas pelos atores, funcionando como pontes entre o grupo e ambientes externos (Granovetter, 1973; Ryan, 2016; Kim; Fernandez, 2023).

A análise integrada das redes de cooperação interna e externa evidencia que a sustentação do Coletivo Bordando Resistência se dá pela articulação complementar entre laços fortes e laços fracos: “Ambas são ajudas genuínas, assim, mesmo para que possam fortalecer o coletivo” (B11, 2025). A rede interna garante coesão, continuidade e identidade coletiva, enquanto a rede externa possibilita expansão, visibilidade e acesso a recursos institucionais. A

literatura sobre empreendedorismo social destaca que essa combinação é central para a criação de valor social, pois permite, simultaneamente, coesão interna e capacidade de articulação externa, potencializando o impacto das iniciativas no território (Praszkier, 2013; Lutz; Petrini; Souza, 2022).

Essa articulação ocorre de forma dinâmica, mediada por integrantes que transitam entre o coletivo e os espaços externos, traduzindo demandas, oportunidades e expectativas. Desse modo, o coletivo se sustenta simultaneamente por uma base comunitária sólida e por uma rede externa estratégica, configurando um modelo de empreendedorismo social enraizado no território, mas aberto ao diálogo com outros contextos. Em empreendimentos sociais, essa articulação dinâmica entre enraizamento comunitário e abertura relacional é fundamental para sustentar iniciativas territorialmente ancoradas, mas capazes de dialogar com outros contextos e escalas de atuação (Granovetter, 1985; Praszkier, 2013; Lutz; Petrini; Souza, 2022).

Tabela 3 - Indicadores quantitativos da rede de cooperação externa do Coletivo Bordando Resistência

<b>Ator externo / Coletivo</b>	<b>Grau ponderado</b>
Prefeitura de Horizonte	7
Colégio Santa Helena	5
Casa Bendita (Fortaleza)	5
Casa Cô (Fortaleza)	4
Lei Aldir Blanc / Editais de Cultura	4
Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE)	3
Estação das Artes (Fortaleza)	2
SESC	1
Mercado / Casa do Artesão de Horizonte	1
Artista / Desenhista	1
Deputada X	1

Fonte: Elaborado pelo autor com uso do Gephi (2025).

Conforme exposto na Tabela 3, foram mapeados apenas os vínculos do coletivo com os atores externos, sem considerar se eles mantêm relações entre si. O grau ponderado reforça essa centralidade ao evidenciar a intensidade diferenciada das relações estabelecidas, destacando atores recorrentes e estratégicos, especialmente aqueles associados ao acesso a

políticas públicas, editais culturais, espaços institucionais e de comercialização. Estruturas desse tipo indicam capacidade de articulação relacional e gestão estratégica dos fluxos, sem eliminar a autonomia dos atores envolvidos (Tichy; Tushman; Fombrun, 1979). Assim, a rede externa revela-se fundamental para a ampliação do alcance do coletivo, permitindo sua inserção em diferentes contextos sociais e institucionais, ao mesmo tempo em que preserva sua autonomia organizativa e identidade comunitária.

#### **6.4 Entre recursos e valores: os fundamentos da cooperação feminina no Coletivo Bordando Resistência**

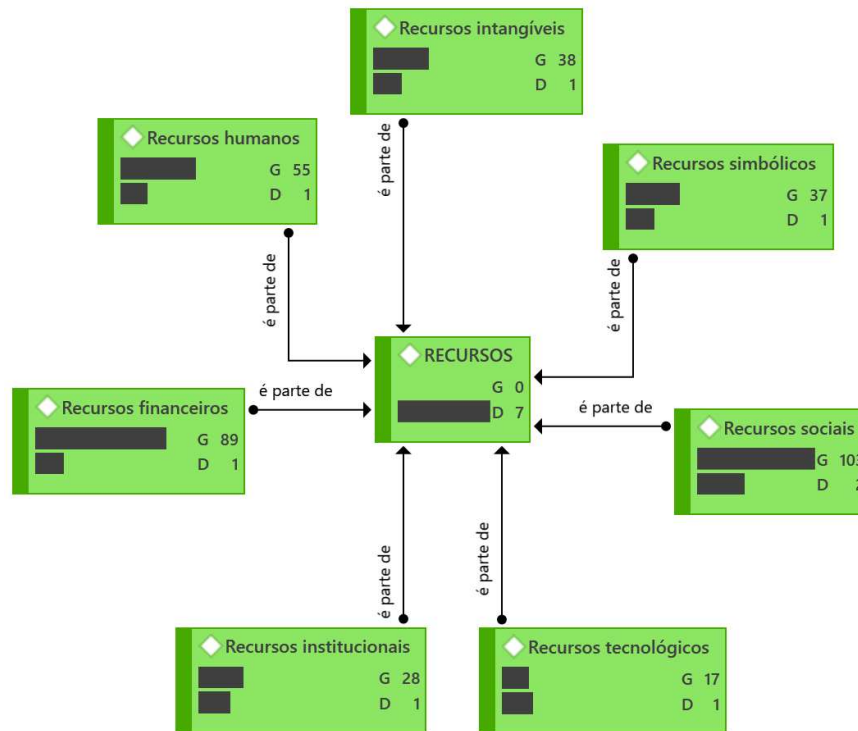
Esta subseção tem como objetivo identificar os recursos e os valores que orientam a cooperação das mulheres no empreendimento social Bordando Resistência, a partir da análise das falas das participantes. Os dados empíricos foram organizados com base no processo de codificação realizado no *software* ATLAS.ti, o que possibilitou a construção de categorias analíticas capazes de evidenciar os diferentes elementos mobilizados pelas mulheres para sustentar a prática coletiva.

No âmbito dessa análise, a categoria Recursos emergiu como eixo central para a compreensão da cooperação no empreendimento social, uma vez que reúne os meios materiais e imateriais acionados pelas participantes no cotidiano do coletivo. A identificação desses recursos permitiu compreender não apenas o que é mobilizado pelas mulheres, mas também como esses elementos se articulam para viabilizar a continuidade das atividades, fortalecer os vínculos internos e sustentar o projeto coletivo ao longo do tempo. Já a abordagem de Brush, Greene e Hart (2001) fornece um instrumental teórico robusto para interpretar os caminhos pelos quais o Coletivo Bordando Resistência tem estruturado sua base de recursos e sustentado sua trajetória de ação coletiva.

A literatura sobre empreendedorismo social reconhece que a sustentabilidade dessas iniciativas depende da capacidade de mobilizar e articular diferentes tipos de recursos, especialmente em contextos marcados por escassez financeira e institucional. Brush, Greene e Hart (2001) destacam que a base de recursos de empreendimentos sociais envolve a combinação de ativos humanos, sociais e financeiros, os quais são continuamente reorganizados ao longo do tempo. Estudos posteriores ampliam essa compreensão ao indicar que, em empreendimentos sociais comunitários, os recursos assumem caráter relacional e dinâmico, sendo construídos e acionados coletivamente no cotidiano organizacional (Moizer; Tracey, 2010; El Ebrashi, 2018).

A Figura 5 apresenta a estrutura da categoria analítica Recursos e suas subcategorias, evidenciando a forma como os diferentes tipos de recursos identificados na análise se relacionam com a categoria central. Conforme ilustrado, os recursos financeiros, humanos, tecnológicos, institucionais, sociais, simbólicos e intangíveis são compreendidos como partes constitutivas de um mesmo arranjo, não atuando de maneira isolada, mas de forma interdependente na dinâmica do empreendimento social. Os indicadores de groundedness (G) e density (D) reforçam essa leitura ao demonstrar a recorrência e a conexão desses recursos nas falas das participantes, destacando a centralidade dos recursos sociais e financeiros, sem desconsiderar a relevância dos recursos simbólicos, intangíveis e humanos para a sustentação da cooperação no Bordando Resistência.

Figura 5 - Estrutura da categoria analítica “Recursos” e suas subcategorias



Fonte: Elaborado pelo autor com uso do ATLAS.ti (2025).

A compreensão dos recursos como um arranjo interdependente encontra respaldo na literatura que analisa a sustentabilidade de empreendimentos sociais. Moizer e Tracey (2010) argumentam que a sobrevivência dessas organizações depende menos da posse isolada de recursos e mais da forma como eles são combinados e alocados estrategicamente. El Ebrashi (2018) reforça essa perspectiva ao indicar que recursos tangíveis e intangíveis operam

de maneira integrada, especialmente em empreendimentos sociais baseados na comunidade, nos quais valores, identidade e relações sociais potencializam a mobilização dos recursos materiais.

Os recursos financeiros são mencionados pelas participantes como essenciais para a manutenção das atividades do coletivo, sobretudo para a aquisição de materiais de trabalho, a organização das vendas e o custeio da participação em eventos. As falas indicam que a cooperação financeira se materializa na compra de insumos básicos do bordado, como linhas, agulhas, panos e bastidores. B5 (2025) afirma: “comprar material, comprar linha, comprar agulha, comprar pano, comprar bastidor”.

A divisão dos recursos provenientes das vendas é apresentada como prática coletiva e orientada por critérios acordados entre as integrantes. B7 (2025) relata: “o que sobra, a gente divide para as mulheres”. Complementando isso outra entrevistada relata que: “É pra repor material, [...] da prioridade comprar o material [...] o que sobra a gente sempre divide com as pessoas que não estão trabalhando, que as meninas são professoras e quando elas estão trabalhando é dividido entre cinco pessoas que não têm um trabalho fixo”. Ao mesmo tempo, as entrevistadas mencionam dificuldades decorrentes da escassez de recursos, como expresso por B2 (2025): “a dificuldade é porque nós não temos mesmo a verba para nós fazer tudo no tempo certo, né? A gente tem que esperar”, isso também fica evidente na fala de outra entrevistada:

Essa questão do patrocínio, né, porque querendo ou não, não é todo mês que a gente consegue ter uma renda muito alta, que consegue dividir entre as meninas, não é todo mês que a gente vende muita coisa. Então é mais essa questão mesmo de ter um patrocínio ali para manter essas meninas que não trabalham. É a parte mais difícil, [...] Então a questão mais difícil mesmo é ter sempre uma renda ali para essas meninas (B3, 2025).

Para viabilizar a participação em eventos fora da comunidade, as mulheres relatam a realização de ações coletivas de arrecadação. B10 (2025) menciona: “nós tivemos que fazer um rifão” e complementa: “fizemos bazar para poder custear a nossa hospedagem, alimentação” (B10, 2025). Também aparece a organização de um fundo coletivo, como descrito por B10 (2025): “a gente tira um percentual entre 10%, 15% do valor final, que é o caixa que fica para compra de material. Então, assim, o que é produzido no coletivo hoje, ele é distribuído dessa maneira, de uma maneira justa.”

As práticas financeiras descritas pelas participantes dialogam com a literatura que aponta a escassez de recursos como uma condição estrutural dos empreendimentos sociais.

Moizer e Tracey (2010) destacam que, diante da limitação de financiamento contínuo, esses empreendimentos desenvolvem estratégias coletivas de alocação e redistribuição de recursos como forma de garantir sua sustentabilidade. De modo convergente, Le, Aleem e Sandberg (2023) argumentam que a sobrevivência de empreendimentos sociais depende da capacidade de combinar fontes internas e externas de financiamento, bem como de desenvolver mecanismos internos de gestão financeira alinhados à missão social, como fundos coletivos e critérios solidários de distribuição.

Os recursos humanos são identificados nas falas a partir dos conhecimentos, habilidades e experiências mobilizadas pelas próprias mulheres e por pessoas próximas ao coletivo. As participantes destacam o aprendizado contínuo e o compartilhamento de saberes como práticas cooperativas. B7 (2025) afirma: “nesses sete anos, eu acho muito bom ter aprendido bastante, tenho aprendido, e do meu aprendizado, eu já tenho passado pros outros, né?”.

A realização de oficinas aparece como estratégia de mobilização desses recursos. B4 (2025) relata: “nós damos oficina” e a B8 (2025) em sua fala: “Eu tanto bordo como ensino”. Também são reconhecidas competências específicas colocadas a serviço do coletivo, como as relacionadas à comunicação e ao design. B6 (2025) afirma: “tudo que é de marketing, de design, cartaz, tudo é ela” destacando que para além do bordado em si o coletivo conta com outros tipos de suporte dentro dele.

Outro aspecto recorrente refere-se à formação técnica no bordado. Como destacado: “a B12 é a nossa bordadeira oficial, a nossa professora” (B10, 2025), onde uma delas destaca a importância do papel da professora de bordado:

Que ela esteve lá presente nos orientando, né? Como nós podemos fazer, em que ponto nós poderíamos estar fazendo, as cores da linha, né? Até o pintar, né? A aquarela que nós queríamos fazer no pano, ela esteve sempre presente nos dando apoio e nos incentivando. E até hoje ela caminha juntamente conosco (B1, 2025).

Além disso, surgem menções ao apoio de familiares e membros da comunidade, como nas falas da (B11): “meu pai ajuda muito” e da B10 (2025): “Um artista da comunidade, ele esteve conosco desde o começo, ele que fez o desenho, tanto do Cazuzá, ele que desenhou todo mundo, toda a história de Cazuzá, a coleção de ancestralidades foi ele também que fez para nós os retratos dos idosos”, ampliando a compreensão dos recursos humanos para além das integrantes formais.

Laços fortes são fundamentais para a circulação de conhecimentos, aprendizagem coletiva e manutenção da cooperação, especialmente em contextos de proximidade comunitária (Jack, 2005). Brush, Greene e Hart (2001) apontam que o capital humano, quando articulado a redes de apoio, potencializa a capacidade organizacional dos empreendimentos sociais, ampliando sua resiliência e adaptabilidade.

Os recursos tecnológicos referem-se aos instrumentos e materiais necessários à execução do trabalho artesanal. As falas indicam que esses recursos são fundamentais para a produção e frequentemente dependem de reposição constante. B10 (2025) menciona diretamente: “Inclusive para comprar o nosso material, para nós trabalhar”. E B3 (2025) menciona quais seriam alguns desses materiais necessários: “[...] parte do material, bastidor, agulha, linha”.

A aquisição desses materiais está associada às vendas e ao uso dos recursos financeiros arrecadados. B8 (2025) afirma: “quando vendem os produtos, aí elas compram [...] ela compra os produtos pra gente trabalhar de novo”. Esses relatos evidenciam que os recursos tecnológicos são mobilizados de forma articulada aos recursos financeiros e à cooperação entre as mulheres. Mas também são recebidos por meio de doações em algumas ocasiões, como destacado na fala: “a gente ganha, recebe muita doação de outras lojas de Fortaleza, né, como a Casa Bendita, ela nos fornece bastante linha” (B6, 2025).

Conforme argumenta Gopalkrishnan (2013), a tecnologia constitui um recurso central para operacionalizar iniciativas sociais, sendo frequentemente mobilizada de forma articulada aos recursos financeiros e às redes de cooperação e no contexto de empreendimentos sociais de base produtiva, englobam instrumentos, materiais e técnicas que viabilizam a transformação de ideias em produtos concretos.

Os recursos sociais aparecem nas falas como elementos centrais para a cooperação, associados às relações de confiança, convivência e apoio mútuo. As participantes descrevem o coletivo como um espaço de encontro e interação frequente. Como B2 (2025) afirma: “não é só bordar, é a amizade, a união, a proximidade [...]”.

A cooperação cotidiana é mencionada como prática recorrente. Percebemos isso através de falas como a de B13 (2025): “a gente dá as mãos e consegue” e na de B1 (2025):

E essa mistura de geração é que nos fortalece. Às vezes, quando nós demoramos muito para nos encontrar, sentimos falta uma das outras, de estar compartilhando a experiência de cada um, os momentos de dores, se uma está triste, outra vai levantar a autoestima da outra nas nossas conversas. [...] a gente ri, a gente chora, compartilha

as nossas dores, as nossas angústias. Quando nós estamos unidas no coletivo, é esse momento que nós tínhamos de partilhar.

Nessa perspectiva, laços sociais fortes, marcados por confiança, proximidade e recorrência das interações, são fundamentais para a manutenção das iniciativas em contextos de incerteza e esses laços favorecem a permanência das participantes no coletivo e funcionam como mecanismos de ativação de outros recursos, ao reforçar a coesão interna e possibilitar a mobilização de informações, conhecimentos e diferentes formas de apoio necessárias à continuidade do empreendimento social (Jack, 2005).

Os recursos simbólicos são identificados nas falas que atribuem sentidos culturais, políticos e identitários ao bordado e ao coletivo. As participantes ressaltam que o trabalho realizado expressa a história e a identidade da comunidade. Conforme B6 (2025): “o nosso bordado não é um bordado qualquer, cada bordado que a gente traz é a nossa história”, B1 (2025) complementa ao afirmar: “os nossos bordados são bordados políticos, nós contamos a nossa história, história de mulheres, das lutas das mulheres também”. Esses relatos indicam que o bordado funciona como linguagem simbólica de memória, resistência e pertencimento quilombola, orientando a cooperação em torno de um projeto comum (Pereira; Magalhães, 2023).

Figura 6 - Bordados que representam o território, o trabalho e o cotidiano da comunidade quilombola de Alto Alegre



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Conforme ilustrado na Figura 6, os bordados produzidos pelo coletivo registram cenas do cotidiano e do trabalho comunitário, evidenciando como o fazer artesanal se converte em linguagem simbólica de memória, identidade e pertencimento quilombola. O bordado é visto por elas não só como um trabalho, mas como uma ferramenta para que elas possam contar suas histórias e da comunidade ao qual pertencem: “Principalmente nós, sendo quilombola, nós estamos valorizando mais ainda a nossa comunidade, a nossa resistência” (B6, 2025). Indo de acordo, B13 (2025) complementa: Não dá pra existir bordando resistência sem a nossa identidade mesmo”.

A literatura sobre empreendedorismo social reconhece o papel dos recursos simbólicos na construção da legitimidade e do sentido coletivo. El Ebrashi (2018) destaca que identidade, valores e narrativas compartilhadas funcionam como ativos estratégicos que orientam a ação organizacional e fortalecem o engajamento dos participantes. No caso de empreendimentos sociais de base comunitária, esses recursos simbólicos contribuem para a articulação entre missão social e prática produtiva, sustentando a cooperação em torno de um projeto comum (Moizer; Tracey, 2010; El Ebrashi, 2018).

Os recursos intangíveis referem-se a aspectos não materiais que sustentam a cooperação, como autoestima, reconhecimento e cuidado emocional. As falas indicam que o coletivo produz efeitos subjetivos importantes para as participantes. Onde B5 (2025) afirma: “O coletivo, através do coletivo nos trouxe muitas curas, né? Mais harmonia entre família e amigos, para mim foi de grande importância.” e B10 (2025) complementa “era um processo de autoconhecimento, né? Onde o bordado foi a ferramenta mais importante.

Esses achados encontram respaldo em estudos que apontam os recursos intangíveis como elementos centrais nos empreendimentos sociais. El Ebrashi (2018) argumenta que aspectos como reconhecimento, autoestima, pertencimento e cuidado emocional constituem recursos estratégicos que fortalecem o compromisso das participantes e sustentam a continuidade das iniciativas sociais. Tais recursos, embora não mensuráveis, desempenham papel fundamental na mobilização coletiva e na manutenção da cooperação ao longo do tempo.

Além dos recursos, os relatos evidenciam valores compartilhados que orientam a cooperação no empreendimento, a seguir apresenta-se uma síntese visual dos valores compartilhados pelas mulheres do Coletivo Bordando Resistência, conforme emergiram das falas das participantes durante o processo de codificação.



levar a nossa história, de contar o nosso dia a dia”, enquanto B11 (2025) destaca: “Eu acho que o que a gente defende é a questão da honestidade e o que não pode faltar no grupo é a confiança, a empatia como eu já falei, de todo mundo entender a realidade de cada um” como base do trabalho coletivo.

No contexto das comunidades quilombolas, esses valores assumem contornos ainda mais específicos, uma vez que o trabalho feminino se articula historicamente a práticas de cuidado, afeto e responsabilidade com o território e com a coletividade, o trabalho não se restringe à dimensão produtiva, mas constitui um espaço de fortalecimento de vínculos sociais, transmissão de valores e sustentação da vida comunitária (Pereira; Magalhães, 2023).

Outros valores citados incluem respeito, pertencimento, persistência e resistência. Quando B3 (2025) afirma: “Eu acredito que o respeito, porque a gente é um coletivo de mulheres de várias idades, então, tem meninas mais novas, têm as mais idosas e aí, a gente vai conversando, vai vendo o que uma outra passou, o que aquela mais nova não quer repetir das mais velhas, então, a gente se ajuda muito em questionar isso”, e B6 (2025) menciona novamente esses valores: “[...] a união, a persistência, a fé, a coragem, todos nós temos que ter essa resistência e resistir para que a gente possa se manter sempre unidas”. Também aparecem valores como cuidado, empatia e honestidade, que orientam a convivência e a manutenção das práticas cooperativas no Bordando Resistência.

Assim, no Bordando Resistência, os valores compartilhados não apenas orientam a convivência entre as mulheres, mas estruturam as práticas cooperativas e sustentam a continuidade do empreendimento social, em consonância com estudos que apontam o empreendedorismo quilombola como orientado por princípios coletivos de solidariedade, identidade e resistência (Fonseca *et al.*, 2022).

Conforme ilustrado na Figura 8, os valores compartilhados pelas mulheres do Bordando Resistência são incorporados ao bordado como linguagem de expressão coletiva, ao serem bordados, esses valores deixam de operar apenas como orientadores abstratos da cooperação e passam a integrar o cotidiano, a identidade e a memória do grupo.

Figura 8 – Produções bordadas que expressam valores compartilhados no Coletivo Bordando Resistência



Fonte: Instagram do Coletivo Bordando Resistência (2025).

De modo geral, os relatos evidenciam que a cooperação no empreendimento social é orientada por um conjunto articulado de recursos: financeiros, humanos, tecnológicos, sociais, simbólicos e intangíveis e por valores compartilhados que sustentam as relações entre as mulheres. Esses elementos, identificados a partir das falas das participantes, estruturam as práticas coletivas e contribuem para a continuidade do Bordando Resistência.

### 6.5 Quando os laços abrem caminhos: o funcionamento dos laços sociais no acesso a recursos do Coletivo Bordando Resistência

Nesta subseção, analisam-se as relações entre os tipos de laços sociais mobilizados pelas integrantes do Coletivo Bordando Resistência e os recursos que foram efetivamente acessados ao longo da trajetória do empreendimento. A análise baseia-se nos dados empíricos

sistematizados no ATLAS.ti, especialmente nos códigos referentes aos laços fortes e laços fracos, articulados às categorias de recursos identificadas nas seções anteriores. Busca-se compreender como diferentes formas de vínculo social operam como mediadoras no acesso aos recursos financeiros, humanos, tecnológicos, institucionais, sociais, simbólicos e intangíveis. Essa abordagem dialoga com a perspectiva de que as ações econômicas e organizacionais estão imersas em redes de relações sociais, nas quais os vínculos estabelecidos entre os atores operam como mediadores do acesso a recursos e oportunidades (Granovetter, 1973; Lutz; Petrini; Souza, 2022).

Os resultados indicam que os recursos financeiros, humanos, tecnológicos, institucionais, sociais, simbólicos e intangíveis são acessados por meio de arranjos relacionais distintos, nos quais laços fortes e laços fracos atuam de forma complementar. Em alguns casos, o mesmo tipo de recurso é mobilizado simultaneamente por ambos os tipos de laço, assumindo funções diferentes ao longo da trajetória do coletivo. A literatura sobre redes sociais indica que laços fortes e laços fracos tendem a desempenhar funções distintas, porém complementares, nos processos de acesso a recursos (Granovetter, 1973). Estudos mais recentes reforçam que a efetividade desses laços depende do modo como são mobilizados pelos atores e do equilíbrio estabelecido entre vínculos de coesão interna e conexões externas (Praszkier, 2013; Kim; Fernandez, 2023).

De modo geral, os laços fortes, construídos a partir da convivência cotidiana entre as integrantes, vínculos familiares e relações comunitárias, estão associados à sustentação interna do empreendimento. Já os laços fracos, estabelecidos com instituições públicas, organizações privadas e parceiros externos, ampliam o alcance das ações do coletivo e viabilizam o acesso a recursos que extrapolam o território da comunidade. No entanto, os dados empíricos demonstram que essa distinção não é rígida, havendo interseções importantes entre os dois tipos de laço.

Essa distinção encontra respaldo na literatura, que aponta que laços fortes tendem a sustentar a coesão e a confiança interna, enquanto laços fracos conectam o grupo a contextos sociais mais amplos, ampliando o acesso a recursos e oportunidades (Granovetter, 1973; Lutz; Petrini; Souza, 2022). Contudo, estudos qualitativos mostram que essa separação não é rígida, uma vez que laços fortes podem permanecer latentes e serem acionados para mobilizar conexões externas quando necessário (Jack, 2005).

No que se refere aos recursos financeiros, observa-se que eles são acessados tanto por laços fortes quanto por laços fracos. Os laços fortes aparecem associados à geração e à

gestão interna dos recursos, especialmente por meio das vendas, da divisão dos valores arrecadados e do reinvestimento coletivo. B1 (2025) descreve esse processo ao afirmar: “Quando nós vamos para as feiras, a gente tira o dinheiro de quem bordou e tira o dinheiro do material para a gente repor material de novo”. B8 (2025) reforça que os recursos financeiros retornam diretamente para o processo produtivo do coletivo: “As meninas produzem, têm as vendas e com as vendas elas conseguem separar uma parte para comprar os materiais”.

Ao mesmo tempo, os laços fracos também se mostram relevantes para o acesso a recursos financeiros, sobretudo quando o coletivo precisa custear deslocamentos, exposições ou participação em eventos externos. B10 (2025) relata: “aí eu pego o apoio do Santa Helena para entrar com o nosso grande aporte financeiro” e reforça esse apoio ao trazer: “[...] é o maior parceiro, né, porque ele nos ajuda financeiramente” (B10, 2025). Essas falas evidenciam que os recursos financeiros assumem funções distintas conforme o tipo de laço mobilizado: enquanto os laços fortes sustentam o cotidiano produtivo, os laços fracos viabilizam a expansão das atividades.

Esse padrão é coerente com a literatura que destaca que empreendimentos emergentes constroem sua base de recursos de forma progressiva, combinando recursos gerados internamente com aqueles obtidos por meio de relações externas (Brush; Greene; Hart, 2001). No contexto de empreendimentos sociais, parcerias tornam-se especialmente relevantes para viabilizar expansão e sustentabilidade, exigindo decisões estratégicas sobre a alocação de recursos entre atividades produtivas e ações de maior visibilidade externa (Moizer; Tracey, 2010; Choi; Chang, 2019).

Os recursos humanos também são acessados por meio de ambos os tipos de laço. Pelos laços fortes, esses recursos se manifestam no compartilhamento de saberes dentro do coletivo, na ajuda mútua e no envolvimento de familiares no trabalho do coletivo. a B10 (2025) relata sobre algumas funções desempenhadas dentro do coletivo:

A B11, ela faz a parte do divulgar, de criar arte, né, convite, tudo isso é a B11 que faz. Tenta alimentar o máximo possível o Facebook das bordadeiras e o Instagram, [...] a B12, que é a professora, né, ela que faz toda a parte de orientação de como a gente deve bordar determinado material e a B13, ela chegou para contribuir muito, né, a B13 também é de Fortaleza e ela é uma bordadeira nata, assim, ela aprendeu muito rápido, sabe, e ela nos salva, assim, B13 tem que bordar isso aqui para amanhã, eu não sei como é que ela consegue, mas ela consegue.

Destacando o apoio familiar em momentos de maior demanda, a B5 (2025) ressalta: “A minha filha mesmo me ajuda, ajuda a gente também, meu irmão, por exemplo, sempre nós

estamos aperreando ele, nos momentos, nas atividades mais braçal, o filho da B4 também nos ajuda também nas atividades mais braçal que a gente necessita, ele ajuda dentro do coletivo”. Ressaltando essa participação, B1 (2025) fala: “A gente vai tentando envolver outras pessoas, nossos familiares mesmo. Às vezes precisamos de uma ajuda para fazer isso, eles têm mais uma habilidade, a gente conta com eles”.

A mobilização de recursos humanos por meio de laços fortes converge com estudos que indicam que vínculos próximos são centrais para a circulação de conhecimento, a manutenção da reputação e o suporte às atividades cotidianas do empreendimento (Jack, 2005). Além disso, a literatura recente ressalta que o valor desses vínculos depende da atuação dos atores na ativação e no uso estratégico das relações disponíveis (Kim; Fernandez, 2023).

Por sua vez, os laços fracos também contribuem para o acesso a recursos humanos, especialmente por meio de parcerias com pessoas externas que oferecem conhecimentos específicos:

[...] tem um artista, né, um desenhista, aí a gente apresentou para ele, o que a gente queria, e ele colocou na cabeça dele, é, eu vou fazer o riscado, ele começou, levou tempo, né, para ele memorizar como era a cultura, como era, porque aqui na sala tem uns quadros contando um pouquinho da nossa história, e ele se inspirou nesses quadros e veio e desenhou para a gente, através do desenho foi apresentado para nós (B6, 2025).

O acesso a conhecimentos especializados por meio de parcerias externas reforça a ideia de que laços fracos possibilitam a entrada de informações e competências que não circulam nos círculos mais próximos (Granovetter, 1973). Tais conexões, contudo, tendem a ser acionadas a partir de redes de confiança previamente estabelecidas, evidenciando a interdependência entre laços fortes e fracos (Jack, 2005).

No que diz respeito aos recursos tecnológicos, estes aparecem mobilizados principalmente a partir de laços fortes, associados à organização interna do trabalho e à aquisição de materiais necessários à produção. B3 (2025) menciona diretamente os instrumentos de trabalho: “Bastidor, agulha, linha”. Contudo, os laços fracos também se mostram relevantes para esse tipo de recurso, sobretudo quando mediados por articulações externas que viabilizam doações de material. B6 (2025) explica: “gente ganha, recebe muita doação de outras lojas de Fortaleza, né, como a Casa Bendita, ela nos fornece bastante linha”. Um dos destaques de apoio com os recursos tecnológicos, veio no início do bordando Resistência, como destaca B11 (2025):

[...] na época, o incentivo que tinha, porque precisava comprar material, né? Precisava de pano, de linha, de agulha, depois foi chegando bastidor, depois foi chegando aquarela, lápis de cor, então, quem deu esse primeiro suporte, podemos dizer que foi o Colégio Santa Helena, né? [...] que fez o investimento para que isso pudesse ser realizado a priori, né? E aí, com o decorrer do tempo, foram acontecendo algumas vendas.

A obtenção de recursos tecnológicos pode ser compreendida como parte do processo de construção e organização da base de recursos do empreendimento, no qual recursos materiais são combinados a outros tipos de ativos para sustentar a atividade produtiva (Brush; Greene; Hart, 2001). Em contextos de restrição, a literatura destaca a importância da orquestração de recursos em rede, envolvendo diferentes atores e formas de coordenação ao longo do tempo (Bals *et al.*, 2023).

Os recursos institucionais são acessados predominantemente por meio de laços fracos, estabelecidos com o poder público e com instituições culturais. B11 (2025) relata: “A Prefeitura de Horizonte dá um suporte muito bom, não de verba em si, mas quando precisa de transporte, quando precisa de qualquer barraca”. Ainda assim, a mobilização desses recursos institucionais depende frequentemente da mediação de laços fortes internos, que organizam, solicitam e operacionalizam esses apoios, evidenciando a interdependência entre os tipos de laços. Como ressalta B10 (2025) em sua fala:

O fato de eu estar na gestão ajuda muito porque é um campo fértil, né? [...] A ida que a gente fez pra Coreia, por exemplo, foi porque Horizonte é uma cidade educadora, e teve a oportunidade de escrever o projeto, e aí, vamos escrever o coletivo, se não fosse isso, a gente também não teria chegado lá, então, a gente não pode deixar de dar o valor devido àquilo que nos ajuda, né? Não é pelo fato de ser uma gestão pública, uma prefeitura, que a gente vai simplesmente tirar... Não, não precisamos. Precisamos e muito, se não a gente não estaria onde a gente está.

O acesso a recursos institucionais por meio de laços fracos dialoga com a literatura que enfatiza a importância da inserção em redes mais amplas para a obtenção de apoio logístico, reconhecimento e legitimidade organizacional (Lutz; Petrini; Souza, 2022). Nesse sentido, a sustentabilidade do empreendimento social está diretamente relacionada à capacidade de articular parcerias institucionais sem romper com sua base comunitária (Moizer; Tracey, 2010).

Os recursos sociais aparecem fortemente associados aos laços fortes, sustentados pela convivência, pela amizade e pela confiança entre as mulheres. B12 (2025) afirma: “Quando a gente está junto, assim, nossa, é tão bom a sensação de união, [...] é um pouco bordado, mas dá para fofocar, tomar café, comer bolo, a gente nem sente as horas, mas lá se foram três horas de bordado e a gente pouco bordou, mais conversou, mais matou a saudade.” B2 (2025)

complementa: “Não é só questão de bordar, é questão de conversar, união com as primas, com as amigas”.

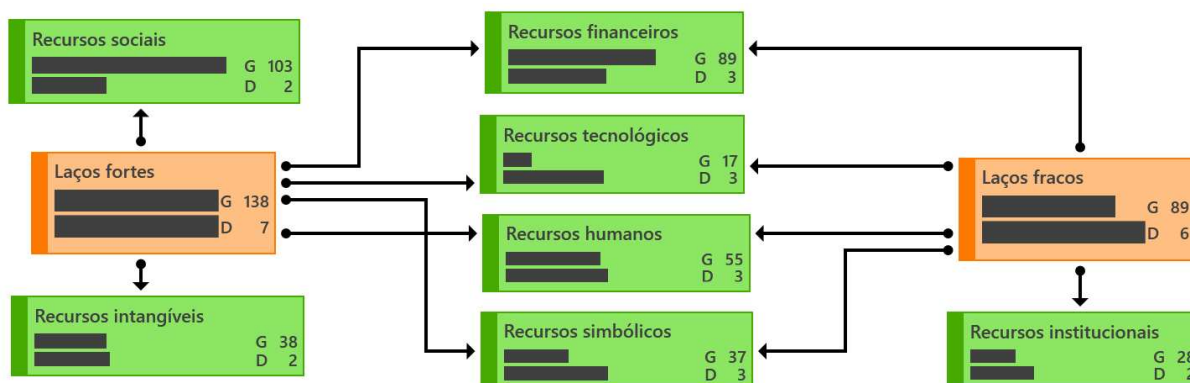
Os recursos simbólicos são mobilizados principalmente por meio dos laços fortes, vinculados à identidade quilombola e à história compartilhada das mulheres. B1 (2025) afirma: “Os nossos bordados são bordados políticos, nós contamos a nossa história”. B6 (2025) reforça: “sendo quilombola, nós estamos valorizando mais ainda a nossa comunidade, a nossa resistência”. Ao mesmo tempo, esses recursos simbólicos ganham maior visibilidade quando acionados por laços fracos, como exposições e eventos fora da comunidade, ampliando o alcance das narrativas produzidas pelo coletivo. “Nossa primeira ideia de exposição, que foi pra todo canto e foi quem nos deu muita visibilidade [...] Trazendo visibilidade pra comunidade, pra história dele e pra nós enquanto coletivo” (B4, 2025).

Os recursos sociais e simbólicos identificados no coletivo evidenciam o papel dos laços fortes na produção de coesão, pertencimento e identidade compartilhada, elementos centrais para processos de transformação social em contextos comunitários (Praszkier, 2013). Ao mesmo tempo, a circulação dessas narrativas em espaços externos amplia o reconhecimento do empreendimento, reforçando a importância das redes para a criação de valor social (Lutz; Petrini; Souza, 2022).

Por fim, os recursos intangíveis, como pertencimento, cuidado e fortalecimento emocional, aparecem associados de forma predominante aos laços fortes, construídos no cotidiano do coletivo. B2 (2025) afirma: “O coletivo é tudo de bom na minha vida.” Ainda assim, o reconhecimento externo mediado por laços fracos também contribui para esses recursos, ao reforçar o sentimento de valorização e reconhecimento do trabalho realizado, “A questão das pessoas valorizar o nosso trabalho” (B6, 2025).

A predominância dos laços fortes na mobilização de recursos intangíveis encontra respaldo na literatura de redes sociais, que aponta que vínculos caracterizados por proximidade, confiança e convivência frequente tendem a sustentar dimensões não econômicas das relações, como pertencimento, cuidado e apoio emocional (Granovetter, 1973). Ainda que construídos majoritariamente no interior do grupo, esses recursos intangíveis podem ser reforçados por meio do reconhecimento externo mediado por laços fracos, na medida em que a visibilidade e a valorização social do trabalho realizado retroalimentam o engajamento e o sentimento de pertencimento das participantes (Lutz; Petrini; Souza, 2022).

Figura 9 – Relação entre os tipos de laços sociais e os recursos mobilizados pelo Coletivo Bordando Resistência



Fonte: Elaborado pelo autor com uso do ATLAS.ti (2025).

A Figura 9 sintetiza empiricamente as relações entre os tipos de laços sociais mobilizados pelas integrantes do Coletivo Bordando Resistência e os recursos efetivamente acessados ao longo da trajetória do empreendimento. Conforme ilustrado, os laços fortes, construídos a partir da convivência cotidiana, dos vínculos familiares e comunitários, aparecem associados principalmente ao acesso a recursos sociais e recursos intangíveis, que sustentam a cooperação interna, o cuidado mútuo e o sentimento de pertencimento entre as mulheres. Por sua vez, os laços fracos, estabelecidos com instituições públicas, organizações privadas e parceiros externos, estão diretamente relacionados ao acesso a recursos institucionais, ampliando as possibilidades de apoio logístico, circulação e inserção do coletivo em espaços externos à comunidade.

Observa-se ainda que determinados recursos, financeiros, humanos, tecnológicos e simbólicos, são mobilizados tanto por laços fortes quanto por laços fracos, ocupando uma posição intermediária na figura. Essa disposição visual evidencia que tais recursos assumem funções distintas conforme o tipo de laço acionado: enquanto os laços fortes viabilizam sua utilização no cotidiano produtivo e na manutenção do coletivo, os laços fracos contribuem para a ampliação do alcance, da visibilidade e das oportunidades de acesso a esses mesmos recursos em contextos externos. Assim, a figura evidencia a complementaridade entre laços fortes e laços fracos na sustentação e no desenvolvimento do empreendimento social ao longo do tempo.

Corroborando com a literatura que compreende as redes sociais como estruturas dinâmicas, nas quais diferentes tipos de vínculo são acionados conforme o contexto e os objetivos em jogo (Granovetter, 1973; Jack, 2005; Kim; Fernandez, 2023).

De modo geral, os dados empíricos indicam que a trajetória do Coletivo Bordando Resistência é sustentada por uma articulação dinâmica entre laços fortes e laços fracos, na qual diferentes tipos de recursos são acessados de forma complementar. Em alguns casos, o mesmo recurso é mobilizado por ambos os tipos de laço, assumindo funções distintas conforme o contexto e o momento da trajetória do empreendimento.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo compreender como os elementos histórico-culturais, as redes de cooperação e os valores compartilhados estruturam o Coletivo Bordando Resistência enquanto iniciativa de empreendedorismo social feminino na comunidade quilombola de Alto Alegre. A análise dos dados empíricos evidenciou que esses elementos não atuam de forma isolada, mas se articulam dinamicamente, constituindo um arranjo coletivo que sustenta a permanência, a identidade e a capacidade de ação do empreendimento ao longo do tempo. Nesse sentido, o Bordando Resistência revela-se como uma experiência de empreendedorismo social enraizada no território, marcada pela centralidade das relações sociais, da cultura e dos valores compartilhados pelas mulheres quilombolas.

No que se refere ao contexto histórico-cultural do coletivo, os resultados demonstraram que o Bordando Resistência emerge de uma trajetória anterior de mobilização comunitária, fortemente vinculada ao Projeto Libertando, experiência educativa de base popular que possibilitou a construção de vínculos, confiança e pertencimento entre as mulheres da comunidade. A partir desse processo, o bordado foi ressignificado, deixando de ser apenas uma técnica artesanal ou estratégia de geração de renda para assumir o papel de linguagem política, cultural e identitária. O ato de bordar passou a narrar a história da comunidade, a memória quilombola e as lutas das mulheres, transformando o fazer manual em instrumento de resistência, afirmação identitária e valorização do território. Assim, o coletivo se constitui como espaço de continuidade da pedagogia popular, no qual educação, cultura e trabalho se entrelaçam em uma prática social coletiva.

A análise das redes de cooperação interna e externa evidenciou que a sustentação do Bordando Resistência se apoia na articulação complementar entre laços sociais fortes e laços fracos. A rede interna caracteriza-se por elevada coesão, densidade relacional e ausência de subgrupos isolados, configurando um espaço de apoio mútuo, confiança e convivência cotidiana. Esses laços fortes desempenham papel central na manutenção do coletivo, garantindo estabilidade, continuidade e cuidado entre as participantes. Ao mesmo tempo, a rede externa apresenta uma estrutura egocêntrica, na qual o coletivo atua como mediador entre a comunidade quilombola e instituições, espaços culturais, políticas públicas e agentes externos. Esses laços fracos, embora menos frequentes, mostram-se fundamentais para a ampliação de oportunidades, acesso a recursos institucionais, editais culturais, visibilidade pública e circulação das produções do coletivo para além do território.

Os resultados também permitiram identificar os recursos e valores que orientam a cooperação das mulheres no empreendimento social. Observou-se que a sustentação do Bordando Resistência depende de um conjunto articulado de recursos financeiros, humanos, tecnológicos, sociais, simbólicos e intangíveis, mobilizados de forma coletiva e solidária. A escassez de recursos financeiros é enfrentada por meio de estratégias cooperativas, como fundos coletivos, divisão solidária dos ganhos e ações de arrecadação. Os recursos humanos se expressam nos saberes compartilhados, nas competências individuais colocadas a serviço do grupo e no aprendizado coletivo contínuo. Já os recursos sociais, simbólicos e intangíveis assumem centralidade ao fortalecer os vínculos, a autoestima, o reconhecimento e o sentimento de pertencimento das participantes, revelando que a cooperação no coletivo extrapola a dimensão produtiva e se ancora em sentidos afetivos, culturais e identitários.

Nesse contexto, os valores compartilhados emergem como fundamentos estruturantes da cooperação. União, amizade, confiança, solidariedade, respeito, pertencimento, persistência e resistência orientam as práticas cotidianas do coletivo e são continuamente reforçados nas interações entre as mulheres. Esses valores não apenas regulam a convivência interna, mas também se materializam no próprio bordado, que passa a incorporar simbolicamente os princípios éticos e políticos que sustentam o empreendimento. Assim, os valores deixam de operar como orientadores abstratos e se convertem em práticas vividas, inscritas na produção artesanal, na organização do trabalho e na memória coletiva do grupo.

A relação entre os tipos de laços sociais e os recursos acessados ao longo da trajetória do empreendimento revelou que laços fortes e laços fracos desempenham funções distintas e complementares. Enquanto os laços fortes sustentam a permanência das mulheres no coletivo, o cuidado emocional, a aprendizagem e a coesão interna, os laços fracos operam como pontes para o acesso a recursos institucionais, oportunidades externas, políticas públicas e novos espaços de circulação. Essa complementaridade evidencia que a sustentabilidade do Bordando Resistência não decorre exclusivamente da intensidade dos vínculos, mas da forma estratégica como esses laços são mobilizados ao longo do tempo, articulando enraizamento comunitário e abertura relacional.

Diante desses achados, o Bordando Resistência pode ser compreendido como uma iniciativa de empreendedorismo social feminino que articula trabalho, cultura, educação e política em um mesmo projeto coletivo. Trata-se de um empreendimento que resiste às lógicas individualizantes e mercantis, ao afirmar formas de organização baseadas na cooperação, na identidade quilombola e na centralidade das relações sociais. O coletivo demonstra que o

empreendedorismo social, em contextos quilombolas, assume contornos próprios, orientados por princípios de solidariedade, memória, pertencimento territorial e resistência histórica.

Como contribuições, esta pesquisa oferece aportes teóricos ao aprofundar a compreensão do empreendedorismo social feminino a partir da perspectiva das redes sociais, dos recursos e dos valores compartilhados em comunidades tradicionais. No campo empírico, o estudo contribui para a visibilização das práticas organizativas e da trajetória do Coletivo Bordando Resistência, reconhecendo o protagonismo das mulheres quilombolas na construção de alternativas econômicas e sociais no território. Do ponto de vista metodológico, a articulação entre Análise de Redes Sociais, entrevistas qualitativas e análise de conteúdo mostrou-se potente para compreender fenômenos organizacionais enraizados em relações sociais e culturais complexas.

Por fim, reconhece-se que os resultados desta dissertação se circunscrevem a um estudo de caso situado em um contexto específico, o que não permite generalizações estatísticas. No entanto, as análises realizadas oferecem subsídios analíticos relevantes para futuras pesquisas que se proponham a investigar iniciativas de empreendedorismo social feminino em outros contextos quilombolas ou comunitários, bem como estudos comparativos e longitudinais que aprofundem a compreensão das dinâmicas de cooperação, redes e valores ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E., F.; SILVA, G., M. Racismo e violência contra quilombos no Brasil. **Confluências**, v. 21, n. 2, p. 196-208, 2019.
- ARAÚJO, M. J. S.; CASTRO, A. K.; SOUZA, A. F. S.; SILVA, E. C.; LIMA, J. B. O.; CARVALHO, J. A. S.; PEREIRA, M. S.; FREITAS, M. V. C.; PEREIRA, R. S.; PEREIRA, S. M. F.; SOUSA, S. D. C.; LUSTOSA, K. K. H. M.; IBIAPINA, A. F.; VILHENA, G. H. R. S. Quilombola representations of the Dandara group of the Sussuarana community of Piripiri, Piauí, Brazil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, e437697163, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4376>.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Horizonte Bordando Resistências**: Bordadeiras de Alto Alegre. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/proyectosg/horizonte-bordando-resistencias-bordadeiras-de-alto-alegre/>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- BABOVIĆ, D.; KOČOVIĆ DE SANTO, M. Female entrepreneurship in the creative economy. **Economic Analysis**, v. 56, n. 1, p. 39–54, 2023. DOI: [doi.org/10.28934/jwee23.pp109-127](https://doi.org/10.28934/jwee23.pp109-127).
- BALS, L.; HUANG, F.; TATE, W. L.; ROSCA, E. Creating social value at the bottom of the pyramid: Elaborating resource orchestration via social intermediaries. **Journal of Business Research**, v. 168, p. 114209, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2023.114209>.
- BARABÁSI, A.-L. **Linked: the new science of networks**. Cambridge, MA: Perseus Publishing, 2002.
- BARBOSA, A. M.; GÓMEZ, J. R. M. A territorialização do racismo ambiental em comunidades quilombolas do município de Seabra-Bahia. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, n. Ed. Especi, p. 95-120, 2022. DOI: [10.31418/2177-2770.2022.v14.c1.p95-120](https://doi.org/10.31418/2177-2770.2022.v14.c1.p95-120)
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.
- BASTIAN, B. L.; WOOD, B. P.; NG, P. Y. The role of strong ties in empowering women entrepreneurs in collectivist contexts. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v. 15, n. 1, p. 122-146, 2023. DOI: [doi.org/10.1108/IJGE-10-2021-0171](https://doi.org/10.1108/IJGE-10-2021-0171).
- BASTIDA, M.; PINTO, L. H.; OLVEIRA BLANCO, A.; CANCELO, M. Female entrepreneurship: can cooperatives contribute to overcoming the gender gap? A Spanish first step to equality. **Sustainability**, v. 12, n. 6, p. 2478, 2020. DOI: [10.3390/su12062478](https://doi.org/10.3390/su12062478).
- BASTOS, M. F.; VALE, G. M.; TEODÓSIO, A. S. S. Redes, Empreendedorismo Social e Negócios Inclusivos: em busca de um modelo compreensivo sobre inovação no combate à pobreza na América Latina. **International Society For Third Sector Research Conference**, p. 1-22, 2013.
- BRADY, A.; HAUGH, H. Social entrepreneurship & networks. **Journal of Finance and Management in Public Services**, v. 6, n. 3, p. 29-44, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.pdf). Acesso em: 07 jan. 2026.

BRIEGER, S. A.; TERJESEN, S. A.; HECHAVARRÍA, D. M.; WELZEL, C. Prosociality in business: a human empowerment framework. **Journal of Business Ethics**, v. 159, p. 361–380, 2019. DOI: 10.1007/s10551-018-4045-5.

BROGAN, G. S.; DOOLEY, K. Tecendo capital social para empoderar mulheres empreendedoras artesãs. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v. 16, n. 1, p. 69-88, 2024. DOI: [doi.org/10.1108/IJGE-03-2023-0076](https://doi.org/10.1108/IJGE-03-2023-0076).

BRUSH, C. G.; GREENE, P. G.; HART, M. M. From initial idea to unique advantage: the entrepreneurial challenge of constructing a resource base. **Academy of Management Executive**, v. 15, n. 1, p. 64–78, 2001.

CARMO, A. C. O. Quilombo como um conceito em movimento ou quilombismo e ubuntu. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 2, p. 41-56, 2020. DOI: [doi.org/10.7443/problemata.v1i2.53629](https://doi.org/10.7443/problemata.v1i2.53629).

CARNEIRO, D.; BERNARDINO, S. O empreendedor social no Brasil: A importância do perfil, motivações e percepções na criação de iniciativas sociais. **Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting**, v. 5, n. 10, 2019.

CARVALHO, A., P., C. Tecnologias de governo, regularização de territórios quilombolas, conflitos e respostas estatais. **Horizontes Antropológicos**, v. 22, p. 131-157, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832016000200005>.

CHANG, F. Y. M.; WEBSTER, C. M.; ALAM, M. A.; CHIRICO, F. Entrepreneurs' network bricolage: reconfiguring social ties for resource creation. **Journal of Business Research**, v. 185, 114931, 2024. DOI: 10.1016/j.jbusres.2024.114931.

CHOI, D.; PARK, J. Local government as a catalyst for promoting social enterprise. **Public Management Review**, v. 23, n. 5, p. 665–686, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719037.2020.1865436>.

CHOI, Y; CHANG, S. Resource acquisition partnership of nascent social enterprise for sustainability. **International Journal of Entrepreneurship**, v. 23, n. 2, 2019.

CIRUELA-LORENZO, A. M.; GONZÁLEZ-SÁNCHEZ, A.; PLAZA-ANGULO, J. J. An exploratory study on social entrepreneurship, empowerment and peace process: the case of Colombian women victims of the armed conflict. **Sustainability**, v. 12, n. 24, p. 10425, 2020. DOI: 10.3390/su122410425.

COELHO FILHO, N. M. **Empreendedorismo social para o desenvolvimento regional: um olhar decolonial a partir do Grupo Mulheres em Foco (GRUMEF) no município de Tabatinga/AM/BR**. 2024. 81 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2024.

CORRÊA, R. O.; TEIXEIRA, R. M. Redes sociais empreendedoras para obtenção de recursos e legitimação organizacional: estudo de casos múltiplos com empreendedores sociais. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 1, p. 62-95, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n1p62-95>.

COSTA, M. A.; BALBUENA, P. F.; MEIRA, R. B. L.; CARDOSO, V. C.; CAMEIRA, R. F.; VAZQUEZ, E. G.; NAVARRO, L. L. L. O empreendedorismo social e a indústria têxtil na promoção do empoderamento feminino: projeto alinhar-te. **Brazilian Journal of Business**, v. 2, n. 3, p. 1986–1994, jul./set. 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/12847>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

DATTA, P. B.; GAILEY, R. Empowering women through social entrepreneurship: Case study of a women's cooperative in India. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 36, n. 3, p. 569-587, 2012. DOI: 10.1111/j.1540-6520.2012.00505.x.

DENZIN, N. K. **O ato de pesquisa**: uma introdução teórica aos métodos sociológicos. Routledge, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315134543>.

DIAS, F. C. A.; ARAGÃO, P. C. Mulheres quilombolas: resistência, identidade e feminismo negro. **Serviço Social & Sociedade**, v. 148, n. 3, p. e-6628442, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.442>.

DORSA, A., C.; CASTILHO, M., A.; SANTOS, M., C., L., F. Artesanato de etnias indígenas: patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**, v. 16, n. 2, p. 467-473, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015220>.

EL EBRASHI, R. Typology of growth strategies and the role of social venture's intangible resources. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 25, n. 5, p. 818-848, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/JSBED-03-2017-0104>.

FALAGAS, M. E.; PITSOUNI, E. I.; MALIETZIS, G. A.; PAPPAS, G. Comparison of PubMed, Scopus, web of science, and Google scholar: strengths and weaknesses. **The FASEB Journal**, v. 22, n. 2, p. 338-342, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1096/fj.07-9492lsf>.

FARROÑÁN, E. V. R.; CASTILLO, J. C. A.; GARCÍA, F. S. M.; LEÓN, M. Y. O.; ACOSTA-ENRIQUEZ, B. G.; LLATAS, F. D. H.; MORALES, V. C.; MORALES, A. E. P.; ACOSTA, R. M. Critical factors for business sustainability in women-led social enterprises in Peru. **Sustainability**, v. 16, n. 18, p. 1–22, 2024. DOI: [doi.org/10.3390/su16187954](https://doi.org/10.3390/su16187954).

FEITOSA, H., L.; MASCENA, K., M., C. Mulheres negras empreendedoras e seus comportamentos de superação. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 18, n. 2, p. 113-132, 2024.

FERREIRA, M. R. D. S.; EITERER, C.; MIRANDA, S. A. de. Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. e63121, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n363121>.

FIENBERG, S., E.; WASSERMAN, S., S. Categorical data analysis of single sociometric relations. **Sociological methodology**, v. 12, p. 156-192, 1981. DOI: <https://doi.org/10.2307/270741>.

FINK, A. **Conducting research literature reviews: from the internet to paper**. Sage publications, 2019.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, A. G. D. S.; SILVA, A. M.; MACHADO, A. L. G.; ANJO, J. E. D. S. Empreender no quilombo: artesanato como alternativa de renda de famílias quilombolas no Piauí. **Revista FSA**, v. 19, n. 12, 2022. DOI: [doi.org/10.12819/2022.19.12.9](https://doi.org/10.12819/2022.19.12.9).

FRIEDKIN, N.. A test of structural features of Granovetter's strength of weak ties theory. **Social Networks**, v. 2, n. 4, p. 411-422, 1980.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVES, R., S.; CONCEIÇÃO, S., G.; BARBALHO, J., I., S. Comunidades quilombolas: lutas e resistências. **Revista de Ciências Humanas CAETÉ**, v. 2, n. 3, p. 36-54, 2020.

GOPALKRISHNAN, Shalini S. A new resource for social entrepreneurs: Technology. **American Journal of Management**, v. 13, n. 1, p. 66-78, 2013.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRIMES, M. G.; GEHMAN, J.; CAO, K. Positively deviant: trabalho de identidade por meio da certificação B Corporation. **Journal of Business Venturing**, v. 33, n. 2, p. 130-148, 2018. DOI: [doi.org/10.1016/j.jbusvent.2017.12.001](https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2017.12.001).

HECHAVARRÍA, D. M.; BRIEGER, S. A. Praticar em vez de pregar: práticas culturais e empreendedorismo social feminino. **Small Business Economics**, v. 58, n. 2, p. 1131-1151, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11187-020-00437-6>.

HIGGINS, S. S.; RIBEIRO, A. C. A. **Análise de redes em ciências sociais**. Brasília: **Enap**, 2018.

HOFSTEDE, G. **Culture's consequences: International differences in work-related values**. sage, 1984.

IHEJIAMAIZU, G. C.; INYANG, J. J. Women in Nigeria: examining the motivations for engaging in social entrepreneurship. **JWEE**, n. 3-4, p. 126-148, 2022. DOI: 10.28934/jwee22.34.pp126-148.

JACK, Sarah L. The role, use and activation of strong and weak network ties: A qualitative analysis. **Journal of management studies**, v. 42, n. 6, p. 1233-1259, 2005.

JUAN, M., J., D.; SYED, M.; AZMITIA, M.. Intersectionality of race/ethnicity and gender among women of color and white women. **Identity**, v. 16, n. 4, p. 225-238, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/15283488.2016.1229606>.

KIM, Minjae; FERNANDEZ, Roberto M. What makes weak ties strong?. **Annual Review of Sociology**, v. 49, n. 1, p. 177-193, 2023.

KIMBU, A. N.; NGOASONG, M. Z. Mulheres como vetores de empreendedorismo social. **Annals of Tourism Research**, v. 60, p. 63-79, 2016. DOI: [doi.org/10.1016/j.annals.2016.06.002](https://doi.org/10.1016/j.annals.2016.06.002).

LE, D. H; ALEEM, M; SANDBERG, B. F. Social Enterprises Serving Base-of-the-Pyramid Markets: Towards an Integrative Financing Model. **Journal of Social Entrepreneurship**, p. 1-34, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/19420676.2024.2363797>.

LEAL, B., L., C.; SANTANA, A., S.; ARAÚJO, R., A., M. “Lugar de mulher é onde ela quiser”: interseccionalidade e Empoderamento Feminino de Empreendedoras Quilombolas na Ilha do Marajó. **Revista Paraense de Contabilidade – RPC**. ISSN 2526-950X, Belém – PA, V.8, n.2, p. 1-18, 2023. DOI: 10.36562/rpc.v8i2.131

LEITE, I. B. The Brazilian quilombo: ‘race’, community and land in space and time. In: **Brazilian Agrarian Social Movements**. Routledge, 2018. p. 169-184.

LIMA, E. M. P.; GOMES, J. A. Empreendedorismo social: estudo exploratório em uma associação de artesãos. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 8, n. 4, p. 221-256, 2023. DOI: [doi.org/10.5281/zenodo.8136855](https://doi.org/10.5281/zenodo.8136855).

LINNARDY, S.; NOVELA, S. Empowering refugee women in Indonesia: a case study of the Liberty Society’s social enterprise initiatives. **Journal of System and Management Sciences**, v. 14, n. 2, p. 21–34, 2024. DOI:10.33168/JSMS.2024.0202

LLADOS-MASLLORENS, J.; RUIZ-DOTRAS, E. As intenções e motivações empreendedoras das mulheres são influenciadas pelas habilidades financeiras?. **Revista Internacional de Gênero e Empreendedorismo**, v. 14, n. 1, p. 69-94, 2022. DOI: [doi.org/10.1108/IJGE-01-2021-0017](https://doi.org/10.1108/IJGE-01-2021-0017).

LUTZ, F.; PETRINI, M.; SOUZA, A. C. A. A constituição de ecossistemas de empresas sociais. **Revista Reuna**, v. 27, n. 3, p. 45-64, 2022.

MACÊDO, E. M.; BATISTA, M. L. P. ; FIGUEIREDO, L. S.; BARROS, R. F. M. Elementos sociais, econômicos e culturais constitutivos de uma comunidade quilombola no Nordeste do Brasil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 9, n. 11, pág. e4939119827-e4939119827, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.9827>.

MAGDALENE, P. Antecedents of women's social entrepreneurship: values development and the perceived desirability and feasibility of social venture creation. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v. 16, n. 1, p. 7-26, 2024. DOI: 10.1108/IJGE-03-2023-0072.

MARTÍNEZ, C. N.; BAÑÓN, A. R. Gestión de recursos en la empresa social: un reto ineludible. **Revista de Estudios Empresariales. Segunda Época**, n. 2, p. 7-25, 2014.

MAS-TUR, Alicia. Empreendedorismo social impulsionado por mulheres em negócios de serviços. **Service Business**, v. 16, n. 4, p. 791-795, 2022. DOI: doi.org/10.1007/s11628-022-00510-y

MEJÍA, E. T.; GONZÁLEZ, B. P. Emprendimiento cooperativista en la organización de mujeres indígenas Sihuatl Tlen en San Pablo del Monte, Tlaxcala, México. **Sapienza: International Journal of Interdisciplinary Studies**, v. 3, n. 9, p. 4-15, 2022. DOI: doi.org/10.51798/sijis.v3i9.253.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 2011.

MOIZER, J.; TRACEY, P. Strategy making in social enterprise: The role of resource allocation and its effects on organizational sustainability. **Systems Research And Behavioral Science**, v. 27, n. 3, p. 252-266, 2010. DOI: https://doi.org/10.1002/sres.1006.

MOLINA, G. L.; ICHIKAWA, E. Y.; ANGNES, J. S.. O que podemos aprender com mulheres Quilombolas? Um estudo sobre práticas cotidianas e o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de uma comunidade remanescente Quilombola. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 2, p. 17-37, 2022. DOI: https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.13.i2.0002.

MONAGHAN, S.; LAVELLE, J.; GUNNIGLE, P. Mapping networks: exploring the utility of social network analysis in management research and practice. **Journal of Business Research**, v. 76, p. 136-144, 2017. DOI: 10.1016/j.jbusres.2017.03.020

MORAIS, M. O.; MEDEIROS, R. E.; FRANCO, E. G. Competitividade feminina e suas interfaces: uma elaboração conceitual para o empreendedorismo feminino. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 13, n. 9, p. e8913946911, 2024. DOI: DOI: doi.org/10.33448/rsd-v13i9.46911.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 2001.

MUNANGA, K.. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 105, p. 117-130, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36105.008.

OLIVEIRA, A. P.; MACÊDO, M. E. C.; GOMES FILHO, A. S.; ALMEIDA NETO, J. L.; LIMA, M. M. L. Empreendedorismo social: os desafios e benefícios inerentes à implantação de projetos comunitários de ação empreendedora. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 3, n. especial, p. 37-59, dez, 2018.

OLIVEIRA, B. G.; MOURA, K. B.; NASCIMENTO, J. C. H. B.; BIZARRIA, F. P. A. Representações sociais do empreendedorismo social feminino: o caso do estado do Piauí. **Revista FSA**, v. 21, n. 10, p. 207–225, 2024. DOI: [doi.org/10.12819/2024.21.11.11](https://doi.org/10.12819/2024.21.11.11).

PACKER, A. L.; COP, N.; LUCCISANO, A.; RAMALHO, A.; SPINAK, E. SciELO: 15 anos de acesso aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica. **UNESCO Publishing**, 2014. 188 p. DOI:<http://dx.doi.org/10.7476/9789237012376>.

PEREIRA, A., S.; MAGALHÃES, L. A vida no quilombo: trabalho, afeto e cuidado nas palavras e imagens de mulheres quilombolas. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 27, p. e210788, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.210788>.

PONTES, M. C. C. L.; STEWARD, A. M. Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 186-207, 2020. DOI:<http://dx.doi.org/10.18542/raf.v13i2.8715>.

PRAHALAD, Coimbatore K. **A riqueza na base da pirâmide**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

PRASZKIER, R. Social entrepreneurs open closed worlds: the transformative influence of weak ties. In: **Complex Human Dynamics: From Mind to Societies**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2013. p. 111-129. DOI [10.1007/978-3-642-31436-0\\_7](https://doi.org/10.1007/978-3-642-31436-0_7).

PREFEITURA DE HORIZONTE. **Projeto quilombola de bordado apoiado pela Prefeitura de Horizonte ganha prêmio internacional**. Disponível em: <https://www.horizonte.ce.gov.br/noticia/projeto-quilombola-de-bordado-apoiado-pela-prefeitura-de-horizonte-ganha-premio-internacional/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

RAMOS, S. S.; BOBSIN, D. Panorama histórico-cultural do social business e dos negócios de impacto (NI). **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 3, e2533863, jul./set. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v25i3.3863>.

RIVERA-VILLEGAS, A.; KHAN, B.; DOMBROWSKI, K.. Comparing social network structures generated through sociometric and ethnographic methods. **Field Methods**, v. 32, n. 4, p. 416-432, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1525822X2094>.

RODIN, P. Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, p. e202133, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202133pt>.

RYAN, L. Looking for weak ties: Using a mixed methods approach to capture elusive connections. **The Sociological Review**, v. 64, n. 4, p. 951-969, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-954X.12395>.

SAHRAKORPI, T.; BANDI, V.. Empowerment or employment? Uncovering the paradoxes of social entrepreneurship for women via Husk Power Systems in rural North India. **Energy Research & Social Science**, v. 79, p. 102153, 2021. DOI: [doi.org/10.1016/j.erss.2021.102153](https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102153).

SANTOS, A., B. Somos da terra. **Cicatrizes da escravização**, v. 29075, p. 22, 2018.

SANTOS, D. N. Considerações sobre identidade e os papéis sociais da mulher na realidade de comunidades quilombolas alagoanas. **Diversitas Journal**, v. 6, n. 1, p. 1665-1679, 2021. DOI: [doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1493](https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1493).

SANTOS, E. C.; NASCIMENTO, F. M.; GABARRA, L. O. Bordados das mulheres quilombolas de Alto Alegre: interface etnomatemática para uma educação decolonial. In: PEREIRA, F. V. M.; FEITOSA E PAIVA, G. M.; RAMOS, J. F. P. (org.). **Ensaio interdisciplinares em humanidades**. Volume VI. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SANTOS, L. B. O pensamento de Abdias Nascimento e Antônio Bispo dos Santos acerca dos valores civilizatórios quilombolas: propostas para uma reconfiguração da sociedade brasileira. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 33, p. 456-471, 2020.

SHARMA, S.; KUMAR, A. Can social enterprises create holistic women empowerment? **JWEE**, n. 3-4, p. 96-112, 2021. DOI: [10.28934/jwee21.34.pp96-112](https://doi.org/10.28934/jwee21.34.pp96-112).

SILVA, A. O. D. **O artesanato como elemento de reprodução sociocultural no território quilombola serra das viúvas**: um olhar geográfico acerca do patrimônio biocultural no sertão de alagoas. Maceió, 2024. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia.) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Alagoas. 2024.

SOUSA, J. R. F. D.; SÁ, M.; SOUZA, D. C. D.; SILVA, S. K. D. Novos modos de fazer artesanato e desafios à manutenção econômica no Alto do Moura do Século XXI. **READ. Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 26, n. 3, p. 557-585, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.295.98565>.

SOUSA, R., P., B.; ALVES, A., C., F.. Comunidades quilombolas de Santarém: a força feminina. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 5, n. 1, p. 95-119, 2019.

STAHL, G.; BURNARD, P.; MCDONALD, S. Explorando as experiências de mulheres empreendedoras sociais: avançando na compreensão do "capital emocional" em redes exclusivas para mulheres. **Feminist Review**, v. 134, n. 1, p. 86-103, 2023. DOI: [doi.org/10.1177/01417789231166417](https://doi.org/10.1177/01417789231166417).

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Penso Editora, 2016.

STREVA, J. M. Coalizões descoloniais: feminismos afro-brasileiros e a poético-política do quilombo. **Femina Política – Zeitschrift für feministische Politikwissenschaft**, v. 2, p. 93-105, 2021.

TABASSUM, S.; PEREIRA, F., S.; FERNANDES, S.; GAMA, J. Social network analysis: An overview. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Data Mining and Knowledge Discovery**, v. 8, n. 5, p. e1256, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1002/widm.1256>.

TEIXEIRA, M. G.; BRAGA, J. S.; CÉSAR, S. F.; KIPERSTOK, A. Artesanato e desenvolvimento local: o caso da Comunidade Quilombola de Giral Grande, Bahia. **Interações** (Campo Grande), v. 12, p. 149-159, 2011.

TICHY, N. M.; TUSHMAN, M. L.; FOMBRUN, C. Análise de redes sociais para organizações. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, p. 507-519, 1979.

TORRES, J. P.; AVOLIO, B. Empreendedorismo social liderado por mulheres: um estudo fenomenológico no Peru. **Journal of Women's Entrepreneurship & Education**, 2024. DOI: 10.28934/jwee24.34.pp206-229.

VASCONCELOS, A. M.; LEZANA, Á. G. R. Modelo de ciclo de vida de empreendimentos sociais. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 1037-1058, 2012. DOI: doi.org/10.1590/S0034-76122012000400007.

VASCONCELOS, G. M. R. Inserção social e recursos: um estudo de caso comparativo da criação e do desenvolvimento de novos negócios. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 143-164, 2005. <https://periodicos.pucminas.br/economiaegestao/article/view/44>. Acesso em: 18 jan. 2025.

VAZ, R.; TEIXEIRA, R.; OLAVE, D. Empreendedorismo social feminino e motivações para criar organizações sociais: estudo de casos múltiplos em Sergipe. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.4, n.3, 2015. DOI: 1014211/Rege.33217.

VIEIRA, V. G.; OLIVEIRA, V. M.; MIKI, A. F. C. Framework de mensuração do empreendedorismo social para países em desenvolvimento. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, p. e220017, 2023. DOI:<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023220017>.

VORONKOVA, O.; NIKISHKIN, V.; FROLOVA, I.; MATVEEVA, E.; MURZAGALINA, G.; KALYKOVA, E. Importance of the process of teaching the basics of social entrepreneurship for the sustainable development of society. **Entrepreneurship and Sustainability Issues**, v. 7, n. 2, p. 1333–1347, 2019. DOI: 10.9770/jesi.2019.7.2(18).

WILLIAMS, T., A.; SHEPHERD, D., A. Mixed method social network analysis: Combining inductive concept development, content analysis, and secondary data for quantitative analysis. **Métodos de Pesquisa Organizacional**, v. 20, n. 2, p. 268-298, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/1094428115610807>.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2015.

YUNIS, M. S.; HASHIM, H.; ANDERSON, A. R. Facilitadores e restrições do empreendedorismo feminino em Khyber Pukhtunkhawa, Paquistão: perspectivas institucionais e feministas. **Sustainability**, v. 11, n. 1, p. 27, 2018. DOI: 10.3390/su11010027.

ZANATA, N. C. M.; MELO, K. B.; SQUILASSI, I. B.; VEIGA, H. M. S. Empreendedorismo Feminino em situações de vulnerabilidade social: ensaio teórico. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 11, 2025.

ZULKIFLE, A. M.; AZIZ, K. A. Determinação da consciência social e do cosmopolitismo em relação à intenção de empreendedorismo social de estudantes do sexo feminino. **Journal of System and Management Sciences**, v. 13, n. 5, p. 61-87, 2023.  
DOI:10.33168/JSMS.2023.0505.

## APÊNDICE A – PROTOCOLO DO ESTUDO DE CASO

Apêndice A – Protocolo do Estudo de Caso	
<b>1. Dados de identificação</b>	
Pesquisador responsável	Ana Carla Eugenio da Silva
Orientador	Diego de Queiroz Machado
Unidade de análise	Coletivo Bordando Resistência: as bordadeiras de Alto Alegre
Período de coleta de dados	Outubro/2025
<b>2. Bases introdutórias</b>	
Relevância teórica	O estudo pretende contribuir para a compreensão do empreendedorismo social feminino em comunidades quilombolas, ampliando o debate sobre como elementos culturais, de cooperação e valores compartilhados estruturam coletivos de resistência. Ao articular a Análise de Redes Sociais (ARS) e a análise qualitativa interpretativa, busca-se lançar luz sobre interações sociais que extrapolam abordagens tradicionais centradas apenas em atributos individuais.
Relevância prática	O trabalho subsidia políticas públicas e práticas de gestão comunitária voltadas ao empreendedorismo social feminino, valorização de saberes ancestrais e fortalecimento de lideranças quilombolas. Para o Coletivo, oferece memória institucional e ferramentas para sua autoavaliação e fortalecimento.
Beneficiários potenciais	Mulheres do Coletivo Bordando Resistência, gestores públicos, pesquisadores da área de administração e educação, além de movimentos sociais interessados em experiências de autogestão comunitária.
<b>3. Trabalho de campo</b>	
Definição da organização	Coletivo Bordando Resistência – comunidade quilombola de Alto Alegre, Horizonte/CE.
Definição dos sujeitos	Todas as 15 integrantes do coletivo, considerando a participação voluntária e a disponibilidade de tempo.
Estratégia de acesso	Contato inicial com uma das integrantes do coletivo, que atuará como ponte para a apresentação da pesquisa ao grupo. Autorização coletiva mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
Estratégias de coleta de dados	Entrevistas semiestruturadas com todas as integrantes disponíveis; aplicação de geradores sociométricos do tipo livre ( <i>free recall</i> ) para mapear redes internas e externas; registro narrativo das experiências compartilhadas nas entrevistas.
<b>4. Questão específica</b>	
Roteiro único	Compreender como os elementos histórico-culturais, de cooperação e os valores compartilhados estruturam o Coletivo Bordando Resistência, evidenciando os laços sociais e os recursos acessados pelas integrantes na construção da iniciativa de empreendedorismo social feminino.
<b>5. Análise dos dados</b>	

Análise de Redes Sociais (ARS)	Construção de matrizes relacionais para identificar atores centrais, laços fortes e fracos, padrões de intermediação e fluxos de recursos simbólicos e materiais. Uso do software Gephi para visualização e análise estrutural.
Análise de conteúdo	Três etapas conforme Bardin (2016): Pré-análise; Exploração do material; Tratamento dos resultados e interpretação, articulando narrativas das participantes ao referencial teórico. Uso do <i>software</i> ATLAS.ti para apoiar a codificação.

## APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

### **Informações sociodemográficas básicas**

Idade:

Estado civil:

Profissão:

Escolaridade:

Autodeclaração étnico-racial:

### **Bloco 1 - Contexto histórico-cultural**

1. Como o projeto surgiu?
2. Qual era a motivação inicial?
3. Quem foram as primeiras pessoas a participar e por quê?
4. O que vocês fazem para vender os produtos do projeto?
5. Como o dinheiro do projeto é usado?
6. Quais dificuldades vocês enfrentam para manter o projeto funcionando?
7. De que forma o fato de serem mulheres, negras e quilombolas traz barreiras ou facilita a continuidade do projeto? Pode dar exemplos?
8. O que ser quilombola e bordadeira significa para você dentro do coletivo bordando resistência?

### **Bloco 2 - Cooperação dentro do coletivo**

9. Com quais mulheres do coletivo você mais coopera nas atividades?

### **Bloco 3 - Parcerias externas**

10. Quais pessoas, grupos ou instituições de fora ajudam o coletivo?

### **Bloco 4 - Recursos humanos (saberes e habilidades)**

11. Quem, dentro ou fora do coletivo, contribui com conhecimentos ou habilidades importantes para o trabalho de vocês?
12. Em quais momentos essa ajuda foi mais importante?

#### **Bloco 5 - Recursos sociais (reconhecimento e visibilidade)**

13. Quem ajuda a dar mais destaque e reconhecimento ao coletivo?
14. Você lembra de alguma pessoa ou instituição que abriu caminho ou criou oportunidade para o grupo ser mais conhecido?

#### **Bloco 6 - Recursos financeiros e materiais**

15. Atualmente, quem ajuda o coletivo com dinheiro, doação, crédito ou patrocínio?
16. De onde vêm os materiais usados no bordado? Quem ajuda a conseguir esses materiais?

#### **Bloco 7 - Valores que orientam a cooperação**

17. O que é mais importante para manter vocês unidas no coletivo?
18. Quando trabalham juntas, quais valores aparecem de maneira mais forte (por exemplo: amizade, confiança, solidariedade)?
19. O que vocês defendem como coletivo e que não pode faltar no grupo?

#### **Bloco 8 - Relação entre laços e recursos**

20. Das pessoas mais próximas de você (família, amigas, companheiras de longa convivência), quem costuma ajudar mais no trabalho do coletivo?
21. E das pessoas ou instituições mais distantes, mas que aparecem de vez em quando, quem já trouxe alguma ajuda importante (informação, oportunidade ou recurso)?
22. Você acha que existe diferença entre a ajuda que vem das pessoas próximas e a ajuda que vem das mais distantes? Pode dar um exemplo?
23. Já aconteceu de uma pessoa ou instituição que você não esperava muito dar uma ajuda importante para o coletivo continuar ou crescer?

## **APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado por Ana Carla Eugenio da Silva, participante da pesquisa intitulada "CULTURA, REDES E VALORES EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: O COLETIVO BORDANDO RESISTÊNCIA COMO INICIATIVA DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL FEMININO". Você não deve participar contra sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Objetivo Geral: Compreender como os elementos histórico-culturais, de cooperação e os valores compartilhados estruturam o Coletivo Bordando Resistência enquanto iniciativa de empreendedorismo social feminino na comunidade quilombola de Alto Alegre.

Objetivos Específicos: 1) Descrever o contexto histórico-cultural do Coletivo Bordando Resistência na comunidade quilombola de Alto Alegre; 2) Analisar as redes de cooperação interna e externa e suas formas de articulação que sustentam o Coletivo Bordando Resistência; 3) Identificar os recursos e valores que orientam a cooperação das mulheres no empreendimento social; 4) Relacionar os tipos de laços sociais mobilizados pelas integrantes do Coletivo Bordando Resistência aos recursos efetivamente acessados ao longo da trajetória do empreendimento.

Sua participação nesta pesquisa é gratuita e você não receberá nenhum pagamento por participar. Você poderá desistir a qualquer momento e por qualquer motivo sem ter que explicar os motivos à pesquisadora responsável. Caso concorde, será convidado a participar de uma entrevista semiestruturada. Esta atividade poderá levar um tempo aproximado de 30 a 40 minutos, com questões abertas centradas nos objetivos da pesquisa. Os arquivos digitais e impressos ficarão sob a guarda e responsabilidade dos pesquisadores por um período de cinco anos. Após este período, os arquivos serão excluídos e destruídos, em conformidade com a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde.

### **Benefícios**

Apesar de não haver benefícios diretos aos entrevistados, sua colaboração permitirá uma oportunidade única de aprimoramento profissional e contribuirá para a compreensão sobre

o impacto de empreendimentos sociais em comunidades tradicionais. Participar do estudo não apenas contribui para o avanço do conhecimento nessa área, como também oferece uma oportunidade de compreender, a partir de dados e práticas reais, como uma atividade artesanal e cultural se transforma em um modelo de geração de renda e autonomia.

### **Riscos**

Este estudo acarreta riscos mínimos, associados apenas aos possíveis desconfortos que você possa sentir ao responder às perguntas da pesquisa ou à quebra de sigilo e anonimato dos dados coletados. Estamos empenhados em mitigar esses riscos. Para tanto, a coleta de dados será realizada em um ambiente reservado, garantindo a total preservação do sigilo e anonimato, sempre após obtermos sua autorização.

Todas as informações serão deixadas e sua identidade não será revelada. Todos os dados levantados ficarão sob a responsabilidade dos pesquisadores e somente eles poderão acessá-los. As informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para esta pesquisa. Caso necessário, você poderá solicitar acesso às informações referentes à pesquisa pelos contatos abaixo.

Este documento contém duas vias, uma para o pesquisador e outra para o participante.

Pesquisadora Responsável: Ana Carla Eugenio da Silva

Orientador: Diego de Queiroz machado

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Telefones para contato: (88) 98150-3421

O abaixo-assinado, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ anos, declara que é de livre e voluntário que está participando como voluntário da pesquisa.

Declaro que li atentamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre seu conteúdo e recebi esclarecimentos que

esclareceram completamente minhas dúvidas. Declaro ainda que estou recebendo uma cópia assinada deste termo.

Horizonte/Ceará, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2025

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2025

Assinatura do participante

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2025

Assinatura da Pesquisadora